

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Arnaldo Barbalho*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura |da| Universidade Federal de Pernambuco |v. |-1- jul./set.—, 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco |Imprensa Universitária| 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até agô. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade |do| Recife.

Diretor: 1962-agô. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set. Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)
378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.
SD-BC 62-1278/rev.

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

As veredas da moderna cosmologia — <i>Carlo Borghi</i> ..	5
Gênese do relêvo Nordeste: estado atual dos conhecimentos — <i>Gilberto Osório de Andrade</i>	35
Sociologia jurídica: um saber em desenvolvimento — <i>Cláudio Souto</i>	49
O desafio do desenvolvimento: seus obstáculos e fatores — <i>Pinto Ferreira</i>	61
O Hospital do ensino dentro da Problematática Universitária — <i>Amaury Coutinho</i>	79
No Centenário de Paul Claudel — <i>Luiz Delgado</i>	95
Universalidade de Jorge de Lima — <i>César Leal</i>	107
Sintaxe e semântica da expressão em “A Bagaceira” — <i>José Brasileiro Vilanova</i>	131
Moderna estilística literária — <i>Leônidas Câmara</i>	147

ESTUDOS

O projeto do Código Civil e sua Crítica — <i>Orlando Gomes</i>	161
Música do Silêncio — <i>Maria do Carmo Barreto Campello de Mello</i>	5-62

COLABORADORES

CARLO BORGHI

Físico, diretor do Centro de Energia Nuclear da UFPe. Sacerdote católico, representou a Santa Sé na I Conferência Internacional de Energia Atômica, em Genebra.

CILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

Geógrafo, diretor do Instituto de Geociências da UFPe. Autor de numerosos estudos sobre temas de sua especialidade.

CLÁUDIO SOUTO

Sociólogo, pesquisador de Sociologia Jurídica da UFPe. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, autor de livros sobre Direito e Sociologia.

PINTO FERREIRA

Sociólogo, escritor, catedrático de Sociologia e Direito Constitucional da Universidade Federal de Pernambuco.

AMAURY COUTINHO

Biólogo, catedrático de Clínica Médica da Universidade Federal de Pernambuco.

LUIZ DELGADO

Crítico de idéias, poeta, professor catedrático da Universidade Federal de Pernambuco, autor dos livros *Mundo guardado e Via Sacra* (poesia), *Motivos Universitários e Experiência brasileira e lição portuguesa*.

CÉSAR LEAL

Crítico de poesia, autor dos livros de poemas *Invenções da noite menor*, *Romance do Pantaju e Triunfo das águas*. Professor de Teoria da Literatura da UFPe. Secretário desta revista. Diretor do Suplemento Literário do "Diário de Pernambuco".

JOSÉ BRASILEIRO VILANOVA

Filólogo, vice-diretor do Instituto de Letras e catedrático de Língua Portuguesa da UFPe. autor de livros didáticos e de um estudo estilístico sobre *Menino de Engenho*, de José Lins do Rêgo.

LEÔNIDAS CÂMARA

Crítico literário, professor de *Estética* e de *Teoria da Literatura* da Universidade Católica de Pernambuco.

ORLANDO GOMES

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, catedrático de Direito Civil da mesma Universidade, autor do anteprojeto do novo Código Civil.

MARIA DO CARMO BARRETO CAMPELLO DE MELLO

Graduada em Letras, redatora da SUDENE, tem colaborado frequentemente nos suplementos literários do Recife e em revistas de cultura.

AS VEREDAS DA MODERNA COSMOLOGIA

CARLO BORGHI

I — *Um Problema Antigo*

Não sei quantos tipos de Titãs ou de Grandes Tartarugas, ou coisas dêste jeito, foram inventadas pela imaginação dos primitivos para responder à pergunta: Onde está o Universo? E a mesma pergunta, com desconfortável perseverança, é sempre a conclusão de cada tentativa para explicar a idéia einsteineana de Universo "ilimitado mas finito". O fato é que aquela pergunta não tem sentido nenhum, sendo ela o que Carnap diria um falso problema, para o qual não existe solução porque é o problema que não existe, dependendo da definição do que se entende por "Universo".

Podemos começar analisando uma definição do Universo que é muito antiga, mas em tempos recentes foi renovada pelo astrofísico inglês F. Hoyle. (V. por ex. F. Hoyle, *Frontiers in Astronomy*, Signet Science Libr., N. Y. 1955, p. 270). Segundo ela o "Universo é o conjunto de tudo o que existe". À primeira vista, essa parece ser uma definição simples e óbvia, mas analisando-a vê-se que ela é uma definição ilusória.

Com efeito, a expressão "tudo o que existe" deve ser substituída por "tudo o que é observável", a menos que se façam postulados metafísicos que introduziriam um sem fim daqueles problemas insolúveis que são os problemas gnoseológicos. (Sobre o conceito de "observável" veja por ex. do autor, nesta mesma revista "Estudos Universitários, vol. 6 n.º 1, p. 109-114). Então, se o Universo é o "conjunto de tôdas as coisas observáveis", é logo necessário evidenciar de maneira explícita que essas coisas observáveis não compreendem aquelas que

poderiam ser observáveis mas não o são, mesmo sem ser absurdas, quer dizer as coisas “possíveis”. Somente a experiência determina quais das coisas possíveis são observáveis e quais não. E o fato de ser possível e observável faz com que algo de possível seja *existente*. É claro que a experiência só constata a “existência” mas não a cria; pelo menos, eu não tenho experiência de saber criar a existência de coisa nenhuma (a não ser no plano mental e emocional).

Portanto o conjunto de todas as coisas de fato observáveis no que chamamos de Universo, não é “o Universo” mas sim “êste Universo”. Desta maneira a referida definição rezaria: “O Universo é o conjunto de todas as coisas de fato observáveis dêste Universo” e esta é uma tautologia, quer dizer uma definição ilusória, como já foi dito antes.

O Universo é sim uma totalidade, mas uma *totalidade condicionada* (para não usar a expressão talvez contraditória de “totalidade limitada”). Quer dizer que êle é um conjunto completo e fechado de todas as coisas observáveis que satisfazem a um certo número de condições ou regras discriminantes que permitem de dizer que aquelas coisas pertencem a *êste* Universo.

A necessidade dessas *regras discriminantes* aparece pelo fato de nós “conhecermos” muitas coisas que não são “observáveis”, embora não sejam absurdas. Por ex.: os Grupos Abstratos. Portanto se quisermos construir uma Cosmologia, quer dizer uma teoria coerente do “Universo”, será necessário começar com uma formulação não contraditória e não tautológica daquelas “regras discriminantes” que caracterizam “êste” Universo entre todos os Universos possíveis.

Uma vez determinadas essas regras, a Cosmologia deverá incluir uma “estrutura” do Universo tal que implique uma resposta ao problema “onde está o Universo?”, e possivelmente uma resposta que não seja uma mitologia, como: o Universo está nos ombros do Titã. O Titã pousa sobre a Grande Tartaruga e se você quizer saber onde fica a Grande Tartaruga, então será jogado na fogueira, e pronto.

Outros problemas, especialmente os de caráter teleológico, não serão necessariamente objeto de Cosmologia, embora que interessem, dramaticamente, ao Homem.

II — *Matéria e Universo*

Definimos como *matéria* tudo e somente aquilo cujas ações são observáveis no tempo e no espaço e são subordinadas às leis da termodinâmica.

Sabe-se que a matéria assim definida descreve uma gigantesca série de observáveis, racionalizando as relações entre êles por meio de leis que são relações matemáticas entre um limitado número de *invariantes* (massa, energia, carga elétrica, quantidade de movimento e momento angular). Êste é um caso daquelas “regras discriminantes” nas quais falamos antes, pois nem todos os objetos de conhecimento entram neste esquema, por exemplo, os Grupos Abstratos já mencionados, ou os poemas de Omar Khayyam. Podemos acrescentar que as leis da matéria formam um *grupo*, porque um conjunto qualquer de objetos materiais (isto é, espaço-tempo-termodinâmicos) qualquer que seja a complexidade do conjunto em pauta, constitui sempre um objeto material (ou espaço-tempo-termodinâmico). E também êste caráter grupal das leis da matéria pertence àquelas regras discriminantes já ditas.

Tendo assim definido a matéria em termos observáveis, logo a experiência nos mostra que o Universo não compreende toda a matéria possível e que a matéria não é suficiente para descrever todas as nossas experiências.

A primeira dessas observações é expressada dizendo que *êste é um dos Universos possíveis*, enquanto a segunda reza que *êste Universo não é homogeneamente material*, no sentido que será analisado no parágrafo IX.

III — *O Espaço dêste Universo*

O fato que êste é um dos Universos possíveis, pode-se constatar por muitas maneiras. Uma delas encontra-se analisando o “*espaço*” que é um dos elementos integrantes da definição de matéria em termos observáveis.

Tomemos como dado empírico a experiência semanticamente indicada como “distância entre dois observáveis”. Chamaremos “comprimento” a medida desta distância, feita so-

brepondo repetidas vezes uma outra distância tomada como *unidade*.

Quando os dois observáveis são muito pequenos em relação à distância entre eles, então podem ser interpretados como sendo dois “*pontos*”, sendo que um ponto é postulado como “infinitamente” pequeno. Ora a distância entre dois pontos pode ser medida sobre caminhos quaisquer, mais ou menos tortuosos. Portanto, existem infinitos valores para esta distância, mas pode-se postular que entre eles pelo menos *um* é o menor de todos.

Este é medido sobre uma linha que se chama *geodésica* (que não é necessariamente uma linha reta, nem necessariamente única).

Tomemos ainda como dado empírico a experiência expressada dizendo que a distância entre dois pontos pode ser observada ou como pertencente a uma *linha* (reta ou não) ou como jazindo sobre uma *superfície* (plana ou não) ou como contida num *volume*. A mesma experiência nos dá a evidência que para medir uma linha basta medir *um* comprimento; para medir uma superfície é sempre necessário medir *dois* comprimentos, (por ex.: a base e a altura de um retângulo) e para medir um volume é necessário medir *três* comprimentos.

Desde Cartésio, descobriu-se que todos esses comprimentos (um, dois ou três) podem ser representados por meio de três *coordenadas*. Sobre uma superfície descreve-se um triângulo que tem dois lados entre si perpendiculares, e sejam *a* e *b* as medidas dos comprimentos desses lados. Chamaremos *c* a medida do terceiro lado. Se entre essas medidas existe a relação (P) (Teorema de Pitágoras)

$$(P) \quad cc = aa + bb$$

então,

- 1) os três lados são retos ou pertencem a linhas retas
- 2) a superfície sobre a qual o triângulo jaz é *plana*;
- 3) as retas perpendiculares obtidas prolongando os la-

dos *a*, *b*, são duas *coordenadas planas ortogonais cartesianas*: a posição de cada ponto e a distância entre cada par de pontos no plano pode ser representada por meio dessas coordenadas, com o Teorema de Pitágoras.

- 4) No ponto onde as coordenadas se encontram passa uma outra coordenada perpendicular às duas coordenadas já ditas. A experiência demonstra que *não se podem* ter mais de três coordenadas perpendiculares passando num ponto só, representando as noções empíricas de largura, altura e comprimento. O conjunto das três coordenadas (ortogonais) é chamado *espaço métrico euclídeano*.
- 5) A distância *s* entre um ponto no espaço métrico euclídeano de coordenadas *a*, *b*, *c* e o ponto onde se encontram as três coordenadas é dada pelo mesmo Teorema de Pitágoras

$$ss = aa + bb + cc$$

- 6) A linha reta é a geodésica sobre um plano euclídeano.

É importante observar no Teorema de Pitágoras a ausência dos termos “*retangulares*” como *ab*, *bc*, *ca*, pois somente os “*quadrados*” estão presentes, isto é *aa*, *bb*, *cc*.

Este espaço métrico euclídeano de três dimensões é o que representa o “*volume*” neste Universo. Não conhecemos *empiricamente* nenhum “*hipervolume*” com quatro ou mais dimensões.

Pois bem, pode-se demonstrar que este *espaço métrico euclídeano* é um dos *espaços métricos euclídeanos possíveis*. Com efeito, a forma quadrática pitagórica já encontrada acima, isto é,

$$ss = aa + bb + cc$$

pode-se reduzir a uma forma linear

$$s = Aa + Bb + Cc,$$

a condição que os coeficientes A, B, C, tenham a propriedade de ter quadrado unitário e de ser auticomutantes, isto é, $AA = BB = CC = 1$, e também $AB + BA = 0$;

$$BC + CB = 0;$$

$$CA + AC = 0;$$

Portanto, A, B, C, não são números no sentido usual, mas sim operadores (números de Clifford ou tetraquaternions, veja P. Roman, *Advanced Quantum Theory*, Addison — Wesley, 1965, pp. 694 ss.), quais foram estudados por ex. por E. Eddington (numa obra muito discutível, *Relativity Theory of Protons and Electrons*, Cambridge, 1936) e por P. A. M. Dirac (*Principles of Quantum Mechanics*).

Uma forma (e a mais utilizada) desses números é aquela de *matrizes quadradas*, (de quadrado unitário e anticomutantes), como as usadas por Dirac. Mas se a ordem dessas matrizes (quer dizer o número de linhas e colunas) é expressado pelo número $2^p \times q$, sendo q um número ímpar, e p um número inteiro, então M. H. A. Newman (*Journal London Math. Soc.* vol. 7, 1932, pp. 92 e 272) demonstrou o teorema seguinte:

“existem $(2^p + 1)$ matrizes independentes, unitárias e anticomutantes da ordem $2^p \times q$, e entre elas $(p + 1)$ são reais, enquanto p são imaginárias”.

Real ou *Imaginário* significa que os elementos não nulos dessas matrizes são *todos* reais ou imaginários, respectivamente. Na prática esses elementos são ou ± 1 , ou $\pm i$.

Então suponha-se $p = 0$;

$$q = 3.$$

Teríamos neste caso somente *uma* matriz, pois $2 \times 0 + 1 = 1$.

O Teorema de Pitágoras teria de conter só um termo, isto é, teríamos um espaço de uma só dimensão real. O que não é caso do nosso espaço métrico.

Pelo contrário, tenha-se,

$$p = 2;$$

$$q = 1.$$

As matrizes têm a ordem $2^2 \times 1 = 4$, como as de Dirac.

Neste caso temos,

$2 \times 2 + 1 = 5$ matrizes independentes, das quais, $p + 1 = 2 + 1 = 3$; são reais, mas $p = 2$ são imaginárias.

Pois bem, as três matrizes reais correspondem às três coordenadas ou dimensões do nosso espaço métrico euclidiano, à condição que as duas matrizes “imaginárias” correspondam a coordenadas *temporais* uma das quais é o Tempo da nossa experiência. (Veja do Autor: *Fenomenologia e definições da dimensão temporal*, Estudos Universitários, Recife, 1968, vol. 7, n.º 2-3), isso quer dizer que o Universo tem um esquema pentadimensional (veja T. Kaluza, *Sitzungsberichte der Preuss. Akad. Wissenschaft*, 966 (1921); H. T. Flint, *The Quantum Equation and the Theory of Fields*, Methuen Monographs, 1966).

Todavia, o fato que a quinta dimensão é constante, faz com que uma descrição do Universo em quatro dimensões é suficiente, como foi feito pela Teoria da Relatividade.

Se fôsse $p = 3$; $q = 1$, teríamos matrizes da ordem $2^3 \times 1 = 8$, cujo número seria $2 \times 3 + 1 = 7$, sendo delas $3 + 1 = 4$ reais (espaço métrico) mas 3 imaginárias (temporais). É claro que um Universo com 4 dimensões espaciais e três tempos é totalmente alheio à nossa experiência. O mesmo diga-se para outros valores de p e de q.

Com isso permanece demonstrado que o espaço métrico euclidiano do nosso Universo é um dos espaços métricos euclidianos possíveis, e que portanto o nosso Universo é um dos Universos possíveis.

Esta conclusão concorda com os resultados dos parágrafos a vir.

IV — O Universo Geodésico

Há neste Universo uma força que é pequena em comparação com as forças elétricas e magnéticas, mas em compensação gera-se pelo simples fato de ter-se “matéria” sem as transformações ou operações necessárias para se obter as outras forças já ditas. Esta força é a gravitação, descoberta por

Isaac Newton, pela qual é "tamquam si" (como se) entre duas massas atuasse uma atração proporcional ao produto das massas, e inversamente ao quadrado da distância entre elas. A origem desta força foi e permanece um dos maiores mistérios da Natureza, junto à natureza da carga elétrica e às forças nucleares. Todavia foi possível ao gênio de A. Einstein, seguido por muitos físicos de grande valor, descrever por assim dizer o mecanismo por meio do qual a massa dos corpos gera gravitação.

Esta descrição é contida naquela que se costuma chamar Relatividade Geral. Para quem tem o preparo matemático necessário para este tipo de teorias, existem inteiras bibliotecas sobre a Relatividade Geral. Por exemplo: D. G. Bergmann Introduction to the Theory of Relativity, Prentice Hall, 1942; V. Fock, Space Time and Gravitation (engl. tr.) Pergamon 1959; R. H. Dicke, Gravitation and Relativity, W. A. Benjamin, 1964; Gravitational theory and observation, Physics Today, January 1967 pp. 55 e seg.).

A idéia básica e de grande beleza formal é que a gravitação é devida a uma deformação ou curvatura do espaço devida à presença de massas, e por consequência dela as geodésicas não coincidem mais com linhas retas, como se aí atuasse uma força, que é a gravitação.

A definição newtoneana de força é *massa x aceleração*, $F = ma$. Por outro lado a fórmula newtoneana da força de gravitação entre duas massas M, m à distância r é $F = KM m/r^2$, sendo K uma constante. Por comparação vê-se logo que a aceleração produzida pela gravitação sobre o corpo de massa m é $a = KM/r^2$, que não depende mais da massa m . Isso quer dizer que no espaço em torno do corpo da massa M (por ex.: a Terra) todos os corpos recebem a mesma aceleração, isto é, a gravitação é uma propriedade do espaço em torno do corpo M , como se a presença da massa M tivesse deformado este espaço. Imaginemos que o corpo m esteja viajando no espaço com velocidade constante, sem nenhuma outra massa em torno dele. Ele viajaria sobre uma geodésica que é uma linha reta. Mas se improvisamente, o corpo M aparecer perto do corpo m , este último continuaria viajando sobre uma geodésica que não é mais uma linha reta mas apresenta uma curvatura. Ora, na

física newtoneana uma curvatura implica numa aceleração (transversal), imposta ao corpo M , e uma aceleração define uma força. Assim a deformação do espaço aparece como um campo de força que é a gravitação. Estes conceitos podem ser expressados matematicamente, como diria o poeta César Leal,

com essas inusitadas equações
que o homem arma e Deus desarma
com sua eternidade clara e sem descanso.

(Triunfo das águas, 37-39).

O tratamento matemático realizado por A. Einstein utilizando o "Cálculo diferencial absoluto" de T. Levi-Civita, consiste em estudar a chamada *métrica* de um espaço onde é introduzida uma deformação capaz de representar o campo gravitacional.

Chamemos a, b, c, d, e as cinco dimensões do "nosso" espaço e tomemos pequenas *variações* delas, indicadas com a', b', c', d', e' . Então será $e' = 0$ porque não são conhecidas variações sobre a quinta dimensão. Por isso a distância s' entre dois pontos muito perto um do outro dá-se a forma chamada *métrica*; que é a seguinte:

$$(M) \quad s's' = Pa'a' + Qb'b' + Rc'c' + Sd'd' + La'b' + Mb'c' + Nc'a' + Ua'd' + Vb'd' + Wc'd'$$

Aí aparecem todos os 16 produtos possíveis entre os 4 fatores a', b', c', d' . Sendo que $a'd' = d'a'$, etc., esses 16 produtos ficam reduzidos a 10. Do mesmo modo, em lugar de 16 coeficientes teremos somente 10 coeficientes que são $P, Q, R, S; L, M, N; U, V, W$, os famosos coeficientes da métrica geralmente indicados com o símbolo s_{ik} elementos do tensor fundamental da métrica.

Veja-se cuidadosamente o significado da expressão matemática (M). Se fôssemos $P = Q = R = -S = 1$, e todos os outros coeficientes fôssem 0 (zero), esta expressão seria simplesmente um teorema de Pitágora em 4 dimensões. Se esta condição não fôr satisfeita, significará que a distância entre

dois pontos é diferente da prevista pelo teorema de Pitágoras, e isso quer dizer que esta distância não está traçada sobre um plano, mas sobre uma superfície que de maneira um pouco vaga chamaremos de curva. Como um conjunto de planos forma um volume, assim um conjunto de superfícies curvas formará um espaço curvo, no qual a mínima distância entre dois pontos não é pitagórica.

A idéia de Einstein é que a presença das massas deforma o espaço no sentido que uma superfície que seria plana quando as massas fôssem ausentes torna-se curva quando a massa está presente. Um corpo móvel que atravessa, por inércia, um espaço curvo ao longo de uma geodésica, viaja sobre uma "linha reta" do ponto de vista do espaço curvo; mas para um observador fora daquele espaço curvo aquele corpo se move sobre uma curva, e portanto êle dirá que o ponto em movimento é sujeito a uma força, que será a força de gravitação. Com efeito, chama-se força tudo aquilo que modifica um movimento uniforme e linear de maneira que se torne ou não uniforme ou não linear, ou em geral que se torne curvo. O exemplo que usualmente se dá é o seguinte: Se existisse uma estrada plana e direta entre Recife e Rio de Janeiro, estrada que ficasse sempre ao nível do mar, essa estrada seria interpretada como uma linha reta por um ciclista que a percorresse. Pelo contrário um túnel entre Recife e Rio e que fôsse exatamente uma linha reta, seria interpretado como uma estrada que por metade desce e por metade sobe. Isso mostra que uma linha reta traçada num espaço curvado (pela presença da massa da Terra) pode ser interpretada como uma linha curva; e vice-versa, uma estrada curva (como um arco de circunferência sobre a superfície terrestre) traçada num espaço curvo pode ser interpretada como uma linha reta. (Eu sei, isso vai dar um pouco de confusão).

Foi possível a Einstein demonstrar que esta idéia resiste àquela crítica aguda e exigente que é análise matemática, pois êle utilizou os recursos mais elevados do cálculo tensorial para expressar em termos lógicos e respondentes à experiência a idéia que a gravidade é devida a uma deformação do espaço. Trata-se de encontrar 10 equações que determinem os coeficientes da métrica. Essas 10 equações, que são as famosas *equações gravitacionais* de Einstein, representam em termos tensoriais as

leis gerais do determinismo físico. Utilizando o princípio da mínima ação de Hamilton, encontra-se uma relação entre os coeficientes da métrica e o potencial por unidade da massa das forças que atuam em cada ponto. Com o mesmo princípio de Hamilton obtêm-se outra equação que expressa o fato que a métrica deve ser geodésica. As outras equações expressam os princípios de conservação da massa, da energia e da quantidade de movimento. Uma última equação é dada pela equação de Poisson, do referido potencial, em termos tensoriais. O resultado é que em primeira aproximação a métrica tem a forma seguinte:

$$(E) \quad s's' = - (1 + g) (a'a' + b'b' + c'c') + (1-g) d'd'$$

onde d' é a coordenada temporal enquanto $g = 2u/c^2$, sendo u o referido potencial, e c a velocidade da luz. No caso gravitacional temos $u = KM/r$. Demonstra-se que esta fórmula descreve o movimento dos planetas por efeito de gravitação, não somente mais também explica algumas anomalias que não eram explicáveis com a lei de Newton, como a chamada precessão dos equinócios. Outros fenômenos foram previstos por essa lei, como a mudança da frequência da luz emitida num campo gravitacional e observada experimentalmente no espectro daquelas estrelas extremamente densas chamadas anãs brancas. Outro efeito foi a deflexão da luz das estrelas atravessando o campo gravitacional do Sol durante os eclipses totais do Sol. (Este último efeito foi visto pela primeira vez por A. Eddington, em Sobral aqui no Brasil, durante o eclipse total de 1919. V. *Vistas in Astronomy*, vol. 3, pp. 47-77, de H. von Klüber).

Então temos o resultado seguinte: se neste Universo não existissem massas, as geodésicas seriam linhas retas. (Mas isso não pode ser confirmado, porque se não existe massa não existe observador). Mas se começamos colocando uma massa numa certa zona, as geodésicas que passam por aquela zonas ficarão um pouco curvas. Imaginemos de distribuir outras massas ao longo dessa geodésica. Ela continuará a aumentar a sua curvatura até que tendo colocado bastantes massas numa distribuição oportuna, a geodésica tornar-se-á tão curva que voltará sobre si mesma formando uma curva fechada. Se

tôdas as geodésicas dêste Universo tornam-se curvas fechadas, é claro que êste Universo não terá limites nem para começar, nem para terminar, mas o volume ocupado pelas geodésicas será o volume *finito* ocupado pelas geodésicas fechadas sôbre si mesmas. Einstein expressou êste fato de maneira um pouco paradoxal dizendo que, se a natureza da gravitação é aquela aqui sumariamente descrita, então o Universo é *ilimitado, porém finito*. Desta maneira, por via de uma teoria puramente físico-matemática, chega-se a uma conclusão de evidente valor filosófico, e não sômente físico. Em lugar da expressão "Universo ilimitado e finito" preferimos usar a outra "Universo Geodésico", porque contém também a origem das dimensões finitas do Universo, isto é, a curvatura das geodésicas.

E também aqui chegamos a uma confirmação a mais do já expressado antes: êste é um dos Universos possíveis. A curvatura de um Universo geodésico não tem só um valor possível. É necessário um mínimo de massa total do Universo para que as geodésicas sejam fechadas. Mas essas podem ser muito ou pouco fechadas, quer dizer a massa global do Universo pode ter muitos valores além do mínimo indispensável. Êste Universo tem um desses valores que, por quanto nos concerne, aparece como sendo injustificável com motivos lógicos, sendo sômente um dado de fato experimental, quer dizer a *densidade média da matéria do Universo*.

Como dado de fato, a densidade média da matéria dêste Universo corresponde a alguns átomos de hidrogênio por metro cúbico, enquanto o raio do mesmo é da ordem de 10 bilhões de anos luz.

Todavia é necessário fazer aqui uma reserva: êste Universo cujo raio foi encontrado da maneira descrita tem de ser pensado em quatro ou cinco dimensões, não como uma esfera sômente de 3 dimensões. Quer dizer que cada elemento dêste Universo é simultaneamente localizado no espaço e no tempo e por isso nos hiper-espaços de 4 ou 5 dimensões. Um elemento determinado na sua posição no espaço e no tempo chama-se fisicamente *evento*. Todos os eventos dêste Universo estão colocados sôbre geodésicas no hiper-espaço. Êste Universo é portanto o conjunto de todos os eventos compatíveis com a estrutura geodésica dêle.

Desta maneira responde-se ao problema: onde está o Universo? E a resposta é que aquela pergunta não significa nada, porque os eventos fora das geodésicas dêste Universo são absurdos e portanto inexistentes. Assim, o problema é resolvido sem precisar da Grande Tartaruga, mas também sem dar satisfação à nossa imaginação.

Enfim, a curvatura do espaço de que se falou atua sômente sôbre as componentes métricas do espaço, não chegando a fechar a coordenada temporal num ciclo fechado. Por isso nunca se repete a história dos eventos dêste Universo, muito embora esteja escrito que não há nada de novo embaixo do Sol.

V — A Evolução da Matéria do Universo

A observação mostra que êste Universo é constituído por ilhas, ditas *Galáxias*, (espirais, barradas ou globulares) separadas por milhões de anos — luz de espaço.

A análise espectroscópica, por emissão e por absorção, e também os dados obtidos pela rádio-astronomia, completados com recentíssimas observações feitas através dos satélites artificiais, permitiram determinar a composição química da matéria contida nas Galáxias, da matéria condensada nas estrêlas, como daquela muito mais diluída nas nuvens opacas incluídas nas Galáxias, ou mesmo da matéria extremamente tênue contida na maior parte do volume do Universo, que é o espaço *inter-galático*. O resultado é que a maior parte desta matéria é constituída por hidrogênio (cêrca de 73%) o restante sendo de 25% hélio e os últimos 2% numa mistura de todos os elementos possíveis. (v. Schwarzschild, Structure etc., pp. 25 e 27).

Além disso, a descoberta da origem nuclear do calor das estrêlas, juntamente com uma parcela devida ao campo de gravitação, deu a possibilidade de determinar uma história da matéria incluída no Universo.

Em grandes linhas esta história é a seguinte: tudo acontece como se a dinâmica do Universo vai gastando progressivamente a reserva de combustível nuclear, por reação p-p, ou pelo ciclo de Bethe, ou outras reações).

Nesta utilização do hidrogênio formam-se sub-produtos,

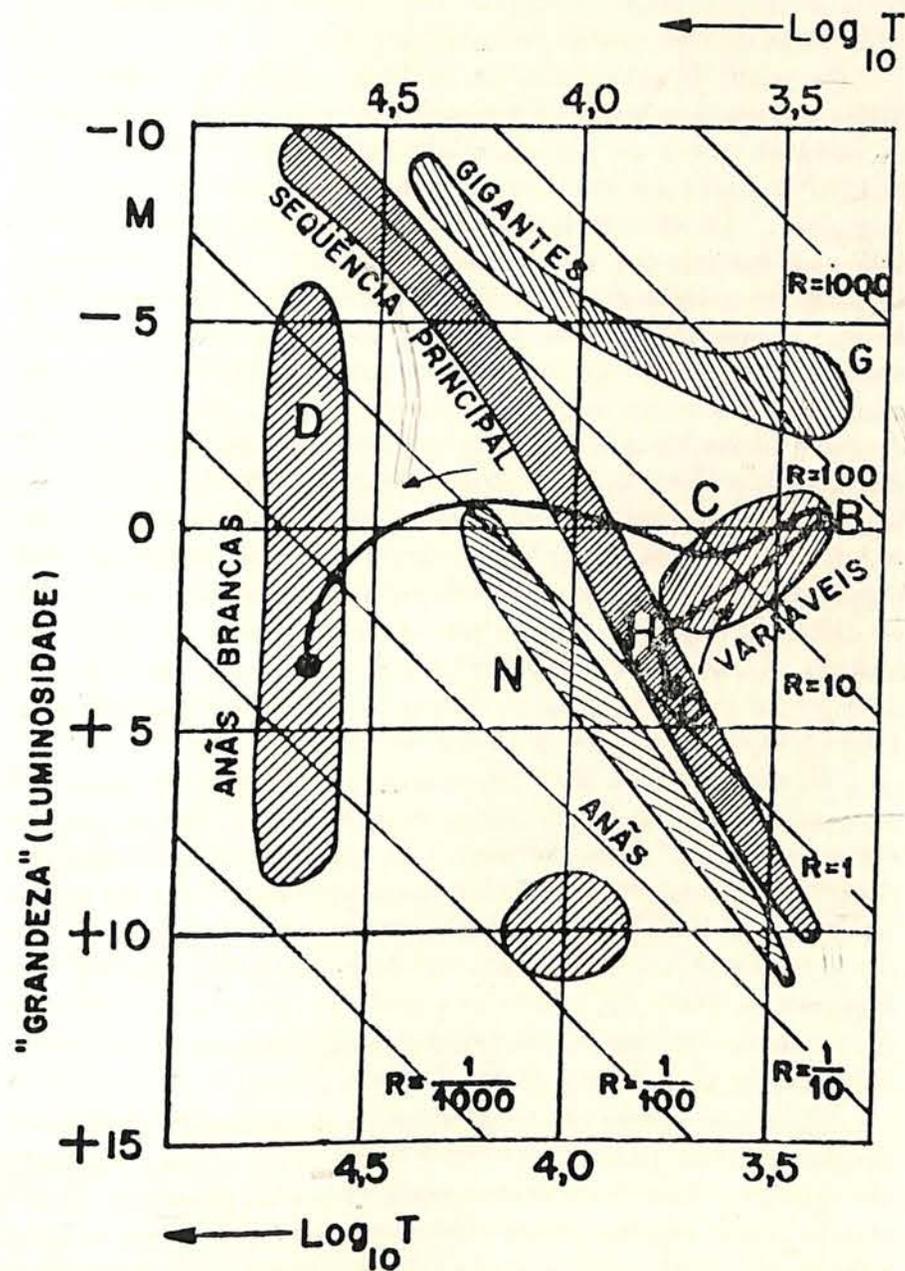
que são os outros elementos do sistema de Mendeleieff. No começo formam-se o hélio e os elementos leves, depois progressivamente todos os outros até os mais pesados. Por assim dizer todos esses elementos são as cinzas da grande fogueira nuclear que é o Universo. Desta maneira aparece bastante evidente como seja possível estabelecer as etapas sucessivas desta progressiva combustão de hidrogênio e formação de outros elementos, com tôdas as conseqüências implícitas nesse processo. Esta previsão é contida substancialmente num famoso diagrama, chamado de Hertzsprung e Russell (mais fácil dizer diagrama H. R. veja figura).

É possível medir com métodos óticos tanto a temperatura superficial de uma estrela quanto a sua luminosidade. Colocando num diagrama os correspondentes dados experimentais, foi encontrado que a maior parte dos pontos que representam as estrelas observadas caem dentro de uma estreita faixa chamada *sequência principal*, como aquela indicada na figura. As estrelas que sobram estão distribuídas nas zonas do H. R. indicadas na figura com as letras C, G, D, N. A explicação deste fato encontrou-se fazendo cálculos do ritmo com que uma estrela que nasce com uma *certa composição química* (por ex.: 75% de hidrogênio, 25% hélio) e com uma dada massa (por ex.: 1.8 vezes a massa solar) gasta o seu hidrogênio. Desta maneira é possível saber, para cada composição inicial, qual é a percentagem de hidrogênio que no decorrer do tempo subsiste disponível, sendo que este dado pode ser deduzido das observações. (Alguns casos de composição química de estrelas veja em M. Schwarzschild, *Structure and Evolution of Stars*, Princeton, 1958, p. 27).

Queremos dizer que se uma estrela nasce num ponto 0 da sequência principal, quando ela gasta o seu hidrogênio evolue caminhando ao longo de uma linha como aquela indicada na figura. (Veja por ex.: as estrelas do Cluster M3 distribuídas ao longo desta linha, M. Schwarzschild, op. cit. p. 6).

Esta linha, saindo da origem 0 permanece dentro da sequência principal até um certo ponto H, quando ela se desvia transferindo-se na zona indicada com C, até um ponto indicado por B.

Tudo isto significa que durante o período em que a es-



trêla permanece na sequência principal, entre O e H, ela aumenta de temperatura e também, mas menos de luminosidade. De H até B vai diminuindo de temperatura.

No ponto B o caminho da evolução muda de direção: a estrêla volta a aumentar de temperatura, mais torna-se instável ou variável, como as famosas Ceféidas (estrêlas variáveis de período regular) ou RR Lyrae, (estrêlas variáveis de período irregular). Desde esta fase a estrêla é instável, e se a massa dela não for inferior a 1.4 massas solares (limite de Chandrasekar) a estrêla evolui explodindo, isto é, tornando-se uma Nova. Outras têm estágio ulterior, ainda imperfeitamente conhecido, no qual elas explodem como Super-novas, evento muito raro e de tamanho impressionante, sendo milhares de vezes maior do que a mesma explosão de uma Nova. (v. C. Payne Gaposchkin, Galactic Novae, North Holland, 1957). As Gigantes contidas na zona G (como Antares cujo tamanho é da ordem de grandeza do sistema solar) são casos especiais, que porém também evoluem. (V. em Schwarzschild op. cit. p. 82 os diferentes tipos de reações nucleares durante a evolução estelar). O que sobra das Novas são estrêlas bastante pequenas, porém densas e quentes chamadas Anãs Brancas, que resfriam lentamente e cujo destino é ignorado.

O que sobra de uma Supernova, além talvez de uma anã branca, é uma nuvem de gases quentes em rápida expansão, como a célebre "Crab Nébula". O espectroscópio revela nas supernovas a presença dos elementos mais pesados, até o Califórnio (n.º 98), enquanto nas Novas encontram-se os elementos até o Ferro (n.º 26). As explosões finais das estrêlas contaminam os gases do espaço cósmico com grandes quantidades de metais e outros elementos pesados, e isso terá um valor enorme na evolução do Cosmos, como diremos.

Talvez os corpos tão problemáticos chamados Pulsars sejam também pertencentes aos estádios finais da evolução da matéria estelar, sendo êsses corpos pertencentes ao grupo das rádio-estrêlas, mas emitem sinais aparentemente modulados e intervalados de uma maneira extremamente regular. Por enquanto êles são somente um dos tantos mistérios dêste Universo, juntamente com as rádio-estrêlas.

As estrêlas são agrupadas nas Galáxias, incluindo o halo

do que poderíamos chamar "enxames esféricos" de estrêlas ("Globular Clusters"), e eventualmente nas nebulosas satélites (como as Nuvens de Magalhães para a nossa Galáxia). Todavia muitas Galáxias contêm uma grande quantidade de matéria em forma de nuvens, que geralmente são obscuras, mas tornam-se luminosas às vezes por efeito das estrêlas incluídas nelas ou por efeito de choque entre nuvens contíguas.

Como evolui esta matéria chamada *intra-galáctica*? Ela é constituída em maior parte por hidrogênio (como é revelado pela rádio-astronomia) mas também contêm grandes quantidades de poeira cósmica e de gases de outros elementos, ou mesmo de compostos moleculares como pequenos cristais de gelo e meteoritos metálicos e não metálicos. Tôda esta matéria, que no conjunto constitui uma fração importante da massa total de uma Galáxia, é sobretudo localizada perto do centro dela (e por isso nós não podemos ver a gloriosa luminosidade do enorme conjunto de estrêlas do centro da nossa Galáxia) e também ao longo dos braços espirais, quando existem. Todavia o volume por ela ocupado é tão grande que a densidade desta matéria no espaço é realmente muito pequena, somente alguns milhões de vezes a densidade do espaço inter-galactico, quer dizer um milhão de átomos para cada 10 centímetros cúbicos.

A origem desta matéria é complexa. Parte é o que sobrou da matéria original, e parte é devida às matérias espalhadas no espaço pelas sucessivas explosões de Novas e Supernovas. Quanto mais tempo passa, tanto mais esta matéria intragaláctica contêm os produtos daquelas explosões, isto é hidrogênio sempre menos puro.

Ora foi uma hipótese razoável, e depois das observações de Bok tornou-se evidência experimental, o fato que a matéria intragaláctica continua condensando-se em estrêlas. Inicialmente formam-se enormes esferas escuras desta matéria ("glóbulos de Bok", V. Stellar Populations, North Holland 1958, art. de L. Spitzer, p. 453). Por efeito da gravitação êstes glóbulos se contraem, e a gravitação oferece uma fonte de energia com que êstes gases que se contraem tornam-se progressivamente mais quentes, até que na região central a pressão e a temperatura dão as condições necessárias e suficientes para começar as reações nucleares. Neste momento o glóbulo começa a

sua evolução como estrêla (“super-gigante vermelha”), com tôda probabilidade num ponto qualquer na parte baixa da sequência principal do diagrama H. R. com uma composição inicial dependente da história daquela parte da Galáxia onde o glóbulo se formou.

Desta maneira a evolução da matéria intragaláctica resume-se na história de sucessivas gerações de estrêlas, ou como se costuma dizer de sucessivas populações estelares, sôbre as quais voltaremos a falar, pelas implicâncias cosmogônicas que elas acarretam.

Não se conhece atualmente qual seja o destino da matéria intergaláctica quer dizer no espaço entre as Galáxias. Ela tem uma densidade tenuíssima cêrca de um átomo para 100 centímetros cúbicos. Mas o volume por ela ocupado é de tão deslustrante grandeza que a massa total intergaláctica é uma fração importante (mais ou menos uns 50%) da massa total do Universo. No estado atual da Astrofísica não sabemos se esta matéria entrará no ciclo das estrêlas. Mas, com uma inevitável citação,

“There are more things in heaven and on earth,
than are dreamt of by our philosophy”.

Aqui pareceria terminado o elenco da matéria contida no Universo e o que conhecemos sôbre o destino dela. Mas não é assim. Há outra matéria que ocupa o Universo inteiro, aparentemente com densidade uniforme, muito embora a maior parte dela não possa ser percebida diretamente nem pelos nossos sentidos nem pelos nossos instrumentos. Esta matéria, por assim dizer, oculta, compreende duas partes: a *energia radiante*, em tôda a extensão dos espectros possíveis, e o *espaço físico*.

Uma das grandes conquistas da ciência, devida ao gênio de Einstein, é a equivalência entre massa e energia, no sentido que uma massa representa em forma coagulada uma energia E expressada pela célebre fórmula de Einstein $E = m c^2$. Ora, o Universo é cheio de tôda espécie de radiação, eletromagnética e corpuscular. A primeira abrange tôdas as ondas possíveis desde as rádio-frequências até raios gama de formidáveis energias. A segunda abrange eletrons, prótons, e núcleos de prã-

ticamente todos os elementos, inclusive os que constituem a chamada radiação cósmica primária. A energia radiante dá preciosas informações sôbre a dinâmica e o porvir da evolução do Universo. Todavia contém um elemento muito enigmático, chamado *neutrino* (V. Art. Cit., Evolução do conceito de causalidade, p. 17; ou C. Borghi, Introdução à Física Atômica e Nuclear, 1964, I, pp. 277-282).

O neutrino representa uma quantidade não desprezível de massa — energia que “desaparece”. Qual seja o significado disso na evolução do Universo é ainda desconhecido.

Enfim, o espaço físico, é êle mesmo matéria. Êsse é um conceito que poderá parecer esquisito ou paradoxal, muito embora todos compreendamos que o que existe entre nós e a Nebulosa de Andrômeda não é uma abstração mental, mas uma parcela do Universo, é matéria. Esta matéria é objeto não somente de especulações teóricas mas também de experiências. A chamada “criação de pares” é equivalente ao efeito fotoelétrico, em que o espaço físico se comporta como um corpo que absorve as radiações emitindo eletrons, com um bem definido limiar de energia. E há outros fenômenos, como a polarização, que mostram como o espaço físico é “uma coisa”. Pode ser que a teoria do “oceano de elétrons” de Dirac seja um pouco obsoleta, mas quem olhar as outras maneiras com que êstes problemas são expressados, verá que embaixo delas sempre é possível pensar em termos comparáveis com o “oceano de eletrons”. Nada sabemos da evolução desta matéria, que tem propriedades extremamente curiosas, sobretudo porque tendo densidade zero deve ser a soma de massas de sinais opostos, em estados de energia negativa, e porisso não podem se aniquilar, pois teriam de fazê-lo emitindo quanta negativos de energia, que não podem existir.

VI — O Universo em Expansão

O sistema das equações gravitacionais, com o qual se determinam os coeficientes da métrica, tem dois tipos possíveis de soluções: soluções estacionárias no tempo e soluções variáveis com o tempo. De maneira um pouco aproximativa, as soluções estacionárias representam um Universo cujo raio de curvatura

é constante, enquanto as soluções não estacionárias representam um Universo cujo raio de curvatura varia ao longo do tempo. As primeiras foram estudadas por Einstein, e as outras por De Sitter e Lemaître (Veja C. Moeller, *Relativity*, Oxford, 1957, p. 356-370). É oportuno frisar que todos êstes tipos de Universo são *possíveis*, quer dizer, não há nada de contraditório num Universo estável, onde o raio de curvatura é constante, ou num Universo que se expande (isto é, cujo raio de curvatura aumenta com o tempo) ou se contrai (isto é cujo raio de curvatura diminui com o tempo). Mais uma vez, a escolha entre êstes Universos possíveis é deixada à experiência, que *constata* a existência de um deles e a não existência dos outros, embora nem êstes outros sejam absurdos.

A previsão teórica para um Universo não estável, pelo menos em primeira aproximação, é que um observador num ponto qualquer dêste Universo deve observar os objetivos que ocupam o Universo afastando-se do observador (ou aproximando-se dêle) com uma velocidade que aumenta em proporção direta com a distância dos objetos. Naturalmente esta observação tem sentido em escala cósmica, isto é, considerando parcelas de espaço tão grandes que as Galáxias possam ser consideradas pontos. Há um certo número de maneiras para medir a distância destes objetos, pelo menos num número de casos suficiente para comprovar a referida lei da chamada "velocidade de fuga" das Galáxias. Por ex.: existem as estrêlas variáveis chamadas Cefeidas. Sabe-se que há uma relação direta entre a luminosidade delas e o período das variações típicas dessas estrêlas. Portanto, medindo êste período e a luminosidade efetiva das Cefeidas, quando é possível distinguí-las nas Galáxias, tem-se uma maneira bastante exata de saber-se a distância das Galáxias.

A previsão teórica foi brilhantemente confirmada pelos astrônomos Hubble e Humason (*Astrophysical Journal*, 74, 1931, p. 43) que também determinaram a constante de proporcionalidade entre distância e velocidade de fuga. Esta velocidade de fuga mede-se por meio de medidas espectroscópicas utilizando-se o efeito Doppler, pelo qual a frequência de uma fonte de luz que se afasta varia proporcionalmente à velocidade de afastamento, e por consequência as Galáxias longínquas têm um espectro que, comparado com uma fonte terrestre, desliza na di-

reção do vermelho ("red shift"). É isso o que se observa: as raias espectroscópicas, por ex.: as do hidrogênio, das Galáxias somente deslizam para o vermelho, como se as Galáxias tivessem uma *velocidade de fuga* que aumenta de 60 Km/sec. por cada milhão de anos-luz de distância (V. Hoyle, *Frontiers*, p. 275-276).

Desta maneira encontrou fundamento experimental o conceito que êste Universo tem um raio de curvatura que varia no tempo, quer dizer: êste é um Universo que se expande, como se estivesse explodindo. (V. de Lemaître, em *Stellar Populations*, 1958, p. 476).

Permanecendo a evidência experimental do "deslizamento para o vermelho" do espectro das Galáxias, foram tentadas outras explicações, na esperança de encontrar uma justificação que não seja uma real expansão do Universo. Por ex.: foi sugerido como hipótese o envelhecimento da luz ou a absorção da luz por efeito Compton ao longo dos imensos caminhos inter-galáticos. Todavia a análise quantitativa dessas hipóteses não é sustentada por dados experimentais, ou mesmo é em contradição com êles. Portanto no estado atual da Astrofísica a explicação do "red shift" como expansão do Universo permanece a mais válida.

VII — As Populações Estelares

Observando e medindo a luminosidade e a temperatura das estrêlas assim como o tipo de espectro delas, é possível à moderna Astrofísica saber qual é o caminho que cada estrêla percorreu ao longo do diagrama H. R., e portanto é possível conhecer a *idade das estrêlas*. Foi feito um trabalho imenso, e o astrofísico W. Baade encontrou um curioso resultado, muito importante do ponto de vista de uma Cosmogonia. Êste resultado refere-se ao "sistema local" mas não há razão que proíba de extendê-lo ao Universo.

As idades das estrêlas aparecem como sendo distribuídas em dois grandes grupos, que foram chamados população I e população II (Veja os dados experimentais na ata do Congresso de Castelgandolfo, *Stellar Populations*, North Holland, 1958,

especialmente os artigos de Baade, D. Lindblad, A. Sandage, A. Blaauw, M. Schwarzschild).

As estrelas da população II aparecem como tendo começado com hidrogênio misturado a 10% do Hélio, e são as mais antigas, sendo a idade delas em torno de 9 bilhões de anos.

As estrelas da população I têm a aparência de ter começado com hidrogênio menos puro do que as da geração II, e mostram maior abundância de metais. Essas estrelas são, em média, bem mais jovens do que as da população II, sendo a idade delas em torno de 4,5 bilhões de anos.

Significa que mais ou menos acerca dessas duas idades o processo de condensação da matéria galáctica em estrelas encontrou condições favoráveis, muito embora a formação das estrelas seja um fato que acontece continuamente nas Galáxias.

Segundo quanto já foi dito antes, depois que uma estrela começa a ter reações nucleares, ela se comporta como uma fornalha atômica, produzindo continuamente outros elementos. Quando chegar ao fim da sua vida, ela explodirá espalhando elementos pesados no espaço, pelo processo das Novas e Supernovas. Isso explica o fato que as estrelas de gerações sucessivas aparecem com crescente abundância de metais.

Este fato acarreta algumas consequências importantes. A primeira é que não existe na estrutura das Galáxias e no Universo um mecanismo que elimine os elementos pesados, como uma espécie de catabolismo cósmico que manteria a pureza do hidrogênio. A segunda é que nas sucessivas gerações das estrelas as reações nucleares encontram quantidades crescentes de "venenos atômicos" que tendem a diminuir e até impedir a produção de calor pela fusão de elementos leves. Se este processo de envenenamento continuar, isso traria como consequência que haverá uma geração de estrelas que não poderão mais produzir calor nuclear, e portanto serão estrelas nascidas-mortas.

Como curiosidade, o nosso velho Sol é uma estrela de tipo G, bastante velhote entre as estrelas jovens da população I.

VIII — *Big-Bang vs. Criação Contínua*

São evidentes as implicações cosmogônicas dos dados ex-

perimentais resumidos sumariamente nos parágrafos anteriores.

Com efeito, todos esses dados parecem empurrar para aceitarmos a imagem de um Universo cuja duração é limitada entre um início e um fim.

A sugestão do "início" é fundamentada nos fatos seguintes já mencionados antes e que aqui somente numeramos.

(I) O começo da evolução da matéria galáctica, feito de hidrogênio, em estrelas.

(II) A progressiva produção de elementos pesados.

(III) O progressivo espalhamento desses elementos pesados por meio das Novas e Supernovas.

(IV) As sucessivas populações estelares.

(V) A expansão do Universo que obviamente "teve início" num Universo muito menor do que o atual.

Por outro lado, a sugestão de um "fim" nasce sobretudo pelo fato do progressivo "envenenamento nuclear" da matéria galáctica e da não existência de um mecanismo capaz de eliminar os metais que se contrapõem à fusão nuclear na dinâmica das estrelas, por causa das reações nucleares endotérmicas que lhes são próprias. Parece evidente que temos de esperar uma fase de envelhecimento do Universo, onde as estrelas nascem mortas, pois não evoluem do estágio de glóbulos para o estágio de fornalhas nucleares.

As explicações desses fatos abrangem três tipos de hipóteses:

(A) *A hipótese do big-bang* (V. p. ex. P. J. Peebles, D. J. Wilkinson. Primeval Fireball, Scientific American, June 1965, p. 28 ss).

Segundo esta hipótese, há cerca de 10 bilhões de anos atrás "existiu" um Universo inicial, de volume muito reduzido (por ex.: comparável ao do Sistema Solar) contendo toda a matéria (massa + energia + espaço físico) que ainda agora é contida no Universo, portanto uma espécie de "Ovo" extremamente denso. Este Universo inicial *explodiu*, e desta grande explosão ("big-bang") nasceu a energia cinética e radiante contida no Universo, e também teve origem a divisão da matéria em ilhas ou nuvens, das quais nasceram as Galáxias, e pois nas Galáxias nasceram as estrelas, as nebulosas obscuras, os planetas, eu e você.

Segundo Hannes Helvén, a grande explosão pode ter a origem seguinte: O "Ovo" continha, misturada com "matéria", uma certa quantidade de "anti-matéria" (veja do A. Fenomenologia e definições da dimensão temporal, Estudos Universitários, vol. 7, n.º 2-3, p. 30, 1967).

Matéria e anti-matéria se "aniquilaram", com um processo bem conhecido e que ainda agora se observa entre elétrons e pósitrons. Desta "aniquilação" nasceu uma quantidade, gigantesca mas finita, de energia radiante, pertencente a todo o espectro das ondas eletro-magnéticas. Esta é a "chama" da grande explosão, que aqueceu a matéria que sobrou, até a temperatura de milhões de graus. Então, o Universo começou a se expandir, segundo as leis da Termodinâmica. Esta expansão ainda continua, freitada somente pela deceleração devida à gravitação, que tenderia a impedir aquela expansão. O "deslisamento para o vermelho" (red shift) das raias espectrais das Galáxias é a evidência desta velocidade de fuga das Galáxias, consequência da explosão que aconteceu há mais ou menos 10 bilhões de anos atrás.

B) *Hipótese dos Universos Cíclicos:*

Admitindo que os dados experimentais evidenciam que este Universo teve um big-bang com que iniciou a atual expansão observada por Hubble, e lembrando que teoricamente é possível um Universo que se encolhe, e não somente um que se expande, pode-se fazer com Allan Sandage a hipótese que a atual expansão do Universo é freitada pela gravitação, até parar. Depois disso a mesma gravitação daria início ao processo inverso, de contração, até o Universo entrar num colapso final ("implosão"), voltando a ser um "pequeno" Universo pronto para uma nova explosão. Esta hipótese é realmente traiçoeira, porque contém subrepticamente uma outra hipótese insustentável. Com efeito, o processo de expansão (adiabática) do Universo, segundo as leis da Termodinâmica, acarreta consigo aquilo que se chama "degradação da energia" e o mesmo Universo. Em termos aproximativos, poder-se-ia dizer que, segundo a hipótese cíclica, durante a fase da contração, a energia radiante,

que fora emitida no big-bang e nos outros processos físicos, tem de ser recuperada por meio de fenômenos fotonucleares que destroem os elementos pesados para formar de novo o hidrogênio primordial. Ora, isso é impossível, porque os fenômenos fotonucleares só acontecem se os quanta de luz têm pelo menos um determinado valor da energia (geralmente um valor bastante alto). Ora, nos processos adiabáticos o valor médio da energia dos quanta de luz tende a diminuir, e portanto na fase da contração o Universo não consegue utilizar outra vez a radiação produzida para formar elementos pesados, para a tarefa de "recuperar" todos os núcleos desses elementos pesados. Quer dizer que a cada ciclo explosão-expansão-contração sobra uma quantidade de "venenos nucleares", e por isso depois de um certo número de ciclos o Universo teria de ser nuclearmente inativo. Assim, ou postulamos algum milagroso método para eliminar os "venenos nucleares", ou também o Universo cíclico apresenta um começo e um fim.

C) *Hipótese da Criação Contínua*

O "battage" propagandístico que cercou esta hipótese, sobretudo por parte dos autores dela, F. Hoyle e W. Fowler, criou uma certa popularidade a esta tentativa, não obstante o alto "preço científico" que ela exige. Esta hipótese, (V. F. Hoyle, op. cit.; H. Bandi, *Cosmology*, Cambridge, Monographs in Physics, 1952; V. também G. J. Whitrow, *The Structure and Evolution of the Universe*, Hutchinson, 1959) agora cientificamente morta mas que sobrevive em meios não científicos como um fenômeno da "viscosidade" típico para todos os fanatismos, consiste essencialmente em duas afirmações muito pesadas, quer dizer:

(1.º) A lei de conservação das massas (veja do A., "Evolução do conceito de causalidade", Estudos Universitários, Vol. 6, 1966 p. 5 ss) não é rigorosamente válida, pois admite-se que em cada ano alguns átomos de hidrogênio "se criam do nada" em cada ano-luz-cúbico do Universo. Desta maneira, o Universo deve se expandir para dar lugar ao hidrogênio recém nascido.

(2.º) Pela expansão referida, a velocidade de fuga das

Galáxias chega a *superar a velocidade da luz*: as Galáxias que superam êste limite “saem” dêste Universo, indo embora para não se sabe onde. Assim existe um mecanismo para eliminar os produtos da combustão do hidrogênio.

Nesta hipótese não há mais lugar para o big-bang do Universo, pois tratar-se-ia de um Universo sem início nem fim, aliás êste “resultado”, é a razão por que a hipótese foi inventada.

A decisão entre essas hipóteses pode-se encontrar na maneira mais direta, isto é na experiência, pois por paradoxal que pareça, ainda estamos ouvindo a explosão inicial (V. Art. cit. Peebles e Wilkinson). Com efeito, se o big-bang realmente aconteceu, e se o Universo é adiabático (quer dizer não tem perdas de energia que iria fugindo para “fora”) então a explosão mesma, no início, deve ter sido acompanhada por um “relâmpago” gigantesco, uma enorme produção de energia, e essa energia não deve ter diminuído ao decorrer do tempo, depois do instante inicial. A extrema incandescência dos primeiros instantes deve ter diminuído enquanto o Universo se expandia em consequência do big-bang, isto é a temperatura do Universo começou com muitos milhões de graus mas gradativamente teve de diminuir acompanhando a expansão. Portanto o Universo tornou-se sempre menos “quente” ao passar dos milênios. Qual seria a temperatura do Universo *agora*, depois de mais ou menos 10 bilhões de anos? O cálculo pode ser feito, e foi executado por Dicke. O resultado é que a “temperatura do Universo” agora teria de ser de somente 3 graus centígrados acima do zero absoluto, quer dizer 270 graus centígrados abaixo do zero. Mas, como medir a temperatura do Universo? Pois bem, foi encontrado um “termômetro” capaz de medir a temperatura de tão gigantesco paciente, sob a forma de um detetor de micro-ondas milimétricas, captadas por meio de um grande espelho parabólico. Na execução de um contrato com a Agência Americana para vôos espaciais, um grupo da Companhia Bell construiu um rastreador de satélites funcionando com ondas milimétricas. Mas o detetor de micro-ondas ligado com a antena parabólica registrou um *ruído* que se demonstrou ser devido a um fluxo constante de ondas milimétricas que chegam a nós isotropicamente, quer dizer com igual intensidade para tôdas as direções. Esta radiação que enche uni-

formemente todo o espaço agora, e não apresenta a aparência de provir de fontes localizadas, coincide com aquela que, segundo a lei de Planck, foi calculada por Dicke para um Universo adiabático de 3 graus Kelvin de temperatura, sendo ela o que sobra da grande explosão, ou big-bang, com que êste Universo começou. Por isso podemos afirmar que *ainda* percebemos o estrondo do *big-bang*.

Por um certo tempo achou-se que também os enigmáticos objetos chamados “quasars”, descobertos por Maarten Schmidt, fossem o que ainda se pode ver do big-bang. Mas sucessivas dúvidas sôbre a distância dos quasars indicaram que o enorme “red-shift” dêles pode não ser devido a efeito Doppler pela velocidade de fuga dêles, mas sim ao efeito relativístico de red-shift causado por um campo gravitacional excepcionalmente intenso.

Além da evidência da “radiação dos 3.^o K”, pela qual somos testemunhas “oculares” do big-bang, é oportuno acrescentar o caráter excepcionalmente “ousado” das hipóteses necessárias para sustentar a teoria dos Universos cíclicos ou pior ainda aquela da criação contínua. Não repetiremos o que já foi dito sôbre a “degradação da energia radiante”, que impede de aceitar os Universos cíclicos. Mas considerem as condições exigidas pela “teoria da criação contínua” (ou do Universo estacionário, como foi também chamada). Pode ser verdade que não se pode demonstrar que não se cria do nada um átomo de hidrogênio por ano por ano-luz-cúbico, muito embora tôdas as observações conhecidas confirmam o princípio de conservação da massa (mesmo na escala microscópica onde se observa o efeito Compton). Todavia o que aquela “hipótese” diria é que a probabilidade de criação diminui onde já há outra matéria: quanto “mais nada” há, mais provável seria a criação, como se o “nada” fôsse alguma coisa, para ser causa de outra coisa. Como se vê é uma hipótese muito parecida com um desespero. Ainda mais, a afirmação que a velocidade de fuga cresce “linearmente” é errada, pois isso vale só quando esta velocidade é bastante menor do que a velocidade da luz. Quando for perto à luz, a velocidade de fuga não aumenta mais linearmente, sendo compensada por um aumento da massa relativística. O “paradoxo de Olbers” (v. Hoyle, *Frontiers*, passim) é eliminado pela massa

finita contida no Universo, não pelo superamento do “muro” da velocidade da luz por parte da matéria que chegou aos “confins” como queria Hoyle. Se a velocidade da luz fôsse alcançada por uma Galáxia, esta teria *massa infinita*, e se a velocidade da luz fôsse superada, aquela massa tornar-se-ia *imaginária*. Poderíamos dizer que só pode valer a teoria da criação contínua, se jogássemos às ortigas todo o restante da física.

Em conclusão, tem-se uma forte evidência experimental para dar vulto a uma *Cosmogonia*, com um cronograma que compreende o fato que “alguma coisa aconteceu há cêrca de 10 bilhões atrás” quando um Proto-Universo explodiu, e depois disso o Universo continuou expandindo-se e evoluindo até o estado presente. Na nossa Galáxia, e possivelmente também nas outras, esta evolução deu lugar a duas gerações de estrêlas (há 9 e 4,5 bilhões de anos atrás), uma terceira já tendo tido início. É previsível que haverá uma última geração de estrêlas nuclearmente inativas.

Nem podemos nos enganar escondendo as duas perturbadoras perguntas que esta Cosmogonia deixa atrás de si: o que houve *antes* do Proto-Universo? O que haverá *depois* da última geração de estrêlas nuclearmente inativas?

IX — O Universo e a Vida

Êste é um dos Universos possíveis, pois como temos já dito (parágrafo 2), êle não contém tôda a matéria possível.

Por outro lado, a definição da matéria, introduzida no parágrafo 2, não é suficiente para descrever tôdas as experiências, isto é todos os observáveis de que dispomos neste Universo em que vivemos.

Justamente, um dos problemas é que “vivemos”. Se existe uma definição “fiscalista” da vida, então não há problema nenhum: a “vida” seria matéria. Mas se aquela definição não existir, então significa simplesmente que êste Universo não é homogêneo.

Se para a *matéria* tomamos a definição espaço-tempo-termodinâmica, e se o segundo princípio da Termodinâmica é

diferente para a *matéria vivente*, do que êle é para a matéria não vivente, então a referida não homogeneidade dêste Universo é expressada em têrmos observáveis.

A presença da vida em outros lugares que não sejam a Terra, é outro problema. É claro que a solução dêle só pode ser encontrada pela observação. É possível que tenha valor a velha hipótese de Berzelius, pela qual a vida é espalhada no Universo inteiro. É possível e acreditável: mas até agora não temos provas certas, experimentais, nem a favor nem contra.

Na hipótese da heterogeneidade dêste Universo, outro problema é o do *começo* da vida, que evidentemente deve ser posterior ao começo do Universo, porque a vida não parece compatível com as tremendas temperaturas do big-bang.

Enfim, a não homogeneidade tem outro aspecto muito mais enigmático. A experiência da *mente* do homem. Não queremos aquí discutir êste problema.

Esta não homogeneidade do Universo tem um aspecto ainda mais profundo, pois é válido para *todos* os Universos físicos possíveis, se o Princípio de Incerteza, de W. Heisenberg, é uma lei válida para todos êles. Êste aspecto deriva do chamado *Teorema da Constante Indeterminada*, consequência do Princípio de Heisenberg. Não daremos obviamente os pormenores matemáticos dêste Teorema (veja C. Borghi, Introd. à Física Atômica e Nuclear, Recife 1967, vol. II, p. 538-542). O significado dêle é que não somente a “existência” das coisas é “arbitrária”, isto é não tem explicação lógica, mas mesmo a estrutura matemática das leis físicas não forma um conjunto lógico fechado, porque pelo menos uma das “constantes universais” *deve ser arbitrária* no citado sentido, quer dizer que não pode ser produzida por nenhuma “causa” contida no Universo.

X — O Universo e a Terra

Para o homem comum, o Universo é um pedacinho da Terra, geralmente um pedacinho querido. Por muitos séculos a Terra foi o centro do Universo, mesmo para os “cientistas” de então. Pois descobriram que não somente a Terra

é pequena, mas nem sequer é o centro do sistema solar, que por sua vez é uma parte insignificante da Via Láctea. Todavia é preciso não exagerar neste complexo de inferioridade para com a Terra. O fato dela ser na periferia da Via Láctea, por exemplo, não é uma minoração, pois se a Terra fôsse no "coração" da Galáxia, superlotada de estrêlas inclusive Novas e Supernovas, a vida sôbre a Terra seria provàvelmente impossível. Mas, por pequeninha que ela seja, não desprezem a Terra, pois, sôbre ela, eu e você podemos saber que o raio do Universo tem o gigantesco comprimento de mais ou menos 10 bilhões de anos-luz, e logo que soubermos isso, eu e você poderemos pensar no Universo como se não fôsse maior do que uma bola de tênis e bilhões de anos podem ser reunidos num instante. Há sôbre a Terra algo que parece transcender qualquer tamanho, quer dizer a *mente*.

Sôbretudo não desprezem a Terra, "aiuola che ci fa tanto feroci", embora ela não seja mais "centro" do Universo (o que não significa nada); pois, qualquer que seja aquilo que existe sôbre outros possíveis planetas ou em outros lugares dêste Universo geodésico, sôbre a Terra tão pequeninha existem coisas espantosamente "diferentes", que têm aquela experiência incomparável que é chamada *liberdade*. Liberdade.

GÊNESE DO RELÊVO NORDESTINO: ESTADO ATUAL DOS CONHECIMENTOS

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

O Nordeste do Brasil aqui considerado é aquela, dentre as cinco grandes regiões naturais do país, que abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a porção do Estado da Bahia ao norte do paralelo de Salvador, totalizando cêrca de 12% do território brasileiro.

O Maranhão e o Piauí — conjunto também chamado "Meio Norte" porisso que ecológicamente é uma área de transição entre o Nordeste e a "região Norte", ou "Amazônica" — correspondem praticamente ambos à *bacia do Parnaíba*, bacia sedimentar neopaleozóico-mesozóica (Devoniano-Cretáceo), ao passo que todos os demais Estados ocupam o *núcleo nordestino* (AB'SÂBER, 1955:120) do escudo brasileiro, um dos núcleos melhor individualizados do embasamento precambriano sulamericano. Nêsse núcleo gnásissico-granítico, bacias intracratônicas muitas vêzes associadas a fossas foram preenchidas por uma sedimentação particularmente abundante e extensiva durante o Cretáceo. No que interessa à morfologia atual, suas melhores representações modelam-se nas sequências Apodi, Araripe e também na conhecida como "série Jatobá-formação Cícero Dantas". Os sedimentos do grupo Apodi são em parte continentais, mas principalmente de fácies marinho transgressivo. Quanto à sequência Jatobá-Cícero Dantas acha-se abrigada na bacia de Cipó, também conhecida como bacia de Tucano: "Bacia do Recôncavo" foi a denominação dada por MABESOONE (1966|421) ao conjunto da bacia de Tucano e da fossa do Re-

côncavo, mas ALMEIDA (1966:92) assinala que uma soleira precambriana claramente as separa. A sedimentação mesozóica fêz-se, aliás, extensiva sobre depósitos neopaleozóicos da *bacia do Parnaíba*, cuja porção setentrional jaz quase toda recoberta pelo cretácico.

No *núcleo nordestino* todos êsses depósitos cretácicos adaptaram-se a dobramentos de contornos muito sinuosos, lineamentos estruturais cuja complicação foi posta em evidência recentemente por KEGEL (1965): blocos orogênicos muito variados em consequência da forte curvatura das virgações das principais linhas direcionais do embasamento metamórfico, segundo sete ou mais direções de dobramentos de fundo. Morfológicamente assinalados já treze anos atrás por RUELLAN (1952), alguns dêsses dobramentos foram, segundo toda a evidência, modestamente reativados durante o Cenozóico (ANDRADE & CALDAS LINS, 1965:18-19 e n. 3).

Foi DRESCH (1957) quem primeiro acentuou ser o relevo do Nordeste extensivamente caracterizado por superfícies de erosão escalonadas. No núcleo precambriano êsse relevo está constituído por formas residuais salientes sobre dois sucessivos pediplanos (Pd₂ e Pd₁) e ainda sobre o considerável nível de erosão resultante da fase de pedimentação (P₂) imediatamente posterior ao Pd₁: *inselberge*, *inselgebirge*, pequenos e grandes maciços residuais e cristas também residuais. O "planalto" da Borborema, uma das principais unidades morfológicas mais comumente referidas na descrição do relevo nordestino, é o agrupamento de maciços residuais dos quais derivam os rios consequentes mais longos da costa oriental; alguns autores consideram-no confinado ao Estado da Paraíba, outros incluem na mesma unidade os vizinhos maciços de Pernambuco. Como quer que seja, o "planalto" da Borborema nada mais é do que um saldo de superfície antigas (Pd₃ e Pd₂) finalmente realçado pelo pediplano mais recente, o Pd₁, e pela pedimentação subsequente (P₂), que rebaixaram periféricamente o *núcleo nordestino* em todos os quadrantes. Os *inselberge* mais notáveis ocorrem nos Estados da Paraíba (região de Patos) e do Ceará (região de Quixadá); são, porém, numerosos em todo o Nordeste, embora alguns apareçam agora bastante retocados já, como na vizi-

nhança da costa oriental, sob a influência de recentes variações climáticas para o úmido.

No bordo das bacias sedimentares, frentes de *cuestas* em parte obliteradas põem em destaque chapadas tabulares como a de São José (porção setentrional da bacia de Tucano) e a do Araripe. A mais extensa frente de *cuestas* é a da serra Grande, ou serra da Ibiapaba, ao longo do limite entre o Ceará e o Piauí, no flanco oriental da *bacia do Parnaíba*. No interior desta, a topografia é uma sucessão de *cuestas* grosseiramente paralelas, algumas das quais com proporções de serras, outras como pequenos ressaltos *cuestiformes*. Mórros testemunhos sedimentares ocorrem no interior das bacias entalhadas, como nas depressões periféricas que as circundam.

Todo êsse relevo foi modelado durante o Cenozóico. Graças, em parte, a um tectonismo de reativação de dobramentos de fundo acompanhados de fraturas e falhas, mas de modo geral acentuado pela sucessão dos pediplanos a que atribuímos, em nossos trabalhos de campo, as designações de Pd₃, Pd₂ e Pd₁ no interesse de simplificarmos e uniformizarmos uma nomenclatura até então muito desigual (BIGARELLA & ANDRADE, 1964 e 1965). E acentuado também em considerável escala pela fase de pedimentação P₂ já mencionada ("nível do Siriji", de DEMANGEOT, 1959; "nível de Paraguaçu", de KING, 1957).

A ocorrência de superfícies aplanadas no Nordeste já vinha sendo assinalada desde AB'SÁBER (1953, 1955a e 1956) e FEIO (1954), mas as primeiras tentativas de sua individualização por escalonamento foram feitas em 1956, quando do XVIII Congresso Internacional de Geografia do Rio de Janeiro (DRESCH, BIROT, FÈNELON, 1957), e continuadas por AB'SÁBER (1956-57) e por ANDRADE (1958). Trabalhando separadamente ao mesmo tempo no Brasil oriental, KING (1956) surpreendera também ali uma sucessão de superfícies de erosão embutidas, o que o levou a proclamar que o segredo da geomorfologia brasileira está na compreensão dum desenvolvimento ordenado por sucessivos ciclos de erosão (p. 149).

As exaltações que por mais de uma vez deformaram o núcleo nordestino durante o Cenozóico não parecem ter produzido efeitos de bombeamento típico, como sugerem DEMANGEOT (1959) e outros autores. As maiores elevações do cristalino coincidem sempre com intersecções de dobramentos reativados (ANDRADE & CALDAS LINS, 1936:6; BIGARELLA & ANDRADE, 1964:5), de modo que a intumescência regional não tem propriamente o aspecto dum grande maciço dômico (AB'SÁBER, 1956-7:71; 1965, *passim*), e sim duma estrutura irregularmente amarrotada. A maior parte das intersecções controladas por CZAJKA (1959) entre as direções estruturais nordestinas correspondem, no cristalino, altitudes ligeiramente superiores a 1.000m. Assim, o pico de Jabre e a região do Triunfo (serra da Baixa Verde) ao longo da fronteira Pernambuco-Paraíba, no divisor Pajeú-Piancó. Assim, também, a serra do Jacarará, nas cabeceiras do rio Capibaribe, a oeste de Brejo da Madre de Deus, e o maciço de Garanhuns com a vizinha serra de São José. As direções cujas intersecções são verificadas por CZAJKA correspondem às direções "Espinhaço" (N-S), "Jacobina" (N. NE-S.W), "Amazônica" (E-W) e "Brasileira" (NE-SW) da nomenclatura de KEGEL (1965:17).

Quando experimentou identificar as superfícies somitais nordestinas, DRESCH tomou como referência a superfície infra-cretácica, que lhe pareceu ter sido deformada ao mesmo tempo em que fôra fossilizada pela cobertura sedimentar cretácica. Contudo não se sentiu seguro, nem para afirmar que a superfície somital fôsse em todos os casos a infra-cretácica, nem para recusar a possibilidade de ter o tectonismo voltado a funcionar no Cenozóico (DRESCH, 1957:53). Todavia DEMANGEOT (1960:158) não vacilou em qualificar as superfícies somitais do Nordeste como restos dum "peneplano pré-cretácico" exumado por erosão policíclica.

Nos começos dos seus estudos sobre superfícies de erosão que, normalmente coincidindo com níveis de acumulação desenvolvidos ao término do processo, poderiam ser usadas como planos de referência para uma compreensão ao mesmo tempo morfoclimática e estratigráfica do Cenozóico brasileiro, AN-

DRADE & CALDAS LINS (1963) e BIGARELLA & ANDRADE (1964 e 1965) foram induzidos a considerar uma hipotética superfície somical (Pd₃) cretácico-eocênica cujos remanescentes no cristalino estariam nas altitudes superiores a 1.000m indicadas atrás e cujos depósitos correlativos estariam às mesmas altitudes no termo da sedimentação do topo da serra Negra, relêvo tabular da bacia de Tucano a sudoeste de Ibimirim (Pe.), e na chapada de São José, na mesma bacia, ao norte de Buique. Ao Pd₃ nordestino, assim residual, corresponderiam no Brasil meridional remanescentes do aplanamento também somital da região das "serras de Sudeste" no Rio Grande do Sul e a superfície Purunã dos velhos planaltos paranenses (ANDRADE, BIGARELLA & CALDAS LINS, 1963:124).

Posteriormente BIGARELLA, tendo interpretado a medição de estratos cruzados por êle feita em 1964 nos arenitos cretácicos da chapada de São José, verificou que a direção de transporte dêsse material se fizera para o norte, *i. e.*, para fora da atual bacia de Tucano, de modo que o cristalino agora exaltado do núcleo nordestino não fôra a fonte daqueles sedimentos. Em suma, tectonismo pós-cretácico, exclusão da hipótese de serem os depósitos cretácicos correlativos da superfície de erosão mais antiga e necessidade de considerar que um aplanamento cenozóico teria truncado o termo da sedimentação mesozóica (BIGARELLA, MOUSINHO & SILVA, 1965:131). A confirmação dêsse truncamento dependeria duma revisão sedimentológica e estratigráfica dos depósitos que ora jazem a 1.000m de altitude e da probabilidade de se terem discordantemente sobrepôsto a êles sedimentos cenozóicos. Provisoriamente, contudo, o Pd₃ nordestino, dantes considerado cretácico-eocênico, passa a ser referido ao Terciário médio.

Segundo tôdas as probabilidades a superfície de erosão Pd₃ era um pediplano, *i. e.*, uma superfície de erosão desenvolvida sob condições semi-áridas mediante coalescência de pedimentos, entendendo-se como pedimentos as vertentes concavas cujas secções inferiores inclinam-se levemente em direção aos talvegues, bem como os níveis de erosão que se elaboram à custa do recuo dessas vertentes embutindo-se nos vales, tudo ainda e sempre sob as mesmas condições semi-áridas. A

topografia somital das já mencionadas serras de São José (a noroeste de Garanhuns), do Jacarará e da Baixa Verde (esta na região de Triunfo) manifesta efeitos de pediplanação.

O Pd₃ foi exaltado durante o Plioceno por dobramentos de fundo, e essa deformação definiu as linhas da atual drenagem para a costa setentrional, para a oriental e para o rio São Francisco, ao sul. Desenvolveu-se a partir de então um segundo pediplano (Pd₂) às custas do primeiro, cortando chapadas e *cuestas* sedimentares, o cristalino, depósitos cretácicos da costa oriental e setentrional, e abandonando na periferia atlântica os sedimentos correlativos, que são a formação Guararapes, parte inferior do grupo Barreiras.

O modo por que a formação Guararapes foi depositada na periferia atlântica do Nordeste induziu ANDRADE (1955:34), DRESCH (1957) e BIROT (1957) a configurarem uma deformação do tipo flexura continental que, segundo BOURCART (1950), afeta geralmente os bordos dos continentes. Já RUELLAN (1952) assinalara uma flexura da direção "Brasileira" (SW-NE) ao longo de toda a costa oriental do país, considerando ainda que os dobramentos dessa direção parecem os mais recentes na tectônica do escudo brasileiro. DRESCH e BIROT admitiram que essa deformação teria ocorrido desde o Cretáceo, ou mesmo antes, tendo voltado a funcionar no Cenozóico. Segundo BOURCART, a linha axial da flexura é móvel e pode se deslocar, no correr dos tempos, quer para o interior do continente (alargamento da zona subsidente), quer para o mar (alargamento da zona soerguida). Teria sido, então, na zona costeira subsidente alargada durante a reativação cenozóica que a acumulação dos depósitos correlativos da pediplanação se efetuou. Na costa oriental do Brasil assinala TRICART (1959:304) que a evolução do litoral foi condicionada por deformações tectônicas do tipo flexura continental; KING (1956:152) descreve efeitos semelhantes relacionados com o brusco desnivelamento dos baixos cursos fluviais na mesma costa. Em verdade, a flexura continental teria voltado a funcionar mais uma vez no Pleistoceno, como veremos adiante, deformando já então o Pd₁.

Os remanescentes atuais do Pd₂ identificam-se, no Nor-

deste, num nível de 700-800m: é a "superfície infra-coureira", ou "superfície de Teixeira", de DRESCH, que a referiu ao Eoceno ou pelo menos ao Eogeno, e que nós a princípio datávamos do Terciário médio (BIGARELLA & ANDRADE, 1965:439), mas que, no estado atual dos nossos conhecimentos, deve ser referida ao Plioceno. No esquema dos cinco ciclos de erosão de KING (1956), o Pd₂ nordestino corresponderia à primeira fase do penúltimo, o "ciclo Velhas", por êle datado do Terciário inferior. No esquema de BARBOSA (1959), que distinguiu provisoriamente doze superfícies de erosão e de aplanamento no Brasil, o Pd₂ corresponderia à "superfície plio-pleistocênica".

A coureira laterítica da serra de Teixeira repete-se no reverso da erosão da *cueta* da serra Grande, num nível da ordem dos 750m. A pediplanação pliocênica cortou igualmente o reverso das *cuestas* do Araripe e de São José; em nenhuma delas, com efeito, há um reverso estrutural, mas um reverso de erosão que corta obliquamente as camadas em mergulho e sobre o qual permanecem remanescentes do Pd₃, muito rebaixados na serra Grande e no Araripe, porém ainda conspícuos (1.000m e mais) no topo da chapada de São José. Aliás a chapada do Araripe foi basculada no Terciário (BEURLEN, 1936:39); sua porção ocidental jaz sub-horizontalmente aplanada ao nível do Pd₂ (700-800m) e a oriental levanta-se a pouco mais de 900 m. Mesmo na vertente oriental, porém, uma ombreira do Pd₂ aparece escalonada, de sorte que o basculamento se terá produzido não depois, mas durante a pediplanação pliocênica.

No cristalino, o Pd₂ está muito bem representado no topo aplanado da serra do Camará, onde os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba são limítrofes entre si, e de várias cristas igualmente aplanadas nos divisores d'água entre o Pajeú e o Piancó e entre o Pajeú e o Paraíba. Aparece também na serra do Ororobá ao norte de Pesqueira, no maciço de Arcoverde e em toda a área circunjacente da serra de São José (Pd₃) na vizinhança de Garanhuns. Em todos êsses remanescentes do Pd₂ alteiam-se formas residuais do Pd₃. No Estado do Rio Grande do Norte as serras do Martins, de São João do Vale e de Santana de Matos, todas na mesma latitude da

serra do Camará, estão capeadas por um depósito correlativo do Pd₂: é a formação Serra do Martins, que MORAES (1924) chamou de “série Serra do Martins” e que é contemporânea da formação Guararapes. Ainda no Rio Grande do Norte e na Paraíba, MORAES assinalou várias outras serras com o mesmo capeamento sedimentar em altitudes que também correspondem ao nível do Pd₂.

A couraça laterítica de Teixeira foi deformada (DRESCH 1957:53) por um novo dobramento que acarretou o desenvolvimento do Pd₁. Esse pediplano mais recente e mais o nível de erosão P₂ nele entalhado constituem o elemento topográfico dominante, tanto na periferia costeira como no interior do núcleo nordestino e da bacia do Parnaíba. Nos altos cursos dos rios que descem do precambriano o Pd₁ penetra por entre os maciços residuais do Pd₂, ora estreitando-se entre eles, ora alargando-se consideravelmente, enquanto que na periferia se acha dissecada até a costa pelo P₂ e pelos entalhamentos produzidos nos vales durante a mais recente fase de pedimentação (P₁). No Maranhão e no Piauí o Pd₁ e o P₂ remontam penetrantemente os rios que drenam a bacia do Parnaíba, deixando realçadas as *cuestas* interiores e os ressaltos cuestiformes mencionados atrás. O Pd₁ eleva-se dos 40-60m na costa setentrional daqueles Estados até mais de 500m no alto curso dos rios Gurguéia e Canindé, formadores do Parnaíba, fazendo quase inaparentes os divisores d'água entre esses rios e o Pd₁ desenvolvido ao longo do São Francisco e dos seus afluentes pernambucanos. Ainda na costa setentrional o Pd₁ cortou o reverso da *cuesta* do Apodi, onde foi depois entalhado generalizadamente pela subsequente fase de pedimentação (P₂).

Na costa oriental do núcleo precambriano, o Pd₁ forma falésias de 40-60m ao longo do litoral e eleva-se para o interior até pouco mais de 500m, segundo o plano da flexura continental pleistocênica que veio a deformá-lo, inclusive à custa de falhamentos concomitantes. Assim acontece nos altos cursos conseqüentes que flúem, no precambriano, quer para a costa setentrional, quer para a oriental, quer para o São Francisco. Entre uma das bacias orientais, a do Ipojuca, e a de

um dos afluentes pernambucanos do São Francisco, o Ipanema, o divisor resulta hoje quase inaparente entre Pesqueira e Sanharó. Ao longo do São Francisco, a montante do *canyon* de Paulo Afonso, o Pd₁ remonta o vale penetrantemente até o sudoeste da Bahia e até Minas Gerais.

O plano da flexura continental disposta paralelamente à costa oriental de Alagoas, Pernambuco e Paraíba — plano vigorosamente entalhado a partir do litoral pela fase de pedimentação P₂ — somente se define topograficamente depois de alcançado o tópo da dobra monoclinial. Isso induziu, a princípio, que se considerasse a zona soerguida do Pd₁ como uma superfície autônoma (“superfície de Gravata”, “superfície de Campina Grande”, *v. g.*), mas o certo é que as escarpas somente a separam do nível de pedimentação P₂, sobre o qual formas residuais do Pd₁ numerosamente se alteiam, inclusive como cristas orientadas E-W cujos tôpos se elevam gradualmente para o interior.

É, porém, no Rio Grande do Norte, no Ceará e no Piauí que o alastramento do nível de erosão P₂ se mostra particularmente dilatado nas bacias hidrográficas setentrionais. Nestas, submetidas ainda atualmente a um severo regime de aguaceiros convectivos concentrados numa curta estação e comandados pelo deslocamento anual da Convergência Intertropical (vd. ANDRADE, 1964: 433 e 445), o nível de erosão pós-Pd₁ é o elemento topográfico dominante na paisagem e sobre ele é que se levantam os mais conspícuos *inselberge* e *inselgebirge* nordestinos. Uma das bacias em que esse alastramento do P₂ se mostra mais extensivo é a do Piranhas, em cujos cursos ocorre o “baixo sertão” de FEIO (1954:133), ou “superfície de Patos”, que AB' SÁBER (1953 e 1956) e FENELON (1957) já atribuíam a uma morfogênese semi-árida pós-pliocênica.

Ao tempo em que não tinha sido ainda destacada a formação Guararapes como depósito correlativo do Pd₂, as Barreiras eram, como um todo, datadas do Plioceno e consideradas como depósito correlativo do aplanamento mais recente, *i. e.*, da “superfície baixa” de DRESCH (1957: 55s.), ou “su-

perfície Campina Grande” de BIROT (1957: 67s.), ou ainda “superfície pliocênica” de ANDRADE (1958). Ainda em 1964 BIGARELLA & ANDRADE atribuíam ao Pd₁ idade plio-pleistocênica; posteriormente, porém, numa tentativa de correlacionar a fase climática semi-árida dessa extensa pediplanação com a primeira glaciação do Quaternário (Nebraskan), acreditam ambos que o Pd₁ foi consumado no Pleistoceno inferior (BIGARELLA & ANDRADE, 1965:441).

Correlacionamos as fases de pedimentação P₂ e P₁, que dissecaram sucessivamente o Pd₁, com os segundo e terceiro estágios glaciais — Kansan (Mindel) e Illinoisan (Riss) — de sorte que a formação Riacho Morno, em muitos lugares sobreposta à formação Guararapes, é o depósito correlativo dos níveis de erosão desenvolvidos sob as condições semi-áridas reinantes no Nordeste durante as três primeiras fases pleistocênicas de baixa temperatura (BIGARELLA & ANDRADE, 1965:448). A formação Riacho Morno está, assim, constituída também por pedimentos detríticos e por material retrabalhado da formação Guararapes, inclusive através de processos de coluvionamento, bem como por terraços fluviais acumulados durante as fases de pedimentação. Na mais recente época semi-árida, correspondente à glaciação Wisconsin (Würm), repetiram-se nos vales, com menor duração, os processos de entulhamento ocorridos ao tempo do P₂ e do P₁, de sorte que na subsequente passagem para a época úmida (costeira) atual novos encaixamentos da drenagem se verificaram entalhando baixos terraços, promovendo o recobrimento coluvial da parte inferior das vertentes e preenchendo os vales de fundo chato com os depósitos de várzeas atuais. Todos esses processos tinham sido antes discriminados na costa meridional do Brasil, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, por BIGARELLA & MOUSINHO (1965:153s.) e fazem-se igualmente aparentes na costa nordestina, onde, todavia, uma verificação sistemática ainda está por fazer.

Finalmente, ao longo do litoral ocorrem registros de variações do nível do mar, os melhores dos quais estão confinados aos eventos pós-Wisconsin, tais como terraços de acumulação, marinhos, de 1-2m (ANDRADE, 1956), de 4m e de

5-7m, e ainda falésias rejuvenescidas, estuários afogados e lagoas costeiras à retaguarda de recifes de arenito (ANDRADE & CALDAS LINS, 1963:10). São tôdas variações de signos opostos, mas de saldo afinal negativo.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib, 1953. *O planalto da Borborema na Paraíba*, São Paulo, “Bol. Paulista de Geografia”, n.º 13, pp. 54-62.
- AB'SÁBER, A. N., 1955, *Notas sobre a estrutura geológica do Brasil*, Sorocaba (São Paulo), Com. de Cult. da Fac. de Fil., Ciências e Letras, “Paideia”, n.º 4, pp. 117-133.
- AB'SÁBER, A. N., 1955-a, *O relevo do Brasil*, São Paulo, “Rev. da Univ. Cat.”, v. VIII, fasc. 16, pp. 40-54.
- AB'SÁBER, A. N., 1956, *Depressões periféricas e depressões semi-áridas do Nordeste do Brasil*, São Paulo, “Bol. Paulista de Geogr.”, n.º 22, pp. 3-18.
- AB'SÁBER, A. N., 1956-7, *Significado geomorfológico da rede hidrográfica do Nordeste oriental brasileiro*, São Paulo, “Anuário” da Fac. de Fil. Sedes Sapientiae, v. 14, pp. 69-76.
- AB'SÁBER, A. N., 1965, *Da participação das depressões periféricas e superfícies aplanadas na compartimentação do planalto brasileiro* (mimeogr.), São Paulo, Fac. de Fil. Ciências e Letras da Univ. de São Paulo, 179 pp.
- ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de, 1966, *Os fundamentos geológicos*, em “Brasil, a terra e o homem”, pp. 55-120.
- ANDRADE, Gilberto Osório de, 1955, *Itamaracá — contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana*, Recife, Impr. Oficial, 84 pp.
- ANDRADE, G. O. de, 1956, *Quelques niveaux de terrasses eustatiques sur le littoral Nord-oriental et Nord du Brésil*, em “Premier rapport” etc., pp. 57s.
- ANDRADE, G. O. de, 1958, *A superfície de aplanamento pliocênica do Nordeste do Brasil*, Recife, Univ. do Recife, 44 pp.
- ANDRADE, G. O. de, 1964, *Os climas*, em “Brasil, a terra e o homem”, pp. 397-457.
- ANDRADE, G. O. de, BIGARELLA, João José, & CALDAS LINS, Rachel, 1963, *Contribuição à geomorfologia e paleoclimatologia do Rio Grande do Sul e do Uruguai*, Curitiba, “Bol. Paranaense de Geogr.” n.º 8-9, pp. 123-31.
- ANDRADE, G. O. de, & CALDAS LINS, R., 1963, *Introdução à morfoclimatologia do Nordeste do Brasil*, Recife, XVIII Congr. Nac. de Geologia, 14 pp.
- ANDRADE, G. O. de, & CALDAS LINS, R., 1965, *Introdução à morfoclimatologia do Nordeste do Brasil* (2a. ed., revista), “Arquivos” do Inst. de Ciências da Terra da Univ. do Recife, n.º 3-4, pp. 17-28.
- BARBOSA, Otávio, 1959, *Quadro provisório das superfícies de erosão e aplanamento no Brasil* (mimeogr.), 4 pp.

- BIGARELLA, J. J., & ANDRADE, G. O. de, 1944, *Considerações sobre a estratigrafia dos sedimentos cenozóicos em Pernambuco (Grupo Barreiras)*, Recife, "Arquivos" do Inst. de Ciências da Terra da Univ. do Recife, n.º 2, pp. 2-14.
- BIGARELLA, J. J., & ANDRADE, G. O. de, 1965, *Contribution to the study of the Brazilian Quaternary*, The Geological Society of America, special paper 84, pp. 433-51.
- BIGARELLA, J. J., & MOUSINHO, Maria Regina, 1965, *Considerações a respeito dos terraços fluviais, rampas de colúvio e várzeas*, Curitiba, "Bol. Paranaense de Geogr.", n.º 16-17, pp. 153-97.
- BIGARELLA, J. J., MOUSINHO, M. R., & SILVA, Jorge Xavier da, 1965, *Pediplanos, pedimentos e seus depósitos correlativos no Brasil*, Curitiba, "Bol. Paranaense de Geogr.", n.º 16-17, pp. 117-51.
- BEURLIN, Karl, 1963, *Geologia e estratigrafia da chapada do Araripe*, Recife, XVIII Congr. Nac. de Geologia, 44 pp.
- BIROT, Pierre, 1957, *Morphologie de la région de Recife*, Paris, "Bul. de l'Ass. de Géogr. Français", n.º 263-4, pp. 66-70.
- BOURCART, Jacques, 1950, *La théorie de la flexure continentale*, Lisboa, União Geogr. Internacional, "Compte rendu" do Congr. Int. de Geogr., 11 pp.
- "Brasil, a terra e o homem", por um grupo de geógrafos sob a direção de Aroldo de AZEVEDO, vol. 1.º, "As bases físicas", Comp. Edit. Nacional, São Paulo, 1964.
- CZAJKA, Willi, 1959, *Estudos geomorfológicos no Nordeste brasileiro*, Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr., "Rev. Bras. de Geografia", n.º 2, ano XX, pp. 135-80.
- DEMANGEOT, Jean, 1959, *Coordination des surfaces d'érosion du Brésil oriental*, Paris, extr. du C. R. Sommaire des séances de la Société Géologique de France, séance du 4 mai, p. 99.
- DEMANGEOT, J., 1960, *Essai sur le relief du Nord-est brésilien*, Paris, "Annales de Géogr.", n.º 372, pp. 157-76.
- DRESCH, Jean, 1957, *Les problèmes morphologiques du Nord-est brésilien*, Paris, "Bul. de l'Ass. de Géogr. Français", n.º 263-4, pp. 48-59.
- FEIO, Mariano, 1954, *Notas sobre o relêvo da Paraíba e do Rio Grande do Norte*, João Pessoa, "Rev. da Fac. de Fil. da Paraíba", v. 1, n.º 1, pp. 131-7.
- FÈNELON, P., 1957, *La plaine à inselbergs de Patos (État de Paraíba, Brésil)*, Paris, "Bul. de l'Ass. de Géogr. Français", n. 263-4, pp. 60-5.
- KEGEL, Wilhelm, 1965, *A estrutura geológica do Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro, Div. de Geol. e Mineralogia do DNPM, bol. n.º 227, 47 pp.
- KING, Lester C., 1956, *A geomorfologia do Brasil oriental*, Rio de Janeiro, Cons. Nac. de Geogr., "Rev. Bras. de Geografia", n.º 2, ano XVIII, pp. 147-265 (trad. de Roberto Galvão).
- MABESOONE, Jannes Markus, 1966, *Relief of northeastern Brazil and its*

- correlated sediments*, Berlin, "Zeitschrift für Geomorphologie", neue Folge Band 10, Heft 4, pp. 419-53.
- "Premier rapport de la Commission pour l'étude et la corrélation des niveaux d'érosion et des surface d'aplanissement autour de l'Atlantique", Rio de Janeiro, VIII Assemblée Générale da l'Union Géographique Internationale, v. V, 1956.
- MORAES, Luciano Jaques de, 1924, *Serras e montanhas do Nordeste*, Rio de Janeiro, Inspet. Fed. de Obras Contra as Sêcas, vol. 1.º, 123 pp.
- RUELLAN, Francis, 1952, *O escudo brasileiro e os dobramentos de fundo*, Rio de Janeiro, Fac. Nac. de Fil., 63 pp.
- TRICART, Jean, 1959, *Problèmes géomorphologiques du littoral oriental du Brésil*, Paris, "Cahiers Océanographiques" du C. O. E. C., XI, 5, pp. 276-308.

SOCIOLOGIA JURÍDICA: UM SABER EM DESENVOLVIMENTO

CLÁUDIO SOUTO

1. *Em uma caracterização geral, ainda inespecífica, que fenômeno social é o direito?* — Ninguém nega que o direito seja um fenômeno social. Nem mesmo juristas que, como Hans Kelsen, afastam do conteúdo da “ciência do direito” qualquer outra indagação que não seja a pura análise do “direito positivo”. Pois Kelsen, apesar de seu logicismo estatista, apesar de retomar em “pureza” metodológica a artificial oposição kantiana entre o domínio do *ser* e aqueloutro que seria próprio do direito, o domínio do *dever ser*, o próprio Kelsen, chegou a admitir expressamente a possibilidade de uma sociologia jurídica, que existiria ao lado da “ciência do direito” e da “filosofia da justiça”.

Mas, então, se ninguém nega que o direito seja um fenômeno social, que fenômeno social é o direito? A resposta, mesmo inespecífica, a tal pergunta, precisamente nos vai introduzir no campo da Sociologia Jurídica.

2. *O fenômeno jurídico é norma e é conduta, conduta normada ou normante.* — O fenômeno jurídico — *como regra de conduta social que é* — poderá ser visualizado quer em um aspecto normativo, quer em um aspecto de conduta. Mas, numa perspectiva ou noutra, norma e conduta jurídicas se implicam, pois esta última é sempre normada e aquela sempre referente à conduta social, a que ela atribui natureza jurídica. Acresce à complexidade do fenômeno o fato de a norma jurídica defluir de uma conduta específica, que poderíamos cha-

mar de conduta normante, isto é, conduta humana elaborada da norma de conduta social, no nosso caso, da norma de direito. Em qualquer hipótese, todavia, o direito é fenômeno inequivocamente social — quer em seu aspecto normativo, quer em seu aspecto de conduta normada, quer finalmente, em seu aspecto altamente dinâmico de conduta normante. Todos, aspectos básicos, *de uma mesma realidade jurídica.*

3. *O fenômeno jurídico é imposição de conhecimento* — O fenômeno jurídico, como fenômeno normativo da conduta social que é, implica inegavelmente conhecimento. Pois não há conteúdo de regras de conduta social que não se componha de conhecimento. Na verdade, as regras de conduta social, ou regras éticas *lato sensu*, são afinal *imposições* de conhecimentos. Ou seja, essas regras determinam que a conduta social *deve ser* a correspondente a um certo conhecimento e não a outro. Então essas regras são compostos imperativos-indicativos.

Por exemplo, há um conhecimento segundo o qual a castidade pré-conjugal traz perturbações psicossomáticas e é apenas um preconceito religioso. Como há outro conhecimento de acordo com o qual a castidade longe está de acarretar tais perturbações e corresponde antes a uma maior elevação ética do homem. Note-se que ambos êsses conhecimentos opostos pertencem ao mundo do *ser*, como conhecimentos que são, pois o conhecimento, em si mesmo, apenas *é*, é apenas *indicativo*. Já porém a regra moral segundo a qual se deve guardar a castidade fora do matrimônio significa que *deve ser* o segundo conhecimento, e não o outro, como padrão de conduta. Tal regra, pois, *ordena* a aceitação de um indicativo-cognitivo. Como toda regra de conduta social é imperativa-indicativa, ou mais especificamente, imperativo-cognitiva.

Um outro exemplo, exposto de modo mais simples, para facilitar a compreensão do fenômeno: há um conhecimento consoante o qual a propriedade privada dos grandes meios de produção econômica traz como consequência a prosperidade dos cidadãos, dos grupos, dos países, e dos povos. E há outro conhecimento contrário, de acordo com o qual essa prosperidade global depende do controle coletivo desses grandes instrumentos produtivos. Uma regra constitucional de socialização dos

grandes meios da produção significa a aceitação e a imposição do segundo conhecimento.

Assim, teremos, o seguinte esquema da regra de conduta social:

Dêsse modo, supondo que

Regra de conduta social = R

Imperativo = I

Um conhecimento determinado (indicativo) = C

Norma imperativa = N

Conduta social (normada e normante) = S

Podemos escrever:

$$R \Leftrightarrow I \cup C \Rightarrow N$$

$$\downarrow \uparrow$$

$$S$$

O que foi exposto atrás e êsse esquema deixam claro que o fenômeno jurídico — como regra de conduta social que é — fenômeno claramente social, na qualidade de fenômeno determinado-determinante quanto à conduta social.

Mas não é só isso. O fenômeno jurídico é um fenômeno de conduta social específico. Sobre qual seja realmente essa especificidade, é assunto cujo trato não parece aqui oportuno. Mas de logo poderemos tentar demonstrar que o fenômeno jurídico é o mais social dos fenômenos relativos à normação da conduta social.

4. *O fenômeno jurídico é o mais social dos fenômenos de regulamentação social.* — De fato, as regras de conduta social em geral (ou regras éticas), excetuadas as regras jurídicas, têm uma aceitação social menos intensa que estas regras jurídicas. A aceitação e o cumprimento de regras como as que impõem a castidade, ou obrigam o vestir-se e o cumprimentar segundo determinados padrões, é claramente menos geral que a aceitação e o cumprimento das regras jurídicas. As regras jurídicas por isso mesmo, na base de um bom vasto reconhecimento de seu

caráter de mínimo pacificador indispensável, são geralmente impostas pela força por via judiciária, ou, pelo menos, tendem a essa imposição forçada. Isso tudo quer dizer que o fenômeno jurídico é um fenômeno que apresenta um índice maior de socialização que os outros fenômenos de normação social.

Assim, exemplificando ainda, a regra religiosa não só estabelece padrões para a conduta social, como padrões para a "conduta" individual não exteriorizada e de relação direta face à divindade. Isso significa que o fenômeno social religioso em parte não é regra de conduta social. Já o fenômeno jurídico é mais social que o religioso por se referir *sempre* a relações humanas, dos diferentes quadros sociais, não importando juridicamente nada que não se exteriorize de algum modo. O fenômeno jurídico, ao contrário do religioso, é *sempre* relativo à conduta social.

Ora, se o fenômeno jurídico é o mais social dos fenômenos de regulamentação social, e, pois, um fenômeno social de primeira magnitude, seria natural esperar uma preocupação específica intensiva dos autores com estudos de Sociologia Jurídica. No entanto, paradoxalmente, tal não se verificou, nem se verifica ainda. É o que veremos a seguir.

5. *A Sociologia do Direito é um conhecimento sobretudo por fazer-se.* — Sendo a Sociologia a mais jovem das ciências, cuja imaturidade mais ainda se embaraça diante da clássica complexidade da realidade social, que dizer da Sociologia Jurídica, bem menos versada e, pois, bem mais imatura? Na verdade, haverá uma real infância da Sociologia do Direito, que se evidencia até pelo bem baixo índice quantitativo de sua bibliografia específica.

E se a Sociologia não conseguiu ainda unir com eficiência a teoria e a pesquisa, que dizer da Sociologia Jurídica? Para esta, a adaptação dos métodos e técnicas de pesquisa social ao seu campo chega a ser mesmo, um trabalho pioneiro. Pesa-nos ainda, de fato, o bem claro paradoxo de um fenômeno social como o direito não ser normalmente investigado a partir de uma observação rigorosamente metódica e técnica da realidade social.

Os juristas, até hoje, apesar dos estudos jurídicos terem antecedido de muito os estudos sociológicos, têm sido quase

sempre estranhos a tal investigação. E também estranhos a ela têm sido em geral os sociólogos que, por sua parte, não raro se deixaram repassar de preconceitos avalorativos, e se tornaram míopes ao fato de que o estudo aprofundado dos fenômenos normativos é essencial ao entendimento das sociedades e grupos, que sempre são sociedades e grupos essencialmente normados. A Sociologia do Direito tem sido então, um conhecimento em duplo abandono. Um conhecimento sobretudo por fazer-se.

6. *A Sociologia Jurídica é, contudo, um conhecimento a impor-se.* — Pois tanto é mais estranhável seu duplo abandono — e talvez sobretudo o abandono da parte de sociólogos — que sempre o estudo do normativo preocupou em primeira linha os mestres da Sociologia, que nisso são unívocos. A "fisiologia social" de Durkheim não compreende tôdas as "maneiras coletivas de fazer"? Não é o "fator predominante" para Max Weber os modelos, as regras, as idéias, os valores? Não visualiza Linton tanto a Sociologia como a Antropologia na perspectiva de estudos das instituições, entendidas estas como combinações de regras, estatutos e papéis (rôles), assim como de seu equipamento cultural? Não investiga Sorokin a realidade sócio-cultural como sistema ao mesmo passo significativo, causal e funcional, predominando os elementos significativos e culturais? E se Gurvitch se opõe, com Mauss, ao normativismo de uma dissecação cadavérica das sociedades em regra de direito, como se aquelas não tivessem sua vida, sua dinâmica, sua fisiologia, não é Gurvitch mesmo, o grande preocupado com o movimento dialético dos fenômenos sociais totais, igualmente um grande nome contemporâneo da Sociologia Jurídica?

A chamada dogmática jurídica significa no fundo um procedimento lógico de sistematização e análise que tende a isolar aspectos puramente abstrato-normativos do conjunto da vida social, não raro com o objetivo prático de facilitar a aplicação judiciária ou administrativa das normas. Diferente desse procedimento lógico é a orientação da Sociologia Jurídica. Este conhecimento, pondo embora a tônica de sua indagação no fenômeno social jurídico, o indaga sempre, contudo, como inserido na dinâmica da realidade social total. E visualiza, de fato, a So-

ciologia, em qualquer de seus ramos, sempre os chamados fenômenos sociais totais. Mais ainda: A Sociologia do Direito se é, como vimos, um conhecimento a impor-se, será então um departamento a impor-se da ciência da sociedade.

7. *A Sociologia do Direito contém em embrião a Ciência Social do Direito.* — Todavia, de outro lado, o fenômeno social jurídico é um fenômeno social de natureza específica, é um fenômeno sócio-normativo, ou o que é o mesmo, é um fenômeno social de dever ser, de natureza indicativo-imperativa, e não apenas indicativa. E, mais ainda, é o fenômeno social jurídico um fenômeno-imperativo *sui-generis*.

Por isso a Sociologia Jurídica tende de seu natural a transbordar de si mesma, objetivando uma metodologia relativamente específica e constituindo-se em uma ciência social particular relativamente autônoma. É distinta quer da lógica da dogmática jurídica, quer da filosofia do direito e relacionada diretamente com a teoria geral do social. O transbordamento efetivo em ciência social particular dependerá apenas do desenvolvimento científico da Sociologia Jurídica, da superação de sua atual fase de abandono, que se situa em contraste paradoxal com a grande quantidade de escritos lógicos ou filosóficos sobre o direito.

8. *O paradoxal momento histórico de hostilidade* — A história da Sociologia do Direito tem dois momentos fundamentais: um com a tônica na hostilidade a êsse ramo do conhecimento, hostilidade essa quer da parte de juristas, quer da parte de sociólogos; e outro momento caracterizado sobretudo pelo abandono da Sociologia do Direito — abandono também da parte de sociólogos e juristas.

O primeiro momento, o momento sobretudo de hostilidade, alcança a época dos precursores da Sociologia do Direito, e se estende até o fim do século passado. Não é tão conhecida a repugnância que Augusto Comte, com toda sua influência de escritor, sentia para com o direito, que êle considerava um mero vestígio metafísico, absurdo, imoral mesmo? Menos conhecida, porém bem nítida, é a aversão análoga de Saint-Simon ao direito, que também considerou mesquinho fruto le-

gal-metafísico. E note-se que com Saint-Simon e Comte se fundava a Sociologia.

Nem é de estranhar que num século de sociologia positivista e naturalista, cujo “realismo” cientificista desdenhava o mundo das normas e dos valores, a Sociologia do Direito encontrasse contra si, da parte dos próprios sociólogos, um ambiente de hostilidade. Mesmo a sociologia de Spencer, ou mesmo a de Marx, não se conseguem libertar, senão de modo altamente relativo, dos fortes preconceitos “realistas” da época.

Mas o primeiro momento da Sociologia Jurídica lhe é também de franca hostilidade da parte da maioria dos juristas. É paradoxal e pitoresco constatar que a Sociologia do Direito — que fôra hostilizada pelo cientificismo sociológico e pelo desdém dêste para com as normas e valores como objeto de investigação —, vai ser hostilizada pela maior parte dos juristas precisamente sob a suspeita de que êsse ramo do saber importasse realmente o desconhecimento do aspecto normativo-valorativo do direito. Quer dizer, a situação paradoxal era a seguinte: para uns — sociólogos — a Sociologia Jurídica não tinha razão de ser por se referir ao mundo das normas e valores; enquanto que para outros — juristas — a Sociologia do Direito era condenável por não destacar o mundo das normas e dos valores. É a tônica nessa dupla e paradoxal hostilidade o que caracteriza o primeiro momento histórico da Sociologia Jurídica.

9. *O momento atual de abandono relativo* — Já o momento da Sociologia do Direito que corresponde ao nosso século, se não é sobretudo de hostilidade, nem porisso lhe chega a ser um momento favorável: é, antes uma época, a nossa, caracterizada sobretudo pelo abandono relativo da Sociologia Jurídica. As razões iniciais e paradoxais da hostilidade perderam muito de sua força, mas não a perderam totalmente. Porisso mesmo a hostilidade transmudou-se em abandono. Embora, ultimamente, em abandono cada vez mais relativo: a Sociologia do Direito tem sido por exemplo, preocupação acentuada de ensino e pesquisa na Escandinávia, nos últimos vinte

anos, assim como, recentemente na Alemanha, Estados Unidos, França e outros países.

De lado dos juristas, essa transmutação se fez em boa parte através da perspectiva do positivismo estatista — que alcança fortemente nosso século sobretudo com Kelsen — e que pretende uma ligação dogmáticamente necessária e enfática entre direito e Estado, como se inexistisse direito sem Estado e no abandono logicista do estudo das relações entre direito e a totalidade dos fenômenos sociais.

10. *Os juristas-sociólogos* — Não é que o atual momento mundial de abandono relativo da Sociologia Jurídica não esteja provido, sobretudo desde o comêço do século, de juristas-sociólogos. Mas provido quase exclusivamente de juristas-sociólogos e não de sociólogo-juristas, isto é, provido quase exclusivamente por lógicos das técnicas coercíveis do direito que, sob pressão dos acontecimentos sociais em insopitável avanço sobre o conteúdo tradicional das técnicas coercíveis, foram levados, pela necessidade de uma solução apaziguadora, a uma interpretação nova, sociológica, relativa, atualizada, desse conteúdo coercível. Esses juristas-sociólogos nunca deixaram de ser necessariamente teóricos das técnicas coercíveis do direito, e só interessadamente sociólogos do direito. Quer dizer: nunca chegaram a ser pròpriamente sociólogos, mas sobretudo lógicos do direito, e só secundariamente, interessadamente, sociólogos. Ou seja: estranhamente sociólogos, sociólogos em função das técnicas coercíveis do direito, a cujo serviço puseram subalternamente a Sociologia.

A Sociologia do Direito, de fato, como conhecimento despreconcebido e científico, não pôde ser senão a obra de pouquíssimos sociólogos-juristas que houveram por bem romper a barreira fria de hostilidade e abandono.

11. *O resíduo científicista na Sociologia Jurídica atual* — O resíduo do desprezo da sociologia científicista do século passado pelo mundo das normas e dos valores tem sido bastante para que até hoje não se tenha podido alcançar com nitidez específica a realidade do direito como fenômeno que implica

necessariamente em si mesmo, em sua substância, em seu imperativo ou em seu dever ser, um julgamento de valor.

Na verdade os sociólogos em geral têm tendido a erigir em um dogma a *relatividade* de toda a vida social empírica e de seus quadros. Por isso mesmo não se procura e, portanto, não se consegue, um critério definido e substancial do direito — e não apenas realmente formal —, que pudesse valer a despeito das variações sociais. Ao contrário, deixa-se, em palavras de Gurvitch, “a porta largamente aberta a $n + 1$ variações possíveis do direito e da justiça”.

Isso tudo quer dizer que não se procura — e, pois, não se encontra — o critério substancial do direito. Aliás, em geral, os sociólogos não considerariam científica uma tal busca. Gurvitch, por exemplo, entende que a Sociologia “deve incessantemente lutar” contra as “avaliações, valorizações e dogmatizações (conscientes ou, bem mais, inconscientes)”.

É compreensível essa ênfase avalorativa, como reação à servidão anterior da Sociologia face ao dogmatismo do filósofos. Mas não parece aceitável. E não parece aceitável porque só seria aceitável não buscar-se o critério geral e substancial do direito se não fôsse aceitável procurar-se o critério geral da ciência. Mas não ser aceitável buscar-se o critério geral da ciência seria negar a própria metodologia científica, de que os sociólogos em geral são tão ciosos. Seria negar o inegável: negar que não pode haver ciência sem teoria.

Se se busca contínua e aperfeiçoadamente o critério geral e atual da ciência, de tal sorte a podermos saber de modo geral se uma teoria é ou não científica, no sentido de corresponder ou não à ciência atual, como se pode negar que se possa e deva buscar o critério geral e atual do direito? De tal sorte a podermos saber — do modo mais definido possível — se um fenômeno é ou não jurídico? Nem num caso, nem no outro — isto é, nem na busca de um critério geral e atual da ciência, nem na busca de um critério geral e atual do direito — a abstração a partir da realidade complexa é móvel, deixa necessariamente o domínio do *ser* — pois, sem dúvida, o conhecimento científico apenas *é*, não *deve ser* — ou perde a abstração necessariamente a plasticidade adaptável àquela complexidade e mobilidade do real.

Nenhum cientista duvida da possibilidade de um critério geral e atual da ciência. Todos os cientistas estão a *judgar*, constantemente, se os conhecimentos são ou não científicos. Por que insistirão sociólogos em duvidar da possibilidade de um critério geral e atual do direito? Temos um critério geral e atual para saber se um fenômeno de conhecimento é científico — apesar da relatividade essencial do conhecimento humano. Por que não haveremos de ter um critério geral e atual para saber se um fenômeno é jurídico, não obstante a relatividade essencial do fenômeno do direito — como fenômeno que implica essencialmente conhecimento e o conhecimento humano sendo essencialmente relativo? Tanto mais que até etimologicamente o direito exige êsse critério geral e atual, pois etimologicamente significa o reto, o bem, o correto, o racional. Enquanto etimologicamente a ciência significa apenas conhecimento, e não necessariamente conhecimento *científico*.

O fenômeno jurídico, em suas linhas mais gerais, ainda não específicas, é um fenômeno que associa um imperativo (dever ser) e um conhecimento (ser). O resultado dessa associação é imperativo (deve ser) — um fenômeno de normação social —, mas êsse imperativo é, porque está na realidade social. A teoria científica do direito apreende essa realidade complexa e móvel do jurídico (um dever ser \cup ser \Rightarrow um dever ser, que é), e a apreende no plano do ser ou no plano indicativo, como conhecimento que é. A teoria científica do direito pode apreender, pois, como conhecimento, apenas *sendo*, a realidade essencial complexa e móvel do direito, realidade que, afinal, é — mas essa apreensão será nada mais, nada menos, que o critério geral e atual do direito. Uma apreensão que significa em suma um julgamento de realidade relativo à realidade de um fenômeno do valor, ou seja, de um fenômeno de dever ser. A teoria científica do direito estaria extraindo da realidade social, do ser social, um conhecimento real e não ideal. Em que, portanto, a característica básica de *ser* do conhecimento científico, estaria sendo turbada por “avaliações, valorizações e dogmatizações”? Dogmático será antes insistir na idéia de turbação.

Geralmente não se distingue entre justiça e idéia de justiça. Não se percebe que essa abstração distintiva é cienti-

ficamente válida porque nesse caso a justiça corresponderá afinal àquele imperativo (dever ser) que associado sempre a um conhecimento variável (ser) forma o fenômeno jurídico. Êste fenômeno é *uma idéia* (conhecimento) da justiça e é relativo porque o conhecimento humano é essencialmente relativo. Mas a justiça em si mesma, como sentimento humano, abstração feita do conhecimento que necessariamente a informa, por hipótese de alta probabilidade, permanente, e, no estado atual de pobreza da Sociologia do Direito, na ausência de pesquisas empíricas sobre o assunto, será igualmente dogmático afirmar quer a variabilidade, quer a invariabilidade, dessa *permanência*, ainda que variabilidade dela seja bem plausível. Assim, podem-se afirmar $n + 1$ variações possíveis da *idéia* da justiça, e pois, $n + 1$ variações possíveis do *direito*, mas não, em um relativismo paradoxalmente apriorístico, $n + 1$ variações possíveis da *justiça*.

Tais são os amplos horizontes que se parecem abrir à teoria sócio-jurídica nesta segunda metade do século, possibilitando a construção intensiva de novas hipóteses científicas. E tanto maior será a oportunidade criadora, no âmbito desses estudos jurídicos científicos, para o Brasil e outras nações americanas, quanto a Sociologia do Direito — não obstante a grande e inegável importância do fenômeno social jurídico — é um ramo do conhecimento nôvo e sobretudo por fazer-se. Atesta-o quantitativamente a sensível escassez da bibliografia mundial relativa ao tema. Atesta-o qualitativamente a ausência mundial de definições menos imprecisas dos próprios conceitos operacionais da Sociologia Jurídica.

Todavia, isso significa nada menos que a ciência do direito mesma está ainda numa fase predominantemente pré-científica. Pois, se a ciência do direito é de fato uma ciência social — e não apenas conhecimento lógico-normativo — seu desenvolvimento depende do desenvolvimento da Sociologia Geral e das ciências sociais em geral, e, do modo mais direto, do desenvolvimento da Sociologia Jurídica. De fato, a que outro ramo do saber que não sobretudo à Sociologia Jurídica competirá a construção de uma teoria geral científica do fenômeno social jurídico, embora a Sociologia do Direito venha a transbordar de si mesma nessa tarefa?

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO: SEUS OBSTÁCULOS E FATORES

PINTO FERREIRA

1 — *O conceito de resistência e de obstáculos ao desenvolvimento.* As sociedades se desenvolvem, eis que a mudança social é processo básico da sociologia. Não há instituições estáticas, nem paradas, porém transformações e mudanças que ocorrem necessariamente. Mas algumas destas mudanças têm um caracter específico, porque assinalam um processo típico de desenvolvimento.

Contudo, há também resistências e obstáculos ao desenvolvimento. Os autôres costumam distinguir as duas nuances, os conceitos diversos de resistência e obstáculo ao desenvolvimento, à maneira de METRAUX, em seu estudo intitulado *Resistances aux Changements* (em *Resistências à mudança*, Rio, 1960, págs. 71-81).

Os obstáculos são aquelas barreiras ou situações estruturais que dificultam o desenvolvimento. As resistências aquelas atuações deliberadas contra o desenvolvimento. COSTA PINTO acentua, contudo, que não se trata de dois processos diferentes, mas de dois momentos de um processo único: o que acontece é que “a determinadas situações estruturais estão sempre ligados certos grupos ou camadas sociais, cujos interesses ou valores resistem, por isto mesmo, aos fatores de sua transformação, resistência que se pode integrar em diferentes níveis, desde o plano das atitudes mais encobertas até o plano da definição ideológica e da oposição”.

Na abordagem sociológica do problema, no que concerne às organizações das tribus preletradas, é até oportuno observar

a necessidade vital de resistência à mudança. É às vezes o único meio de sobreviver como no caso de tribos indígenas que recusam aceitar os padrões dos países industrializados, pois isto significaria o seu desaparecimento como sociedade.

Entretanto, para os povos do chamado mundo civilizado, é indispensável o concurso de condições de desenvolvimento, ou eles serão reduzidos ao pauperismo. Para eles aplica-se realmente a frase famosa de EUCLIDES DA CUNHA: progredir ou perecer.

2 — *Principais teorias sobre os obstáculos e barreiras ao desenvolvimento.* Quais os principais motivos concretos que impedem o desenvolvimento, que são realmente obstáculos e barreiras ao desenvolvimento?

Para uma primeira concepção, de natureza biológica e racista, o principal fator impeditivo do desenvolvimento é o fator racial, é a raça. As populações mestiças dos países sub-desenvolvidos não teriam as qualidades de liderança, de energia, de inteligência, de empreendimento, capazes de gerar o desenvolvimento. Seriam as condições biológicas das raças humanas, na verdade, ao sentir de tais teorias, os elementos decisivos para o desenvolvimento. A tese implica no retôrno ao biologismo na sociologia, mas no fundo deve-se reconhecer que há uma certa homogeneidade na configuração atual do *Homo Sapiens*: raças diferentes podem revelar em certos momentos uma superioridade histórica, como os ingleses e americanos nos derradeiros séculos, mas tal superioridade de equipamento cultural não é permanente nem eterna, como não foi a dos antigos impérios da antiguidade.

Uma *segunda concepção* pretende afirmar que as barreiras impeditivas do desenvolvimento nos países sub-desenvolvidos se prendem às suas excassas possibilidades de recursos minerais, de minérios que permitam a industrialização. Mas tal tese também não parece evidente. Há países que detêm imensas reservas petrolíferas, como a Venezuela, Kuwait, Arábia Saudita, Irã, Iraque, Quatar (ou Catar), Bahreim (ou Barém) e são países sub-desenvolvidos. A falta de petróleo e de reserva de carvão ou reservas carboníferas não impediram o desenvolvimento da Suécia, Noruega, Suíça, Holanda e Bélgica.

Assim sendo, a inexistência de recursos naturais não é por si só um impedimento absoluto ao desenvolvimento.

Uma *terceira concepção* explica o desenvolvimento como uma combinação da raça explorando os recursos naturais. É a tese que está implícita na obra de EDUARDO PRADO sobre a *Ilusão Americana* (S. Paulo, 1957, pág. 170), explicando o desenvolvimento norte-americano. Afirma êle: “Os Estados Unidos são o país mais rico do mundo; rico pelas opulências naturais, pela sua enorme extensão, pela fertilidade do solo, pelos seus portos, baías, seus lagos, seus grandes rios navegáveis, suas minas incomparáveis. Povoado um solo dêstes pela raça saxônica, como poderia deixar êste país de ser uma nação forte e poderosa? O solo mais rico do mundo, habitado pela raça mais enérgica da espécie humana — eis o que são os Estados Unidos. Aquêle país é grande, mas não é por causa do seu govêrno”.

O tamanho do seu império cresceu com a sua tecnologia. Hoje 60% dos recursos mundiais são controlados ou são propriedade dos dirigentes de 6% da população mundial, os norte-americanos, como relembra BERTRAND RUSSELL no livro *Crimes de Guerra no Vietnã* (Rio, 1967, pág. 114).

Quarta concepção aprimora a tese de que os obstáculos e barreiras ao desenvolvimento devem ser procurados nas religiões. As religiões estimulam ou inibem o processo das mudanças sociais, como assinala MAX WEBER no seu ensaio sobre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (*Die Protestantische Ethik und Geist der Kapitalismus, in Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, Tuebingen, 1947, vol. I, págs. 1 a 205, originalmente publicado no *Archiv fuer Sozialwissenschaft und Politik*, Tuebingen, 1904 e 1905, volumes XX e XXI). Para o eminente sociólogo alemão, o protestantismo estimulou o processo do desenvolvimento do capitalismo, e não o catolicismo. Mas o que dizer da URSS na atualidade, que não é católica nem protestante? Há ainda por considerar o caso do islamismo, eis que no apogeu da civilização árabe o islamismo tinha uma notável agressividade e estimulava o sucesso, mas com a decadência do império árabe, tornou-se uma religião com pendôres fatalistas, cujo fatalismo foi acentuado.

Para uma *quinta concepção*, especialmente devida aos neo-malthusianos, são as explosões demográficas e o exagerado aumento da população dos países sub-desenvolvidos que anulam o processo do desenvolvimento. É verdade que os países subdesenvolvidos têm uma taxa demográfica mais elevada de desenvolvimento. Recentes dados do *Serviço de Informação do Departamento de Referência sobre População de Washington, no relatório World Population Data Sheet — 1966*, dão as seguintes informações sobre a taxa anual média de aumento demográfico:

Taxa anual média de incremento demográfico no período de 1958-1966:

Mundo	1,7
África	2,3
Ásia	1,8
América	2,2
Europa	0,9
Oceania	2,2
URSS	1,6

Vê-se assim o grande explosivo demográfico dos países sub-desenvolvidos, com especialidade na América do Sul e na América Central (com as taxas de 2,7), entre as mais elevadas dos dados referidos, em contraste com a taxa de 1,6 dos Estados Unidos, que é a metade do Brasil ou a taxa de 3,1.

Enquanto as nações do norte e do ocidente da Europa crescem demograficamente ao ritmo de 1,0 ao ano, as nações sub-desenvolvidas têm o seu ritmo de desenvolvimento entre 2 e 3 por ano, e constituirão cerca de 80% da população mundial por volta do ano 2.000.

É contudo de ponderar que ainda há um grande vazio a preencher nos quadros demográficos dos países sub-desenvolvidos, como no Brasil, onde a sua população é ainda pequena para ocupar vastas regiões geográficas na Amazônia ou no planalto central do país.

Ainda na abordagem da problemática do desenvolvimento, cabe salientar *uma derradeira concepção*, destacando que o exame da matéria deve repousar na maneira da utilização dos

excedentes econômicos gerados pelos sistemas econômicos dos países sub-desenvolvidos. Tal maneira de utilização depende substancialmente das estruturas das respectivas sociedades, do seu perfil de estratificação social e da própria situação das classes sociais com respeito ao poder político e econômico. Si os excedentes econômicos são utilizados em investir para aumentar o aparelho produtivo da sociedade, como declara LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA em seu estudo *Obstáculo ao Desenvolvimento* (Recife, 1967), há desenvolvimento. Mas si os excedentes econômicos são drenados para o exterior através dos monopólios, ou despendidos inutilmente em obras faraônicas e suntuosas, ou mesmo desperdiçados em bens não prioritários de qualquer espécie, há obstáculos sérios ao desenvolvimento.

3 — *Teoria geral dos obstáculos ao desenvolvimento* — Na teoria geral dos obstáculos ao desenvolvimento, a análise do sistema de estratificação social e da estrutura ocupacional prepondera. A espinha dorsal da estrutura da sociedade, como assinala COSTA PINTO, é o seu sistema de estratificação social, termo popularizado pelo sociólogo PITIRIM A. SOROKIN em sua obra *Mobilidade Social*.

Nos países sub-desenvolvidos, os primeiros e importantes obstáculos ao seu desenvolvimento se encontram na agricultura. Caso expressivo é o do Brasil, que se amplia na análise geral das nações sub-desenvolvidas. A sociedade brasileira nasceu, viveu e se desenvolveu fundamentada em uma economia agrícola, orientada para fins eminentemente comerciais. Era o latifúndio, a monocultura, a agricultura extensiva, a exploração extrativa, produzindo sobretudo para o mercado internacional, a fim de exportar as matérias primas da agricultura tropical ou seus minérios. Os ciclos do pau-brasil, do ouro e do açúcar, da borracha e do café simbolizam tais empreendimentos. Não era sem razão que ANTONIC chamava os engenhos de “fábricas”.

Ainda em 1940, 68,8% da população do Brasil foi classificada como rural, e em 1950 o total atingiu 63,8%. Tal o perfil bruto da estratificação social, com respeito às sociedades integradas no campo e na cidade.

Mas o que acontece com a poupança ou os excedentes eco-

nômicos da agricultura nos países sub-desenvolvidos? Eles não são canalizados para a ampliação do aparelho produtivo da sociedade.

Ao contrário, os excedentes econômicos provenientes da agricultura são canalizados especialmente para a *aristocracia rural*, com seus hábitos de luxo e falta de poupança para aplicação em bens prioritários, para os *intermediários* e *comerciantes*, que lucram mais que os próprios plantadores rurais, para os *rendeiros* e camponeses, com um padrão de consumo muito baixo, e enfim transferidos no *comércio internacional* nas trocas com os países de economia-líder ou dominante, que auferem grandes lucros resultantes do mecanismo do próprio comércio entre ambos.

Os excedentes econômicos não são assim devidamente utilizados para o aumento do aparelho produtivo da sociedade, nem para reduzir o *tecnological gap* das nações subdesenvolvidas.

Para documentar um desses aspectos, que é talvez o mais importante, basta lembrar os dados estatísticos divulgados recentemente pela revista *Comércio & Mercados (Órgão Oficial da Confederação Nacional do Comércio, do SESC e do SENAC, ano II, janeiro de 1968, n.º 5, pág. 30)*, quanto ao Brasil:

“Na última década o volume das nossas exportações quase quadruplicou, enquanto que os valores totais sofreram pequenas diferenças:

Ano	Tonelada	Valor
1956	5.747.279	US\$ 1.474.335.00
1965	19.678.498	US\$ 1.594.646.00

Têm sido implacáveis os nossos clientes internacionais: de 1955 até 1964 o preço/ton. das nossas exportações caiu de US\$ 229.06 para apenas US\$ 97.72.

Dos quarenta principais produtos exportáveis (primários) da pauta brasileira, pelo menos 35 sofreram depreciação nos últimos dez anos.

Anotamos a seguir a queda de preços verificada em nossos principais produtos no citado período:

Valor Médio US\$/Ton.

Produtos	1955	1964
Café	1.027	847
Min. ferro	11,7	8,3
Algodão	747,6	498,8
Manganês	80,5	24,8
Cacau	745,6	466
Mate	258,9	160,6

Aos preços vigentes em 1956 as nossas exportações do ano passado teriam ultrapassado o apreciável de US\$ 3 bilhões”.

Ainda nos países sub-desenvolvidos, outro grande obstáculo ao desenvolvimento se situa no setor da indústria. A falta de industrialização ou o insuficiente preparo e falta de base de tecnologia existente nestas indústrias, torna o seu sistema industrial sem condições de concorrer no mercado internacional. De outro lado, como o capitalismo toma feição internacional, a penetração das empresas estrangeiras, com seu superior tipo de gestão, o seu equipamento tecnológico superior e seus capitais mais poderosos, não permite o florescimento das industriais nacionais. Os *royalties* pagos representam uma nova forma de colonialismo, um neocolonialismo.

A famosa lei de PETTY-CLARK perdura implacável: *são ricos os países industriais, são pobres os países agrícolas*. Na industrialização está um principal fator de desenvolvimento, do mesmo modo que a falta de industrialização é um poderoso obstáculo ao desenvolvimento.

Ainda nos países sub-desenvolvidos, outro fator impeditivo do progresso em seus vários sentidos é a deficiência do sistema educativo, o analfabetismo generalizado, enquanto os padrões de educação não se desenvolvem para eliminar a marginalidade gerada na sociedade.

Bem o assinala COSTA PINTO:

“A educação não é um valor absoluto, nem a escola uma instituição incondicionada. A educação e a escola de uma sociedade em transição também refletem essa transição e essa marginalidade característica da estrutura de que fazem parte.

Daí resulta que, nas sociedades em recente e acelerado processo de desenvolvimento, a escola tradicional é superada e entra em decadência, enquanto que a nova ainda não se definiu nem ganhou prestígio e aceitação suficientes para se difundir e desempenhar a sua função.

A marginalidade da estrutura reflete-se na educação e esta agrava a marginalidade estrutural.

Se é verdade que a educação ornamental do tipo tradicional é um obstáculo ao desenvolvimento, também se conhecem os exemplos de escolas pretendidamente “práticas”, que ensinam ao trabalhador de enxada a ler, escrever, as quatro operações, etc., e meia dúzia de anos mais tarde êsse homem praticamente havia esquecido tudo que lhe fôra ensinado, pois jamais aplicara, no seu quotidiano concreto, no fundo do latifúndio em que vivia, qualquer daquelas noções para manejar a enxada e ganhar seu salário de fome”.

Afinal, há nos países sub-desenvolvidos uma exagerada tendência à imitação dos padrões, hábitos, costumes, técnicas e fórmulas financeiras, etc. em voga nos países desenvolvidos. A cultura dos ditos países sub-desenvolvidos é alienada. KEYNES já observara quanto à economia, assim como PERROUX, salientando o êrro das aplicações precipitadas das soluções válidas em países desenvolvidos para com as mesmas soluções inadvertidamente aplicadas nos países sub-desenvolvidos. Assim também ocorre em outros setores da *cultura espiritual* e não só da cultura material, para usar a linguagem de SOMBART. A aplicação destas fórmulas apresenta geralmente resultados negativos, perturbadores e fracassados.

A êste respeito é sempre oportuna a lembrança daquele conselho de PÉRICLES, no famoso discurso de *Cerâmico*: “Deivos, ó atenienses, uma constituição que não foi copiada da constituição de nenhum outro povo. Não vos fiz a injúria de fazer, para vosso uso, leis copiadas de outras nações”.

Os países sub-desenvolvidos se gloriam de copiar as leis e as soluções dos países desenvolvidos, e êste furor imitativo tem sido em grande parte a causa da sua ruína.

Bem o salientou EDUARDO PRADO: “Assim as instituições podem dar certo nos seus países de origem, e trazer a confusão e a desordem nos países para onde arbitrariamente as transmudam”.

Impõe-se a necessária *redução sociológica*, em uma obra consequente para evitar a alienação cultural.

4 — *Teoria geral dos fatores do desenvolvimento*. — O fator básico e decisivo do desenvolvimento é a industrialização. Por isso muitos pensadores salientam que, com efeito, a industrialização é o primeiro e decisivo passo no desenvolvimento, é o seu grande *teste* ou *indicador*.

A expressão do desenvolvimento no século XIX foi brilhantemente estudada pelos tratadistas, analisando o processo da industrialização, o renome da revolução industrial, que primeiro surgiu na Inglaterra, com o seu poder de poupança e os imensos recursos de seu império colonial.

No século XX o processo da industrialização continua em um crescendo. Mas, por que alguns países crescem mais avultadamente, e outros se detêm em um progresso lento e retardado? Qual, por exemplo, o motivo da estagnação do desenvolvimento britânico (o mais poderoso até o liminar do século XX), apesar de sua poderosa estrutura industrial de base, e o amplo desenvolvimento norte-americano nos últimos anos?

É o que precisamente a moderna ciência econômica procura apreciar.

Durante muitos anos, desde ADAM SMITH em 1776, os economistas apenas falavam em têrmos genéricos sôbre os fatores de expressão. Mais tarde, no século XIX, a sua atenção foi voltada para a formação dos preços e distribuição de recursos, bem como para a história crítica do capitalismo. No século XX, sob o impulso de KEYNES, os economistas enfocaram a sua atenção nos ciclos econômicos e na superação das crises estruturais. Últimamente, passou-se a discutir com entusiasmo um assunto nôvo: os fatores gerais que provocam e mantêm a expansão a longo prazo.

Daí provém a teoria moderna sôbre os fatores profundos da produtividade, para a qual EDWARD F. DENISON redigiu uma brilhante tese, em 1964, o chamado relatório DENISON, que pertencia ao *National Council on Economic Development*, trabalhando agora na *Brookings Institution*, inventariando sistematicamente as origens da expansão norte-americana.

DENISON examina o problema dos fatores do desenvolvimento de acôrdo com as mudanças operadas na sociedade atual. Como pretende êle em sua arguta análise, no início do século XX, a expansão econômica era devida em grande parte e especialmente aos números: entre 1905 e 1929, 50% do desenvolvimento econômico eram levados em conta por causa do crescimento de mão de obra e do crescimento dos capitais investidos. Atualmente os fatores de expansão mais importantes são a educação geral e as inovações tecnológicas, que estão a contribuir de maneira decisiva para o *technological gap* entre as nações desenvolvidas e as nações sub-desenvolvidas.

Numa doutrina geral e crítica sôbre os fatores do desenvolvimento, poder-se-iam assim assinalar os principais fatores do desenvolvimento: *crescimento dos capitais investidos, utilização dos excedentes econômicos em bens prioritários, crescimento da mão de obra, educação e inovações tecnológicas*. São êstes os principais fatores da industrialização, como o precioso teste ou indicador de desenvolvimento.

Na segunda metade do século XX a inovação tecnológica, com base na educação e na pesquisa, é o elemento decisivo do desenvolvimento.

Foi êste aspecto já bem previsto pelo famoso economista-sociólogo SCHUMPETER, quando afirmava antes da guerra: "A concorrência que realmente há de ter sucesso será a dos novos bens, das novas técnicas. Essa concorrência determinará uma vantagem decisiva em custo e qualidade, atingirá não só a margem de lucros e as quantidades produzidas pelas empresas, mas os seus próprios fundamentos, a sua existência."

5 — *O relatório DENISON e a teoria dos fatores do desenvolvimento*. — O ponto de vista de SCHUMPETER sôbre a influência das novas tecnologias atuando de maneira poderosa

sôbre o desenvolvimento, é a conclusão a que chegou recentemente DENISON em brilhante análise do tema.

Façamos um resumo da sua teoria, segundo a sua tese redigida em 1964 sôbre o assunto.

DENISON, examinando o desenvolvimento norte-americano no século XX, observa que no período de 1909-1929, mais da metade do desenvolvimento da economia do seu país foi devida ao crescimento da mão-de-obra e ao crescimento dos capitais investidos.

Êste aspecto modificou-se a partir de 1929. De 1929 a 1957 os ditos fatores quantitativos da mão-de-obra e dos capitais investidos atuaram com menos de um têtço no crescimento do produto nacional.

A partir de 1957, nova mudança se opera, eis que DENISON enuncia 31 fatores da expansão, mas figura na frente como decisivos os seguintes fatores: educação geral e inovações tecnológicas.

Por consequência, a sua conclusão é de que a expansão econômica dos últimos tempos nos E.U.A. deve-se *essencialmente à rápida e crescente melhoria da produtividade*.

Si, no começo do século, a produtividade por homem-hora aumentava de 1,6% ao ano no setor industrial privado, ultimamente o aumento passou a ser de 2,7% por ano.

Mas por que a produtividade aumenta?

Si há o mesmo número de empregados e o mesmo valor de capital, si a produtividade aumenta é porque há um fator nôvo.

"A principal conclusão do relatório de DENISON é que o ensino constitui o fator mais importante e coloca-o à cabeça dos fatores econômicos de expansão", conforme resume JEAN-JACQUES SERVAN-SCHREIBER em seu livro *O Desafio Americano* (Rio, 1968, pág. 69).

Êstes dados da teoria foram confirmados ainda por JULIUS SHISKIN, chefe do *Serviço de Estatísticas do Bureau of Census* dos Estados-Unidos. Segundo êle, no período do primeiro têtço do século presente até 1929 o número de homens-horas na economia subiu de 1,1%, no segundo têtço do século até 1957 tal taxa diminuiu para 0,2%.

Quanto ao segundo fator quantitativo, o capital investido,

pretende SHISKIN que os capitais investidos nos negócios cresceram de 2,6% por ano entre 1912-1929, mas de 1929-1957 o ritmo foi de metade do registrado no período anterior.

DENISON também avalia em 23% a parte de expansão correspondente ao aumento dos capitais investidos durante o período de 1912-1929, taxa que diminuiu para 15% no período de 1929-1957.

A conclusão coincidente a que chegaram DENISON, SHISKIN, SERVAN SCHREIBER, bem como ainda ROBERT MCNAMARA no seminário de JACKSON, Mississippi, em fevereiro de 1957, insiste em que a educação permanente é o principal motor de inovação tecnológica, sendo ambos os principais fatores do desenvolvimento no processo atual da economia norte-americana.

6 — *Educação como fator do desenvolvimento.* — Nos países que chegaram a uma certa etapa do desenvolvimento, a educação com a conseqüente ampliação da potência intelectual, é o fator mais decisivo da expansão, cabendo acentuar que sempre foi, contudo, fator importante.

Verifica-se, por isso, que os países desenvolvidos gastam um certo percentual do seu PNB em educação, e hoje os Estados Unidos e a URSS se encontram à frente deste empreendimento.

Segundo o *Bureau of Census* dos Estados Unidos, em 1930 o total de verbas gastas na educação foi de 3,2 bilhões de dólares, mas se elevou a 39 bilhões de dólares em 1965.

Tem havido um acréscimo constante de tais verbas, que se reflete ainda na ampliação da população escola-universitária.

Assim em 1900, só 4% de jovens, na respectiva faixa de escolaridade estavam matriculados nas universidades americanas, mas estes 4% cresceram para 44% em 1965, isto é, 10 vezes mais, aumentando ainda a duração média da escolaridade que passou de 8 anos em 1910 a 12 anos em 1965, para os indivíduos de 25 anos de idade.

Os Estados Unidos têm hoje a maior população universitária do mundo, seguidos pela URSS. Isto explica o seu desenvolvimento moderno? Parece que sim.

De acordo com os dados fornecidos por H. S. BROWN e

L. B. MAYHEW, no livro *Ensino Superior Americano* (Rio, 1967, pág. 24), “o número de matrículas de estudantes universitários subiu de 1.364.815 em 1939 para 2.078.095 em 1946, para 2.468.596 em 1954, para 3.610.007 em 1960, para 4.600.000 em 1964. Uma estimativa modesta prevê que, em 1970, de 6.500.000 a 7.000.000 de alunos cursarão as universidades e academias. A porcentagem do produto nacional dedicado ao ensino superior subiu de 0,6% em 1939 para, aproximadamente, 2% em 1964”. Prosseguem êles: “O número de estabelecimentos subiu de 563 em 1869-70 para 1.858 em 1955-56 e mais de 2.100 em 1964”.

As academias e universidades passam a ser reputadas como instrumentos essenciais à política nacional, à segurança e à expansão. É o que argumenta M. H. TRYTTEN, discursando na XIV Conferência Nacional Anual da Educação Superior:

“Últimamente começamos a compreender que a relação entre a nossa produção de pessoal especialmente treinado e qualificado e o nosso bem-estar e segurança, é fundamental e de primeira importância. Vivemos numa época em que os fundamentos do poder nacional estão sendo alterados rapidamente. Não faz muito que o prestígio e o poder de uma nação baseavam-se na posse de colônias, no controle dos mares, maior capacidade industrial e comercial e grande potencial militar em homens e armas, este último também dependendo da capacidade industrial. Muitas destas bases estão hoje em dia enfraquecidas ou arruinadas. Principalmente, as potências coloniais viram as suas colônias desaparecerem ou tornarem-se pesos mortos. Grande potencial humano militar não é mais um fator importante ou magno. O poder aéreo alterou profundamente o papel do poder naval.

Talvez a maior mudança seja o aparecimento dos assuntos intelectuais como base de poderio nacional. Esta mudança encontra a sua expressão mais imediata no papel grandemente realçado da educação e da pesquisa como fatores primordiais neste propósito. Não é necessário neste momento enfatizar o papel da ciência e da pesquisa na moderna guerra tecnológica do tipo convencional. Tampouco é necessário realçar o papel destes fatores no novo campo da exploração espacial. Que há

outros grandes campos, foi recentemente sublinhado pelo relatório da comissão especial de oceanografia, que mostrou a necessidade de um planejamento bem maior do estudo dos oceanos. Um alerta semelhante da necessidade de maiores atenções para o estudo científico do subsolo do nosso planeta é, na opinião de muitos, urgente.

A conclusão geral destas observações preliminares é que vivemos numa época em que, devido às alterações nas bases do poder, toda a configuração mundial de forças está sendo mudada. Quando conseguirmos a estabilidade, o que virá algum dia, pelo menos de forma relativa, sem dúvida a nova situação terá como base o conhecimento intelectual" [N. H. TRYTTEN, *Higher Education as an Instrument of National Policy, Current Issues in Higher Education*, Washington, D. C.: National Education Association, 1959, págs. 18-19).

Alguns dados são ilustrativos do problema de verbas destinadas à educação, em vários países. No México, uma elevada política pedagógica tem outorgado recentemente 30% do orçamento à educação, destinados sobretudo à universidade Autônoma do México. A União Soviética dedica 7% do seu orçamento à educação; os Estados Unidos 6%; o Japão 6%; a Grã-Bretanha 5%; a França 4%. O desenvolvimento das ditas nações se fundamenta atualmente na pesquisa científica e tecnológica.

A verba orçamentária destinada às Universidades brasileiras tem decrescido sensivelmente nos últimos anos. Em 1965 foi da ordem de 3,9%; em 1966 foi de 3,5%; em 1967 foi de 3,4% e a proposta orçamentária de 1968 baixou para 2,8%. O orçamento de 1968 destinou apenas 0,2% para a pesquisa científica.

Por isso a elevada procura dos estudantes nos países desenvolvidos à conquista dos seus diplomas, ampliando a população universitária.

Recentemente o prof. DIMITRIS CHORAFAS, da Universidade de Washington, realizou um inquérito em 1966 sobre 24 países, fazendo então um inventário da população universitária, que é a seguinte:

Formação dos Jovens

(Do relatório de CHORAFAS)

Países	Número de estudantes em 1966	Em % da população de 20 a 24 anos
Estados Unidos	5.526.000	43 %
União Soviética	4.000.000	24 %
Japão	1.370.000	13,5%
França	500.000	16 %
Itália	284.000	6,9%
Alemanha	280.000	7,5%
Canadá	230.000	22,5%
Grã-Bretanha	165.000	4,8%
Suécia	62.000	11 %
Bélgica	54.000	10 %

Atualmente (1967), no Brasil a nossa população universitária atinge de 217.000 estudantes superiores, com um grande desperdício das pessoas que, formadas no curso médio, não completam os seus estudos superiores.

Na Inglaterra, França, Alemanha e Itália, cerca de 90% dos jovens entre 13 e 14 anos frequentam as escolas, mas depois dos 15 anos apenas 20% prosseguem seus estudos. Nos Estados Unidos, 99% dos jovens entre 13 e 14 anos são estudantes, e depois dos 15 anos ainda 45% prosseguem suas atividades escolares para ingresso nos 4 tipos de escolas superiores lá existentes: as academias de artes liberais, as academias de bens de raiz, as Universidades e os colégios universitários.

A conclusão recente dos especialistas é de que, na atualidade, os esforços empregados na educação e na tecnologia têm os mais decisivos efeitos propulsores sobre a expansão e o desenvolvimento.

Os relatórios de DENISON e MCNAMARA apresentam-nos como os mais decisivos fatores que estão colocando os Estados Unidos à frente da Europa, responsáveis pela *technological gap* entre ambos, cada dia mais acentuado, especialmente nas indústrias de ponta, como nas indústrias dos computadores-ordenadores e dos círculos integrados.

7 — *Os fatores do desenvolvimento: sua teoria geral.* — O desenvolvimento econômico do mundo, no sentido de progresso e do bem-estar geral, teve início com o advento da revolução industrial.

O primeiro país que esteve à frente dêsse progresso foi a Inglaterra, cuja demarcação ou decolagem econômica foi a primeira. Outros modelos se seguiram, entre êles destacando-se principalmente os dos Estados Unidos, URSS, Suécia e Japão.

Inúmeros são os fatores do desenvolvimento e recentemente DENISON enumerou 31 fatores. Alguns dêles têm tido primazia em determinadas épocas históricas, mas declinando em outras.

A economia clássica e neo-clássica considera certo número de variáveis que influenciam o processo do crescimento econômico de uma sociedade, ou seja, o incremento potencial tanto de sua produção como de sua renda. Tais fatores do desenvolvimento são os seguintes: 1) a população, abrangendo sobretudo os recursos da mão-de-obra em quantidade, e também ainda em qualidade no sentido mais amplo; 2) os recursos naturais, abrangendo naturalmente o quadro da geografia econômica em que se situa a comunidade; 3) a formação do capital; 4) a tecnologia, abrangendo o conjunto dos conhecimentos e dos recursos técnicos; 5) o comércio exterior, que deve ser acrescentado nos sistemas de economia aberta. A taxa de desenvolvimento econômico da sociedade dependerá da disponibilidade dos fatores de produção e do grau de sua utilização.

Na abordagem dos fatores condicionantes do desenvolvimento, determinados especialistas ampliam a análise, como DENISON, salientando a importância crescente do saber científico, da tecnologia e das inovações tecnológicas.

Como se processou historicamente o desenvolvimento?

Na etapa do capitalismo primitivo, como na Inglaterra, a formação das poupanças necessárias ao rápido desenvolvimento decorreu dos seguintes fatores: a drenagem das riquezas das colônias, o rápido aumento da mão-de-obra que permitiu um salário baixo aos trabalhadores com maiores lucros para os

empresários, e a aplicação dos excedentes econômicos para o aumento da produtividade.

Este aspecto dos baixos salários, permitindo a poupança dos capitais, foi bem assinalado por GUNNAR MYRDAL no livro *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas* (2a. edição, 1968, págs. 74-75), nos seguintes termos:

“Na etapa pré-democrática e individualista do capitalismo, a manutenção de baixos padrões de vida para as massas foi o meio de gerar a poupança, em grande escala, e o capital necessário a um rápido desenvolvimento econômico. Com o aumento populacional acelerado, que então ocorreu, e o progresso técnico da agricultura, que liberou a mão-de-obra, sua oferta tornou-se tão grande que foi possível manter os salários a baixo nível, dispensando os regulamentos mercantilistas, com o simples processo de deixar em liberdade as forças do mercado”.

Numa nova fase do desenvolvimento e da expansão que sobretudo ocorreu desde os meados do século XIX e prosseguiu por cerca de 3 décadas do século XX, a expansão se deveu sobretudo ao aumento quantitativo da mão-de-obra e dos capitais investidos. É o que se realizou na Europa ocidental e nos Estados Unidos, cujos recursos foram também ampliados pela drenagem das riquezas do resto do mundo, operada seja pela tesoura dos preços do comércio internacional, seja pelas vantagens ilimitadas das remessas de lucros do mundo-subdesenvolvido. Este processo continua até por volta de 1957, embora os aludidos fatores quantitativos da mão-de-obra e dos capitais investidos tenham decrescido um pouco a sua participação no desenvolvimento.

Enfim, uma terceira fase do desenvolvimento se processa na atualidade, desde 1957, em que a educação e as inovações tecnológicas contribuem poderosamente para o aumento da produtividade. Estes são fatores decisivos no desenvolvimento econômico da atualidade. Este fator também foi salientado por OCTAVE GELINIER em *O Segredo das Estruturas Competitivas* (*Le Secret des Structures Competitives*), obra básica sobre o capitalismo moderno, em que demonstra que o “segredo das estruturas competitivas” não se baseia inteiramente na dimensão das empresas (número de mão-de-obra e capitais

investidos), mas as chaves da capacidade de concorrência se encontram naquelas empresas e naqueles países mais habilitados a fornecerem esforços de investimento e de pesquisa, especialmente nos setores da tecnologia avançada.

Em 1965, a parte do *PNB* consagrado à pesquisa era de 3,61% nos E.U.A. contra 2,01% da Europa. As despesas de pesquisa e desenvolvimento foram calculadas no mesmo ano em 94 dólares *per capita* nos Estados Unidos contra 25 dólares *per capita* na Europa, os primeiros gastando 17 bilhões de dólares e a Comunidade Européia apenas 3 bilhões. As previsões calculam que em 1970, a parte do *PNB* dedicada à pesquisa será de 4,6% nos Estados Unidos contra 2,5% na Europa.

Tudo assim indica que a próxima geração assistirá à consolidação dos fatores da educação permanente e das inovações tecnológicas no processo da expansão e do desenvolvimento.

O HOSPITAL DE ENSINO DENTRO DA PROBLEMÁTICA UNIVERSITÁRIA (*)

AMAURY COUTINHO

Quando o reitor Murilo Guimarães convidou-me a proferir a aula inaugural da Universidade Federal de Pernambuco este ano, pensei, inicialmente, em falar sobre um aspecto educacional quer à propósito da Reforma Universitária ora em esboço, quer sobre a chamada crise universitária brasileira. Todavia, qualquer desses aspectos necessitaria de uma pesquisa e de um estudo mais profundo que o escasso tempo que me diu entre o convite e o dia de hoje não permitiria, além de conduzir inevitavelmente a críticas ou manifestações pouco otimistas, inadequadas a uma aula de inauguração de cursos.

Procurei, então, situar-me em um tema mais específico e dentro das minhas limitadas possibilidades de exposição e de tempo, focalizando sucintamente os objetivos e a amplitude de um Hospital de Ensino dentro da problemática universitária. Tendo em vista, sobretudo, que no recente Simpósio sobre Problemática Universitária, promovido em boa hora pelo Magnífico Reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães, no qual importantes assuntos foram relatados por excelentes expositores, este tema, a meu vêr, não menos importante, não teve oportunidade de ser focalizado.

Tentarei encarar o problema em seus aspectos gerais, de uma forma que possa interessar a uma diversificada Assembléia Universitária, a qual urge ser melhor informada e esclarecida sobre um dos mais destacados e complexos órgãos do contexto

(*) Aula inaugural dos cursos da Universidade Federal de Pernambuco em 1968.

universitário, o seu Hospital de Clínicas. Órgão que projeta, como nenhum outro, esta mesma Universidade dentro da comunidade a que serve e que, portanto, necessita do maior apoio e compreensão dos elementos dirigentes e de cúpula da Universidade e de todos os seus Professores e alunos. Como também, e especialmente, dos Governos federal, estadual e municipal e dos setores mais representativos da nossa sociedade que, infelizmente, permanecem, em geral, completamente alheios a tão magno problema que pertence a toda a comunidade. Nos países adiantados os Hospitais Universitários, pelos serviços que prestam à coletividade e por serem repositórios dos avanços médico-científicos universais, de interesse de todos os homens — haja visto os recentes e tão divulgados progressos na cirurgia cardíaca e de transplantes de órgãos — recebem dos governos e da coletividade em geral todo o apoio financeiro e moral de que necessitam.

Conceito e objetivos de um Hospital de Ensino

Começarei conceituando o Hospital de Ensino na forma aceita por todas as Faculdades de Medicina do país, e constante das conclusões da V Reunião Anual da Associação Brasileira de Escolas Médicas, realizada em Campos de Jordão em agosto de 1967 à qual tive a satisfação de comparecer como representante da nossa Faculdade de Medicina.

“Hospital de Ensino é aquele que tem suas atividades assistenciais ajustadas ao ensino e treinamento, sob a responsabilidade do corpo Docente de uma Escola Médica, com os objetivos primordiais de:

- a) graduação de médicos;
- b) treinamento de graduados visando o aperfeiçoamento e a especialização;
- c) preparo de pessoal paramédico;
- d) pesquisa clínica;
- e) desenvolvimento da medicina na comunidade”.

E conclui: “Para conveniente desempenho de suas funções recomenda-se que o Hospital de Ensino atue como unidade in-

tegrada de saúde e deve ter responsabilidades definidas na promoção do bem estar e da saúde da comunidade em que se integra”.

Todos aqueles cinco objetivos mencionados são igualmente essenciais a um Hospital-Escola, podendo ser sintetizado na conhecida tríade: ensino-pesquisa-assistência. O ensino de graduação médica constitui indubitavelmente o “Sine qua non” deste hospital, e dispensa maiores comentários. O preparo de pessoal paramédico, — a exemplo de enfermeiras graduadas, auxiliares de enfermagem, nutricionistas, educadores sanitários, técnicos de laboratórios, operadores de raios X, obstetizes, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, optometristas, ortópticos, psicólogos clínicos, pessoal de administração hospitalar, assistentes sociais especializados e atendentes hospitalares, — constitui outro grande e variado encargo do Hospital de Ensino que, sem nenhuma dúvida é sede primordial de instrução e treinamento de todas essas profissões relacionadas com a medicina. Quanto aos demais objetivos referidos, serão focalizados com destaque mais adiante, em virtude de perspectivas novas e de aspectos pouco conhecidos.

Em um sentido lato, qualquer Hospital bem desenvolvido e com requisitos mínimos, que serão definidos mais adiante, constitui um excelente local de ensino, seja de graduação, seja de pós-graduação médica, geral ou especializada. Grande número desses hospitais vem funcionando em nosso país com programas de ensino e treinamento, amplos ou restritos, sob o controle, total ou parcial, de cátedras universitárias ou isoladamente de Profs. Catedráticos, Profs. Adjuntos ou Profs. Assistentes de Escolas Médicas, oficiais ou particulares.

No entanto, é tendência natural das Escolas de Medicina concentrarem em Hospitais próprios, ou cedidos por convênio, todas as suas Cátedras ou Departamentos do ciclo clínico, organizando o que se denomina, entre nós, de Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina ou Hospital Universitário. Este constitui, por conseguinte, uma instituição hospitalar pertencente, mantida e dirigida por uma Escola Médica, isoladamente ou dentro do contexto universitário com a finalidade precípua de ser o órgão de ensino e treinamento clínico fundamental, em que se dá cumprimento aos programas acadêmicos, de graduação e pós-graduação do curso de medicina e dos cursos correlatos de âm-

bito universitário, como enfermagem, nutrição, odontologia e outros. O Hospital Universitário, diz o Prof. Aloysio Salles Fonsêca, Relator do tema na A.B.E.M. "representa o maior estágio de diferenciação hospitalar, no que tange às possibilidades de participação de todo bom nosocômio em atividades de ensino".

— Tôda Faculdade de Medicina tem necessidade imprescindível de seu Hospital-Escola, afirma o Prof. Zeferino Vaz, atual Reitor da Universidade de Campinas, em São Paulo, pois êle constitui, em última análise, a verdadeira Escola Médica, onde estão concentrados cêrca de 75% de suas cátedras ou disciplinas e onde se realiza fundamentalmente o ensino de graduação, a partir pelo menos da 3a. série e a quase totalidade dos cursos e estágios de pós-graduação.

Hospital de Ensino e a Comunidade

Por ser campo de instrução e treinamento de estudantes de medicina, de médicos de tôdas as especialidades e de tôda a gama de profissões relacionadas com a medicina, e sobretudo por proporcionar um atendimento médico de elevado padrão (pelo menos o que se pretende) a uma grande parcela da população, em todos os níveis sociais, o Hospital de Clínicas tem uma importância e responsabilidade primordiais no panorama médico-social da região em que vivemos. Sendo o Recife, pode-se dizer a capital do Nordeste — região "desafio" pelos seus chocantes problemas médico-sociais — um grande hospital, aqui sediado e relacionado com a Universidade tem, inevitavelmente, uma influência capital nos programas assistenciais de desenvolvimento e na formação dos recursos humanos para as atividades de saúde.

Com o excessivo número anual de candidatos ao curso médico e a necessidade reconhecida de ser abastecido, por vários anos neste País, o escasso mercado de trabalho de profissionais médicos, especialmente nas zonas rurais, impõe-se atualmente em nosso meio uma revisão dos conceitos clássicos do curso médico em geral e do treinamento hospitalar em particular.

Embora seja indispensável que uma Escola Médica, suficientemente desenvolvida possua o seu próprio Hospital-Es-

cola, onde os vários serviços clínicos tenham possibilidade de manter uma boa integração, de desenvolver plenamente a maioria das especializações médicas e de aplicar os constantes e modernos avanços da ciência médica, tal Hospital isolado ainda não é o bastante, sobretudo em países que requerem rápido desenvolvimento. Dois outros aspectos devem também ser postos em evidência, em função da necessidade de atender o inevitável aumento de número de vagas antes referido e para possibilitar uma mais realística visão social dos problemas médicos da população.

Quero me referir, em primeiro lugar, à necessidade de estender-se a outros Hospitais, não universitários, mas devidamente credenciados o ensino e o treinamento de amplas turmas de alunos ou de grupos especializados. É evidente que êste credenciamento pressupõe condições adequadas de funcionamento dêsses Hospitais, sejam êles de âmbito geral ou especializado, pertencentes ao poder público ou a particulares e a serem utilizados para o ensino, quer no sentido global quer apenas através de alguns dos seus serviços. Essa afiliação pressupõe também a presença de elementos docentes de uma Escola Médica no seio do corpo clínico do referido Hospital e o contrôle por êsses mesmos elementos dos serviços a serem credenciados.

Como segundo aspecto é mister que os centros de ensino médico não se limitem aos locais de hospitalização que pressupõem a existência de pacientes selecionados, mas que seus serviços atinjam amplos setores da população, com o uso extensivo e intensivo de diferentes ambulatórios e centro de saúde, assim como de postos avançados em áreas rurais para possibilitar a realização de uma imprescindível medicina integral, curativa e preventiva-social. Ou, em outros termos, as atividades docentes do Hospital-Escola devem projetar-se no âmbito extramural, em áreas delimitadas da população, seja do tipo urbano, seja rural, em completo entrosamento com os serviços estatais e comunitários de saúde através de relações e convênios que só agora começam a ser esboçados.

Desta forma, a Universidade, com o apoio e o suporte imprescindíveis dos órgãos governamentais de saúde e dos setores de desenvolvimento, a exemplo da SUDENE, será responsável

pelo preparo adequado do elemento humano que constituirá a equipe de saúde. Conjuntamente com as medidas projetadas para alterar profundamente a infra-estrutura sanitária do país, essa equipe irá orientar e assistir, do ponto de vista técnico e médico-higiênico, a grande parcela da população que infelizmente continua a ser devastada pelas grandes enfermidades endêmicas.

Neste sentido, o nosso extenso país permanece ainda hoje quase que em situação idêntica à de meio século atrás quando o abalizado sanitarista Miguel Pereira se referiu ao Brasil como um vasto hospital. Essa advertência continua a ser repetida, quase sem éco, conforme mostra um recente editorial o "Jornal do Commercio" do Recife, de 1.º de março último ao comentar os devastadores males que afligem as várias regiões brasileiras segundo um "Atlas Nacional do Brasil" e o "Diagnóstico preliminar do desenvolvimento social — Saúde e Saneamento".

Em nosso Nordeste muito ampla é a disseminação da Esquistossomose, da Ancilostomose e outras verminosses, da Doença de Chagas, do Tracoma, das infecções intestinais e da Tuberculose pulmonar, sem falar nos focos residuais de Peste, focos de Malária no Maranhão, Piauí e Bahia, áreas de Leishmaniose visceral em vários Estados, sobretudo Ceará, grande incidência de Micoses cutâneas e profundas em toda parte e de Filariose no Recife. E por trás de tudo isso, a subnutrição crônica que predispõe, agrava e complica todas aquelas doenças em uma interrelação estreita, quase impossível de ser dissociada.

Daí a necessidade que se impõe de inculcar no espírito e na atitude do estudante e do jovem médico brasileiro o sentido eminentemente social e preventivo da medicina, ao lado da conceitualização clássica puramente curativa, servindo, então, o Hospital de Ensino como retaguarda indispensável em um programa de Medicina Comunitária, a ser urgentemente planejado pelo Departamento de Medicina Preventiva, juntamente com os Departamentos de Clínica Médica, Pediatria e Obstetrícia da Faculdade de Medicina.

A importância de Higiene e Medicina Preventiva tem sido e continua sendo um dos esteios da educação médica em países avançados, como, por exemplo, a União Soviética, em cujo sistema de Instituições Médicas existem três tipos diversificados

de Escolas: a de Medicina geral, a de Pediatria e a de Higiene, sendo esta última um número de 23 de acordo com a publicação do Prof. Ostroverkhov no "The Journal of Medical Education", de setembro de 1961. Além disso, está incluída Higiene, nesse País, como uma das poucas matérias fundamentais a serem exigidas no chamado "exame de estado", necessário ao exercício da profissão por parte de todos os médicos.

Hospital de Ensino e Pesquisa Clínica

Esta projeção ampla do Hospital de Ensino dentro da comunidade, em um programa social de atendimento a doentes indiscriminados deve, todavia, ser equilibrada com a atenção especial aos doentes selecionados segundo o interesse do ensino e da pesquisa clínica. Constitui a pesquisa, juntamente com os cursos e estágios de pós-graduação, fator fundamental para o aperfeiçoamento do pessoal docente e dos profissionais de saúde, em geral, e para o progresso médico-científico da Instituição. "Quem não pesquisa não progride", é um axioma bem conhecido.

Já se foi o tempo da exclusividade da chamada pesquisa pura, realizada por reduzido número de privilegiados em Laboratórios ou Instituições especiais. Nos países mais adiantados, como os Estados Unidos, Inglaterra e Suécia todo docente de uma Escola Médica é, ao mesmo tempo, um pesquisador, variando apenas o tempo devotado a uma ou outra tarefa. Em relação aos mais jovens, Professores Assistentes ou Adjuntos, o tempo dedicado à pesquisa aplicada ocupa em geral, cerca de 60 a 80% de suas horas acadêmicas em regime de tempo integral. Todos os bons Hospitais, nos Estados Unidos, possuem excelentes equipamentos para pesquisas, dispostos em Laboratórios ou Unidades especiais anexas às Clínicas ou, mesmo, em prédios próprios magnificamente instalados ao lado dos Hospitais. Tudo isto com a ajuda indispensável de ricas Fundações, de grandes doações de particulares e sobretudo do Instituto Nacional de Saúde (National Institute of Health) que tem permitido este extraordinário surto de investigações médicas naquele país nos últimos 30 anos.

O Brasil, infelizmente, apresenta neste campo um panorama desalentador, já bem analisado em numerosos depoimentos

e publicações por eminentes professôres e homens de ciência. A carência e a descontinuidade de verbas para instalações, equipamentos, aquisição de livros e periódicos e manutenção dos projetos de pesquisa e, sobretudo, o precaríssimo pagamento dos professôres, pesquisadores e técnicos, impedindo-os de trabalharem em regime de tempo integral na Universidade, constituem as principais causas desta situação consternadora que estiola a pesquisa científica no país. É evidente que não cabe às Universidades, por sí mesmas, tôda a responsabilidade desta situação, porém aos poderes públicos em geral e a falta de sensibilidade para o problema, por parte das entidades privadas e pessoas abastadas.

Mesmo assim, com grande sacrifício pessoal tem sido possível o desenvolvimento de numerosas pesquisas médicas de valor em vários hospitais universitários brasileiros, inclusive o da nossa Universidade. Aqui, as investigações têm se fixado prioritariamente, como seria de se esperar, na nosologia regional, especialmente a Esquistossomose mansônica, doença que acomete cerca de 8 milhões de brasileiros, a maioria jovens, invalidando ou causando a morte prematura de grande número dêles. Numerosos trabalhos de tese, publicações em revistas brasileiras ou estrangeiras e participação em Congressos e Reuniões nacionais e internacionais têm revelado o valor de alguns dos nossos docentes e pesquisadores, projetando o nome de nossa Universidade dentro e fora do país.

Para êste grupo selecionado que trabalha silenciosamente e com as maiores dificuldades no Hospital Pedro II, em horário muito além do exigido pela legislação atual deveriam voltar-se, com o maior interêsse, os órgãos competentes da Faculdade de Medicina e da Universidade, proporcionando as facilidades necessárias em equipamentos, verbas de manutenção, contratação de pessoal técnico e auxiliares e pagamento adicional aos docentes-pesquisadores.

Requisitos mínimos de um Hospital de Ensino

Encerrando, o Hospital-Escola objetivos dos mais amplos e complexos, tem necessidade de requisitos mínimos para o seu funcionamento adequado. Êstes requisitos, embora já tenham

sido devidamente analisados, repetidas vêzes, em Reuniões promovidas pela Associação Médica Brasileira, pela Associação Brasileira de Escolas Médicas e pela Associação Brasileira de Hospitais ainda não foram satisfatoriamente atendidos, por diferentes motivos, em grande número de Hospitais de Ensino do país, o que implicitamente tem ocasionado deficiências notórias no ensino hospitalar e a presença quase constante de situações de inconformismo ou de desânimo por parte dos corpos docente e discente.

São os seguintes os requisitos mínimos, indicados pela Associação Brasileira de Escolas Médicas em sua última Reunião:

1. Serviço de Enfermagem, supervisionado por elementos formados por Escolas oficiais ou reconhecidas;
2. Serviço radiológico;
3. Laboratório clínico;
4. Centro Cirúrgico e Serviço de Anestesiologia;
5. Arquivo Central e Serviço de Estatística;
6. Departamento de Anatomia Patológica, com organização de Reuniões Anátomo-clínicas;
7. Banco de Sangue;
8. Biblioteca Central;
9. Serviço de Internamento e Residência Médica;
10. Depedências adequadas para funções didáticas: anfiteatro, salas de aula, salas para reuniões de grupos, ambulatórios e outras;
11. Serviço Social;
12. Serviço de Nutrição e Dietética, com cozinha e refeitório adequados;
13. Serviço de Isolamento;
14. Serviço de Emergência;
15. Unidade de cuidados intensivos.

Deixo de comentar cada um dêsses requisitos por serem alguns de natureza técnica ou médica pròpriamente dita e outros de evidência e compreensão indiscutíveis.

É evidente que todos êstes serviços devem possuir instalações e aparelhagem adequadas, assim como pessoal técnico e auxiliar em número e qualidade satisfatórios. Também é óbvio

que um Hospital de Clínica deve dispor de tôdas as especializações médicas e cirúrgicas, corretamente instaladas e com clínicas externas devidamente movimentadas.

Julgo também dispensável maiores comentários sôbre a importância de integração funcional das várias clínicas e serviços e sôbre o valor das Reuniões médico-científicas conjuntas.

Ao lado dêstes requisitos, considerados mínimos, um bom Hospital de Ensino deve também contar com outros serviços ou Unidades especiais para atendimento dos diferentes tipos de doentes e para o contínuo desenvolvimento de novas técnicas de diagnóstico e tratamento. Entre outros, poderia mencionar os seguintes:

- a) Bomba de cobalto e Serviço de radioterapia de alta-voltagem (Acelerador linear)
- b) Unidade de Medicina Nuclear (radioisotopos)
- c) Laboratório de Microbiologia e Imunologia
- d) Unidade metabólica e renal
- e) Serviço de Endoscopia
- f) Laboratórios ou Serviços especializados: Gastroenterologia, Endocrinologia, Hematologia, Cardiologia, Neurologia, etc.
- g) Biotério, de pequenas proporções.

Também é imprescindível em um Hospital-Escola um adequado Pensionato ou Casa de Saúde, com a finalidade de internamento de doentes particulares que, além de poderem ser perfeitamente utilizados no ensino e treinamento dos alunos e dos próprios médicos, apresentam a vantagem de uma mais variada nosologia, concorrem para uma maior permanência do corpo docente no Hospital e, sobretudo, promovem uma renda financeira a ser utilizada na manutenção e desenvolvimento do nosocômio.

Por tudo isso, pode-se perfeitamente avaliar a complexidade de um Hospital de Clínicas, sobretudo quando pertencente a uma Universidade, como a nossa, situada em uma região bastante carente em técnicos habilitados e em equipamentos científicos e compreender, então, as razões de seu elevado custo operacional.

Não cabe analisar, neste momento, a situação do nosso Hospital de Clínicas, o Hospital Pedro II verificando se êle preenche ou não, atualmente, os requisitos mínimos acima referidos, e, muito menos, apontar possíveis causas e resoluções para naturais deficiências em instalações, equipamento, pessoal e organização. É dever de justiça, todavia, registrar o empenho e o interêsse sempre demonstrados pelo atual Reitor em prestigiar e ajudar aos Professôres de Medicina e aos dirigentes do Hospital na difícil e permanente luta pela sua melhoria.

Poder-se-ia admitir que êste hospital se encontra presentemente, segundo a expressão do meu colega e amigo Prof. Rosalvo Cavalcanti, atual Superintendente, em face de germinação e, como todo fenômeno biológico em crescimento necessita dos maiores cuidados e atenção para o seu progressivo e rápido desenvolvimento.

Administração e financiamento de um Hospital de Ensino

Falarei rapidamente sôbre a Administração do Hospital, que é assunto propriamente da área médica. Discute-se se o Diretor do Hospital deve ou não ser Professor Catedrático da Faculdade de Medicina. Por várias razões, compartilho com aqueles que aceitam, no momento atual, a necessidade de um Professor Catedrático, desde que devidamente conhecedor dos problemas médico-hospitalares exercer prioritariamente a função de Superintendente do Hospital Universitário e, obrigatoriamente, a de Chefia de Clínica. Todavia, êsse Professor deve ser necessariamente assessorado por um técnico qualificado em administração hospitalar, médico ou não, recebendo adequada remuneração por regime de tempo integral e exercendo a função, devidamente prestigiada, de Assistente do Superintendente ou Diretor Administrativo do Hospital. O ensino dependerá evidentemente dos professôres e da boa máquina hospitalar; o Diretor apenas coordena e integra as tarefas assistenciais e de ensino do Hospital.

Concordo inteiramente com o Prof. Aloysio Salles Fonsêca, atual Superintendente do Hospital das Clínicas da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, quando afirma que "o financiamento do Hospital de Ensino representa a maior dificul-

dade que se oferece à sua administração. Admitindo melhor qualidade de serviços prestados, que exigem, por sua vez, melhor e mais completo equipamento, e considerando a necessidade de, por vezes, manter casos intrincados em estudos por tempo mais prolongado, o custo de operação de tal estabelecimento tem que ser mais elevado do que o de outro nosocômio sem maiores pretensões e possibilidades”.

Para dar idéia do extraordinário custeio de um Hospital de Ensino de padrão elevado, Classe A poderia mencionar o Hospital de Clínicas da Universidade de São Paulo, com um orçamento anual de 36 milhões de cruzeiros novos em 1966, para uma capacidade de 1.500 leitos e o Hospital do IPASE do Rio de Janeiro com uma despesa calculada em mais de 45 milhões de cruzeiros novos no corrente ano, ambos se vê, com orçamentos superiores ao de toda a Universidade Federal de Pernambuco.

Após outras considerações em que mostra a impossibilidade de a Universidade, por si só, manter um Hospital de Clínicas em nível satisfatório aponta o Prof. Aloysio Fonseca no Relatório, as seguintes sugestões, para o seu financiamento, com as quais estou de pleno acôrdo:

- “1) Separação racional das despesas hospitalares de assistência dos ensino e pesquisa — as primeiras devem ser de responsabilidade do Ministério de Saúde ou das Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios ou ainda, parcialmente, dos Institutos de Previdência ou entidades de benemerência; as segundas são de exclusiva responsabilidade do Ministério de Educação e Cultura, através das Universidades e Escolas Isoladas ou das Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e Municípios”.

Situação semelhante vamos encontrar em funcionamento em vários outros países, como a França e Inglaterra, por exemplo, onde os Hospitais de Ensino e o pessoal docente são mantidos simultaneamente pelos Ministérios, o de Saúde principalmente e o de Educação, o que tem permitido a remuneração adequada do pessoal, o seu trabalho em regime de tempo integral

e, conseqüentemente, um grande surto de desenvolvimento médico e tecnológico.

No Brasil, como era de se esperar, no Estado de São Paulo as coisas passam-se de forma equivalente, isto é o Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina é mantido pela Secretaria de Saúde do Estado, enquanto a Universidade de São Paulo é responsável pelo pagamento do pessoal docente que trabalha no referido Hospital.

- “2) Cobrança pelos Hospitais dos Serviços que prestam aos doentes de tôdas as categorias, de acôrdo com tabelas atualizadas...”

Infelizmente êste ítem tem uma aplicação muito restrita em vários hospitais universitários, como o nosso, situados em regiões verdadeiramente subdesenvolvidas e com alta percentagem de doentes de baixo nível econômico.

- “3) Estabelecimento de convênios com entidades públicas ou privadas, a exemplo do Instituto Nacional de Previdência Social, para prestação de assistência médico-hospitalar remunerada, de acôrdo com sistemas que permitam também a remuneração correspondente aos médicos, pelos serviços prestados”.

“Vale, contudo salientar que as tabelas vigentes do I.N.P.S. são de todo insuficientes para atenderem às despesas reais decorrentes da prestação dos serviços assim pagos. Urge revisão do assunto, de que a A.B.E.M., como a A.M.B. e a A.B.H. devem participar”.

- “4) Estabelecimento de condições adequadas para que os Hospitais de Ensino neles mantenham o maior número de seus médicos atendendo às respectivas clientela privadas, que ao se beneficiarem das instalações e equipamentos especializados do Hospital, a

êste pagarão integralmente as despesas correspondentes”.

Além dêsses, acrescentarei um 5.º ítem, sob a designação de “FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS”, com finalidades bem definidas que deverá receber dotações específicas da própria Universidade e de Instituições nacionais ou internacionais, assim como doação de fontes as mais diversas.

Órgão semelhante, sob a forma de Fundação, mantido especialmente por contribuição parcial de um impôsto estadual existe, com grande êxito já há alguns anos na Universidade de São Paulo. Também na Universidade de Brasília organizou-se recentemente uma entidade equivalente, bem estruturada e mantida, particularmente, com as remunerações recebidas dos médicos do Hospital pelos serviços prestados ao I.N.P.S. e a outras Instituições.

O nosso Hospital de Clínicas, por ser na realidade um Hospital de caráter regional, pois atende diàriamente a doentes oriundos de todos os Estados do Nordeste e é sede quase única, nesta região, de determinadas especializações e de equipamentos especiais, necessita urgentemente da congregação de esforços de Govêrnos, Universidades e Coletividade na forma sugerida nos cinco ítems mencionados.

É inadiável, então, que os elementos dirigentes e de cúpula da Universidade e, obviamente, da Faculdade de Medicina se compenbrem do real valor e dos amplos e excepcionais objetivos do seu Hospital de Clínicas, promovendo por todos os meios necessários o preenchimento dos requisitos mínimos, já enumerados e de outras importantes condições, para que o mesmo Hospital possa atingir um desenvolvimento científico e médico-social que honre a nossa Universidade e a nossa Região. Evidentemente, esta situação só poderá ser alcançada com o concurso simultâneo e harmônico dos Professôres de Medicina, da direção da Universidade, incluindo aqui o Magnífico Reitor e os dignos representantes dos Conselhos Universitário e de Curadores, das autoridades e Instituições Governamentais fe-

derais — particularmente a Divisão de Ensino Superior do Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o I.N.P.S., a SUDENE, a CAPES, o Conselho Nacional de Pesquisas, — do Govêrno do Estado de Pernambuco e dos demais Govêrnos estaduais da área nordestina, da Prefeitura Municipal do Recife, das ilustres representações pernambucanas nas Câmaras Federal, Estadual e Municipal, e finalmente das classes produtoras da região e do povo em geral.

PAUL CLAUDEL

LUIZ DELGADO

Presidindo uma sessão do Conselho Estadual de Cultura, Gilberto Freyre sugeriu, com a autoridade do seu nome, bem maior que a de todos os seus cargos e seus títulos, que fizéssemos em conjunto, o Conselho e esta Academia Pernambucana de Letras, uma sessão em homenagem a Paul Claudel na passagem do centenário do nascimento do autor de *L'Annonce faite à Marie*. Nem o poeta Mauro Mota nem o ensaísta Nilo Pereira, convidados que foram, puderam assumir o encargo de falar com a segurança e o brilho com que saberiam fazê-lo, evocando diante de nós a figura e a obra dêsse escritor que foi um dos maiores de nosso tempo. Fui eu, então, convocado. Aceitei, para que a data, já muito próxima, não passasse em branco. Não quer dizer, porém, semelhante aceitação da tarefa, que eu me considere à altura nem de substituir a Nilo Pereira ou Mauro Mota, nem de falar sôbre Claudel. Se, por caso, tamanha veleidade me tivesse acometido, cêdo me dissuadiria dela a primeira aproximação do assunto imenso. Ler Claudel, senti-lo, admirá-lo é uma coisa: procurar estabelecer uma síntese significativa do que êle foi e do que fez, é coisa bem diversa e bem difícil. Para mim, será impossível. “Quer dizer dêle, de sua obra imensa, que não fique abaixo do tema?” — perguntou o Conde Robert d’Harcourt, discursando em nome da Academia Francesa, na hora das exéquias, em março de 1955. Não venho, portanto — ai de mim! — fazer mais do que vos transmitir uma notícia apressada e tosca.

Dou-vos, com efeito, a notícia de que, aos 6 de agosto de 1868 — faz hoje um século, precisamente — nasceu Paul Claudel. Nasceu em uma aldeia, dentro de uma paisagem rural onde o sentido da tradição era vivo como era vivo o sentido do trabalho pesado, do duro apêgo à terra. E foi isso, o dis-

ciplinado e austero labor agrícola, o que êle primeiro viu, nos dias da infância, até que começasse a ir para outra cidade, fazendo seus cursos escolares e fixando-se, afinal, com a mãe e as irmãs, em Paris.

Se o homem nasceu em Villeneuve-sur-Fère, em Paris nascerá, no homem, o poeta. E um terceiro nascimento ocorrerá ainda, quando nele nascer o cristão.

O poeta nasce em Claudel quando êle conhece os versos de Rimbaud.

Tinha dezoito anos. Lera muito e já andava a escrever. É claro que iria ser um homem de letras. Mas, a literatura que então reinava e que êle rotularia, depois, de "literatura de descrições e de inventários", a do naturalismo, reflexo do cientificismo, não correspondia à sua alma que estava, no entanto, afogada nela. Quando Rimbaud lhe segreda que "a verdadeira vida está longe e nós não pertencemos ao mundo" (*la vraie vie est absente et nous ne sommes pas au monde*), — abrem-se horizontes insuspeitados ante o espírito de Claudel. O contacto com o que se poderia chamar a essência básica do universo, a efusão do ser das coisas no ser do homem florindo em música e beleza, apareceu àquêle adolescente fascinado como a sua vocação. No entanto, o que seria, nos simbolistas, um puro desprezo do material e do concreto, uma deleitação no impreciso, vai ser em Paul Claudel apenas uma advertência, preparando-o para um outro real que lhe será revelado depois.

Isso acontecerá quando, no fim dêsse mesmo ano de 1886, perambulando na noite de Natal, êle que está impregnado dos relativismos do século, que aprendeu as conversas de Renan, que não tem preocupações religiosas, entra na catedral de Nôtre Dame. Entra, à procura de sugestões poéticas. Põe-se a um lado, a ouvir um canto que vem a saber depois que é o hino de Nossa Senhora quando foi visitar Santa Isabel — o *Magnificat*: a minha alma engrandece ao Senhor...

Inesperadamente, sente-se ferido — como um outro Paulo ferido quando ia para Damasco. Mas, o outro Paulo andava à procura de Cristo — mesmo que fôsse para perseguí-lo; êste de agora, êste Paulo de sobrenome Claudel não cuidava de nada disso. Pelo menos, êle próprio não referiu êsse encontro a nenhuma ansiedade específica. Deus havia de ter perce-

bido, porém, subindo daquele coração, um oferecimento à verdade tão sincero, tão espontâneo, tão natural, que veio apanhá-lo assim de surpresa. "Num só instante, relatou Claudel, meu coração foi tocado e eu cri. Cri com uma tamanha força de adesão, com um tamanho levantar-se de todo o meu ser, com uma convicção tão poderosa, que, depois, nenhum livro, nenhum raciocínio, nenhum dos acasos de uma existência perturbada, conseguiu abalar minha fé ou, mesmo, embaçá-la."

Estará completo assim, depois dêsse tríplice nascimento o Paul Claudel que começará a correr os caminhos do mundo e a ser uma presença nos destinos da humanidade.

É certo que só dali a cinco anos, tendo estudado e refletido muito, ingressará na prática sacramental. Mas desde aquêle momento, surge nele a estrofe que poderá ser tomada como a legenda da sua vida e da sua arte, a sua chave, a sua explicação:

Salut, donc, ó monde nouveau à mes yeux, ó monde maintenant total!

Ó *credo* entier des choses visibles et invisibles! Je vous accepte avec un coeur catholique.

Em 1893, inicia êle a sua carreira profissional nos serviços diplomáticos. Depois de pequena permanência nos Estados Unidos, vai para o Extremo Oriente. Em Shangai, em Fu-Fcheu, em Tien-Tsin, em Pequim, não somente entra em contacto com uma cultura diferente, implicando uma diferente atitude espiritual, como é nessa atmosfera que se exercita e elabora uma parcela muito importante da arte que vai ser caracterizadamente sua. São poemas, são peças teatrais, são estudos guardados em suas gavetas, amadurecendo em sua sensibilidade.

Alguns anos depois, voltando à pátria, traz consigo uma pergunta. Não sabe se está no rumo certo: deve continuar a tratar dos negócios do mundo e a buscar exprimir em linguagem artística a humana comoção, ou deve deixar tudo isso e recolher-se, monge anônimo, em um claustro beneditino? Novamente vem de Deus a resposta e êle retoma as estradas poei-

rentas da terra onde o esperam, aliás, tentações que deixarão marcas em seus versos e vincos em sua alma.

Nessas alturas da vida, entre o comêço do século e o comêço da guerra, sua obra literária vai sendo conhecida e vai impondo-se. E é quando Albert Thibaudet solta o grito que recolho em Wladimir d'Ormesson: "a maior das ondas que o oceano da poesia jogou sôbre as nossas praias, desde Vitor Hugo". É uma onda, essa poesia de Paul Claudel, que assume apresentações variadas e contrastantes. Ao fazer teatro, ao estudar a Bíblia, ao auscultar a humanidade, o que Paul Claudel será sempre é poeta, mas "poeta" não no sentido de formulador de fantasias: poeta, no sentido de intérprete e recriador do real.

Pouco importa que, a par disso, os seus biógrafos e os seus críticos salientem a parte que teve em sua existência a sua exatidão profissional o seu zêlo. Diplomata como êle e seu amigo pessoal, o seu sucessor na Academia Francesa, o conde Wladimir d'Ormesson assinalou no discurso em que lhe fêz o elogio acadêmico, ter sido êle um funcionário não apenas atívissimo mas escrupuloso. E conta: "em qualquer pôsto da carreira, Claudel levantava-se, todos os dias, às 6 horas da manhã e dirigia-se à igreja mais próxima, a fim de ouvir missa. Às 7 horas, sentava-se à sua secretária e ali ficava até às 10 horas, entregue à sua obra pessoal. Quando batiam 10 horas, parava — mesmo que estivesse no meio de uma frase, como um frade quando o sino toca. E dava início à sua vida de diplomata, às funções de chefe de família, às suas atividades sociais". Procedeu assim até que se aposentou.

Depois de ser cônsul na China durante muitos anos, veio transferido para a Europa, servindo em três ou quatro países, até que a guerra de 1914 foi apanhá-lo na Alemanha. Está o mundo, principalmente a França, em plena guerra, quando êle vem para o Brasil onde vai ter como companhia — segundo contou em seu poema *La Messe là-bas* — o aumento da luz, o Corcovado e as palmeiras. Mais tarde, será embaixador na Dinamarca, no Japão, nos Estados Unidos e na Bélgica — o que lhe proporcionou viver com as gentes mais diversas, nos cenários mais desiguais. Conheceu, assim, o globo em muitas latitudes e longitudes. Pôde, por isso, falar melhor a Deus

em nome da terra que percorrera em todos os sentidos, em nome das raças cujos olhos de vária côr fitara de frente e de perto. "Tantas terras deixei para traz" — suspirou um poema que, por sinal, foi escrito no Brasil. Se não as tivesse conhecido e deixado, como poderia ter assimilado no coração aquêle universo total como que tanto se preocupou?

Ao longo de tantas viagens e de tantos encargos, a sua obra de poeta crescia. Crescia em tamanho, antes de mais nada: são mais de cinquenta volumes — e dizem que são incontáveis os seus inéditos. Suas cartas pessoais não são menos representativas do que os seus livros. Seus relatórios de diplomata revestem-se de grande importância política e histórica. E durante cinquenta anos manteve um diário de impressões íntimas que, só êle, valeria uma obra do escritor.

Mas, crescendo em tamanho, crescia ao mesmo tempo em profundidade e prestígio.

Em tôrno do muito que Claudel escreveu, muito se tem escrito. Uma larga literatura se organizou, a comentar e penetrar a literatura dêle. Realmente, êle se fêz uma das figuras intelectuais máximas do nosso século. Uma das maiores alegrias do fim de sua vida foi ver os seus dramas reconhecidos culturalmente como teatro e não apenas como poesia. Dois meses antes de morrer, foi êle próprio dirigir os ensaios de sua peça maior *L'Annonce faite à Marie* que, ao têrmo de longa e acidentada carreira, era incorporada ao repertório da Comédie Française.

Essa espécie de coroamento oficial do seu talento de dramaturgo e a que parece êle ter sido mais sensível do que à sua própria entrada na Academia Francêsa em 1946, não o comoveu tanto, porém, quanto um outro prêmio, não muito conhecido nem lembrado, que lhe foi concedido em 1950.

Foi quando o Papa Pio XII promoveu uma reunião, uma festa inédita no Vaticano. Na sala do Consistório que é o local de se reunirem os Cardiais para debater altos problemas eclesiásticos, veio o Pontífice sentar-se à frente de um auditório escolhido e solene, e doze artistas do Teatro Hebertot recitaram-lhe poemas de Paul Claudel.

No fim, o Santo Padre falou, saudando "o ancião genial a quem cada ano de vida parecia trazer uma renovação de

juventude e de fôrça” e louvando aquela “alma conquistada pela graça de Deus e que, desde a hora de ser conquistada, sempre ardente e jamais satisfeita, recorrendo a fórmulas novas, de vez em quando ousadas, se esforçava por exprimir em seu canto a fé e o amor de que estava cheia”. Pio XII levantou Claudel que se ajoelhou a seus pés, abraçou-o e lhe deu um têrço do rosário de presente — o têrço que êle levou entre as mãos, sôbre o peito, dentro do esquite.

À saída, como um jornalista lhe perguntasse a impressão de tudo aquilo, Claudel respondeu com a pronta sinceridade do seu gênio, com o franco orgulho do seu caráter:

— Agora, posso morrer.

Era como se a Igreja que êle tanto amava, desse o retoque definitivo e o referendo final à forma que lhe cercava o nome ilustre na terra inteira.

A sua obra é imensa — já vo-lo disse — mas a vastidão se redobra e multiplica pela densidade e complexidade. Tem sido comparada a uma catedral gótica — pela segurança da arquitetura, pelo inesperado e variado dos elementos, pela riqueza dos ornatos. Houve quem achasse possível, no entanto, (o Conde Wladimir d’Ormesson), compará-la a um dêsse tríplicos de pintores antigos, forma clássica na pintura religiosa, em que o mesmo pensamento central se apresenta sob três aspectos. Parece que, realmente, se pode compreender tudo em Claudel partindo-se de três intuições básicas: o amor como sacrifício, o sacrifício para a ressurreição e a ressurreição na alegria. Talvez Claudel esteja, de fato, aí.

O amor cujas faces tanto de virtude quanto de pecado êle conheceu, não é, em sua arte e em sua filosofia, uma aventura nem um jôgo, uma banalidade qualquer. É um empenho de todo o ser — êsse limitado ser humano que busca completar-se e que sofre. Logo que uma intenção de sacrifício — no duplo entendimento do vocábulo: como imolação e como santificação — penetre êsse oferecimento que o amor, o ser encaminha-se para uma integração uma superação que é, ao mesmo tempo, a plenitude do passado, a transposição do antigo em um nôvo mais perfeito: através do sacrifício, o amor re-nasceu em júbilo. Como na Nona Sinfonia de Beethoven.

Para expressar essa mensagem substancial do seu coração,

Claudel construiu uma técnica inteiramente sua, uma arte ampla e difícil, feita não só de sua inspiração intelectual mas até de seu organismo físico — e por isso êle terá modificado a estrutura do verso, substituindo a métrica pela respiração, e substituindo, no teatro, a carpintaria realística pelo movimento lírico, o dialogo terra a terra pelo contraponto poético.

Dentro dêsse veículo formal, colocou êle, talvez genialmente, as duas infinitas realidades do maravilhoso universo (e para êsse universalismo concorreu a experiência que teve, das terras e dos povos) e da alma redimida (e para êsse misticismo concorreu a experiência que teve, da oração e da piedade).

Claudel leu e releu o Antigo Testamento, meditou-o e analisou-o a ponto de se fazer um exegeta dêle — embora fôsse um exegeta que frequentemente irritava e aborrecia os outros; mais para viver do que para estudar, consagrou largos pedaços de sua vida a Isaías ou a Jó. Essa “intimidade sagrada” como disse Charles du Bos, que êle manteve com a Bíblia, não lhe conferiu sômente alguma coisa do seu ritmo, sinão também alguma coisa do seu pensamento e do seu caráter. É, um pouco, em perspectivas bíblicas, como que patriarca ou profeta, que êle pode ser compreendido.

Escutemos, pois, como êle fala, na abertura do seu impressionante comentário ao livro de Isaías:

“Na minha miserável maneira, eu me animo a comparar o bom Deus a um autor dramático que se fez responsável por um enrêdo, um belo enrêdo longamente, amorosamente, calculadamente, meticulosamente meditado. Trata-se, agora, de pô-lo em cena. E então, que balbúrdia, que generalizada sabotage! Que intérpretes êsse autor teve o gôsto de sair a procurar, êle próprio... O “ponto” com o texto na mão, quem sabe por onde anda, onde foi que se meteu? Mas, o problema principal é que aquilo não acaba nunca. É muito comprido e muito complicado. Todos aqueles idiotas, todos aqueles canastrões não sabem uma palavra dos seus papeis. O autor tem um acesso de raiva: pois, então, sou Eu mesmo que vou pisar no palco”.

Eis aí como Paul Claudel imagina a história da humanidade e as intervenções divinas nela.

É verdade que, imediatamente, o comentarista esclarece: “entenda-se. Êsse Deus de que eu falo, é o Deus dos indiví-

duos grosseiros, o Deus das Escrituras. O Deus dos filósofos, é alguém tão cuidadosamente purificado de qualquer semelhança com a Sua criatura, que já não se pode saber em que é Ele o nosso Pai e em que somos nós a Sua imagem”...

Aqui, como vemos, aparece a ira, a truculência característica de Claudel, aquilo que tanto lhe foi censurado: as rudezas dêsse diplomata que, além do mais, sendo cristão, devia ser caridoso. Mas, para êle, o mundo é isto: esta confusão dos homens, atrapalhando a obra de Deus, fazendo raiva a Deus, obrigando-o a vir à terra. E figurando essa angústia divina, Claudel, de súbito, se lembra: “felizmente, houve homens que tiveram pena de Deus. Ele teve pena de todo mundo — e não haverá quem tenha pena d’Ele? Quem mais esquecido, quem mais desconhecido, quem mais ofendido, quem mais repellido, quem mais traído?”

Paul Claudel, no fundo do seu coração, eis o que me parece que foi: um dêsses profetas que tiveram pena de Deus e quiseram restaurar o plano divino em suas primitivas dignidade e pureza.

Se aceitarmos isso, acho que compreenderemos Claudel tanto na beleza das suas criações quanto no rigor das suas acusações. Pois, êle é um poeta que acusa:

Restez avec moi, Seigneur, parce que le soir approche et
ne m’abandonnez pas.

Ne me perdez point avec les Voltaire et les Renan et les
Michelet et les Hugo et tous les autres infames.

(...)

Ils sont morts et leur nom, même après leur mort, est
un poison et une pourriture.

Tôda gente sabe, tôda gente diz que é impossível separar-se em Claudel o poeta e o cristão. Pois, será precisamente por isso: porque o empenho do poeta de restabelecer o universo em sua ordem primeira e seu esplendor, é o mesmo empenho do cristão de restaurar a inocência em sua alma redimida pelo sangue do Cordeiro. Com isso, um e outro, o poeta e o cristão avançam no mesmo caminho, fazem uma só jornada. Daí, a sinceridade, a autenticidade dessa poesia. Escutai, num verso

que vem numa das *Cinco grandes odes*, o que ela quer: mon désir est d’être le rassembleur de la terre de Dieu. Reunir a terra criada por Deus, as pedras e as almas, no mistério da palavra e na oferenda do cântico:

Vous ne m’avez pas donné de pauvre à nourrir ni de
malade à panser
Ni de pain à rompre, mais la parole qui est reçue plus
complètement que le pain et l’eau, et l’âme soluble
dans l’âme.

A missão do poeta é essa, de verter no verso a sua caridade, o seu amor a Deus e aos homens, o verso feito de palavras que recebemos em nós mais completamente do que o pão e a água, que transfundem a alma de quem fala na de quem ouve. E o poeta implora a Deus que tal palavra seja produzida com a melhor substância do seu coração.

Faites que je la produise de la meilleure substance de mon
coeur comme une moisson qui va poussant de toutes
parts où il y a de la terre...

Dentro de tal enquadramento, a poesia de Paul Claudel reflete uma vocação sacerdotal: os salmos que êle não cantou no côro do mosteiro de Solesmes, cantou-os nas cerimônias do mundo, entre governantes e artistas; o ofertório que não rezou no altar sôbre uma hóstia de trigo, rezou-o nos livros e nos palcos, sôbre tôdas as realidades do universo.

Rezou-o, inclusive, sôbre o seu próprio coração que foi o primeiro objeto do seu holocausto.

Claudel foi um homem que falou muito de si mesmo, mas o que êle confessou a respeito de sua íntima religiosidade, pôde ser visto sob uma luz nova, depois de seu falecimento, com a divulgação das páginas do seu *diário* pessoal.

Êle era um espírito contraditório, capaz de malcriações e de desdêns. Uma frase sua ficou famosa — em que êle disse que “antes da caridade de Cristo, havia as cóleras de Deus”. Não era em vão que se fizera companheiro daqueles espíritos ásperos e corajosos que enfrentavam o mal como Isaías, que enfrentavam a desgraça como Jó, ou que lutavam contra o anjo

como fez o filho de Isaac e de Rebeca: sua linguagem é, um pouco, a dêsses varões remotos. Pois bem: o que o *diário* de Claudel nos permite ver, é o debate incessante dentro dêle, os dois pedaços do seu eu. E acaba sendo empolgante a confiança dessa aspiração de aperfeiçoamentos morais tornados obrigatórios por sua religião, tornados dramáticos por sua natureza.

Numa das páginas dêsse manuscrito que só postumamente se divulgou, vem o pensamento que é como o estribilho recôndito de tôdas elas, a sua inspiração contínua: “terei vivido como cristão, desde que me converti? Se anotasse todos os meus atos, todos os meus pensamentos, em que é que essa existência de cristão diferiria da existência dos que não o são? Quanta fraqueza! Quanta complacência no mal! Quantas recaídas! É tão triste que acaba sendo cômico”.

Noutra passagem, compara êle a vida de Frederico Ozanam e a sua, em têrmos que findam ressaltando a conclusão pungente de nem ao menos ser um rebelde pecador corajoso, mas ser apenas um ser fraco e risível. Eis o cotejo, na pena de Claudel: “de um lado, a consequência, a seriedade, a atenção; do outro, que imprevistos, que desarrumação, que negligência dos deveres, que esquecimento dos pobres! Eu sou um mamulengo opondo-se aos fios que o mantêm de cima; daí, estas quedas e estas gesticulações grotescas”.

Claudel é um cristão que luta consigo mesmo para ser melhor ou, simplesmente, para ser bom. Esforçava-se por bem visitar os pobres que lhe eram confiados por sua Conferência de S. Vicente de Paulô, mas via que um tipo especial de caridade devia ser o seu, nos altos círculos sociais por onde andava, em seu ofício de embaixador, em suas atividades de intelectual famoso; escrevia, então: “sentir, adivinhar as histórias que transparecem das faces e dos problemas que me cercam. Compreender as mensagens dêles. Ter compaixão e manter camaradagem com todos os meus companheiros de prisão e de exílio. Escutar a alma escondida no rosto mais árido ou mais grosseiro, o suspiro que há em cada palavra. Dizer que cada um dêles me foi enviado por Deus e não há nenhum a quem eu não possa fazer bem”.

Para isso, para êsse esforço de aperfeiçoamento espiritual, é que Paul Claudel, como um asceta, como o monge que exterior-

mente não foi, estudava métodos de oração, fazia retiros e exames de consciência, e não deixava nunca — quaisquer que fôssem os seus compromissos profissionais — de consagrar uma hora por dia à missa e à meditação. Depois, na velhice, quando se aposentou e passou a viver recolhido em sua propriedade em Brangues, prolongou para duas horas a estação diária na igreja da aldeia.

Era assim diversificada a ação de Paul Claudel durante os oitenta e sete anos de sua existência nobre e alta. Uma face de semelhante ação processava-se aos olhos do mundo, entre aplausos e êxitos que já se poderiam considerar como a glória; a outra, não : era secreta, defluía apenas sob os olhos de Deus. Mas, nasciam ambas de uma fonte só e tendiam a ser uma só, aguardando a revelação definitiva da morte.

Sete dias antes, fôra uma grande apoteose a representação de gala, na Comédie Française, na presença do próprio Presidente da República, do *L'Annonce faite à Marie*; agora, em Brangues, o vigário vem celebrar a missa em sua presença e fazer-lhe a extrema unção. Talvez queiram dar-lhe ainda algum remédio, talvez se inquietem e agitem ao seu redor. Por isso, êle diz:

— Deixem-me morrer em paz.

E acrescenta:

— Não estou com medo.

Foram suas derradeiras palavras.

Como iria ter medo o seu espírito cheio de tanta fé?

Bem poderia êle, se a memória o ajudasse, colher em seus velhos poemas alguns versos, alguns dos incontáveis versos em que êle veio fundindo orações adequadas a êsse momento culminante. Como êstes, por exemplo, da segunda das *cinco grandes odes*:

Je ne mourrai pas.

Je ne mourrai pas, mais je suis immortel.

Et tout meurt, mais je crois comme une lumière plus pure.

Eis o que êle estava a fazer, naquela madrugada de 23 de

fevereiro de 1955: crescia como uma luz mais pura, e o cântico de sua alma cristã saía de seus lábios mais bélo e mais sonoro do que havia saído na terra, pois foi isso o que êle vislumbrou, a propósito do arquiteto:

“Maintenant que nous pouvons voir Dieu, tout est clair
et l'oeuvre nous est devenue facile

Para que, porém, ir procurar palavras perdidas no tempo? Não era necessário. A alma que pensara, que sentira, que escrevera essas coisas, dizia-as agora a Deus, diretamente.

UNIVERSALIDADE DE JORGE DE LIMA (*)

CÉSAR LEAL

Se alguém me indagasse qual seria o poeta mais representativo da moderna poesia brasileira, creio que mencionaria primeiro Carlos Drummond de Andrade, ainda que Manuel Bandeira também o seja, ao lado de outros cuja consciência moderna lhes assegura uma posição de significativa relevância. Mas a expressão poética, em nenhum deles alcança uma dimensão intelectual de fronteiras tão extensas quanto em Jorge de Lima. Acredito que sua poesia é tão importante quanto a de Fernando Pessoa, e seguramente igual à dos maiores poetas antigos de nossa língua, inclusive Camões.

Apesar dessa grandeza tão superlativa, a influência de Jorge de Lima começou a declinar desde a sua morte, em 1953. Nossa crítica tem sido responsável pelo pouco interesse que seus livros despertam entre as novas gerações. Os críticos mais novos, que deviam estar melhor preparados para uma abordagem estratégica da obra de arte poética, estão intensamente comprometidos com “o processo de desenvolvimento econômico e social do país”, deslocando seu interesse para aquêles autores cuja obra reflete — segundo êles — uma participação mais intensa nessa tomada de posição que lhes permite desenvolver um teorismo estilisticamente bárbaro, tecnicamente parasitário e ideologicamente indefinido. Consideram a situação atual do Brasil uma situação de “trânsito” de que deverão participar todos os escritores. Tal crítica, que vem utilizando uma terminologia “marxista” típica, paramarxista ou marxistencialista,

(*) Este ensaio foi publicado originariamente na revista da Universidade de Miami — *Journal of Inter American Studies* — V. 2 — abril de 1964.

pretende chamar a si o papel de guia dos intelectuais, esquecida de que o marxismo, apesar de possibilitar uma série quase infinita de simplificações, é — como assinalou Alfred Kazin — um instrumento complicado e sensível e não uma corneta, uma trombeta convocatória de neófitos, “um infalível barômetro científico que possa ser manobrado alternativamente como clava” e cânon estético.

Por isso, como dizia um personagem dos *Anos de Aprendizagem de Guilherme Meister*, é uma sensação pavorosa a do homem culto e dotado de consciência que se encontra na contingência de que o instruem acerca de si mesmo. “Todos os trânsitos são crises — diz Goethe — mas uma crise não é uma enfermidade”. Daí por que se impõe uma reação urgente a êsse filisteísmo crítico que atua sobre a arte como um corrosivo, confundindo alguns valores e obrigando outros a uma retirada para as trevas.

Assim, não se pode culpar os jovens poetas pela escolha de modelos que nem sempre são os melhores; tais protótipos estão sendo preparados por uma teorização crítica que pretende reduzir a poesia a um “sub-produto da inteligência”, criando modelos aparentemente complexos mas fáceis de ser imitados. Seria, pois, justo desculpar os críticos, ainda que se possa demonstrar ser a nossa crítica mais nova um dos gêneros literários dos quais pouco se tem a dizer no Brasil? Creio que não.

Jorge de Lima é um poeta cujas faculdades criadoras não encontram limites na mente; elas se dilatam por um processo que eu chamaria de “desintegração de consciência”, alcançando a intuição e a sensibilidade do leitor e atraindo-as para o seu núcleo expressivo, nem sempre envôlto naquela atmosfera de sombra que caracteriza algumas das melhores passagens de *Invenção de Orfeu*. Nêle, o poema não surge como uma “construção”, como o resultado de uma fé nos ídolos do mundo contemporâneo — a ciência, a geometria, o zêlo esteticista, o culto da morte — mas como “criação” do espírito, o trabalho de um homem que não perdeu a fé nos valores transcendentais e possui do passado uma consciência social e histórica que o situa acima de qualquer outro poeta brasileiro de seu tempo. Mas, com raras exceções, os jovens poetas não são grandes leitores de Jorge de Lima. Talvez tenham razão, pois, como assinalou certa

vez T. S. Eliot, num de seus ensaios, os grandes autores, aqueles que dificilmente podem ser ultrapassados, são vistos com desconfiança pelos jovens. O interesse de quem se agarra a um modelo — consciente ou inconscientemente — é superá-lo. Mas se isso importa em tarefa muito difícil, então a admiração inicial se transforma em antipatia; porém êsse é um problema que já pertence mais ao campo da psicanálise do que da crítica.

Freqüentemente se diz que a poesia de Jorge de Lima é muito difícil; que seus poemas são revestidos de uma simbologia estranha, envolta em uma atmosfera de imagens e de metáforas de significação bastante complicada, impenetrável até. Discordo dos que o julgam assim; dos que o comparam a Gôngora, ainda que Gôngora seja indiscutivelmente um grande poeta. Discordo do crítico português João Gaspar Simões, em prefácio que escreveu para o livro mais importante de Jorge de Lima — *Invenção de Orfeu* — quando diz que “os poetas, confiados na inteligência dos críticos, abandonam-se, voluntariamente, à obscuridade inerente a todo o genuíno ato poético”. Acredito que essa não é a razão que leva um artista a certas regiões de sombra inerentes ao seu ofício: julgo mesmo que somente os poetas menores se abandonam assim tão confiadamente à inteligência dos pesquisadores de símbolos e de imagens, de figuras de dicção e até de leituras que teriam formado a cultura filosófica e literária de um autor. Naturalmente, não se pode negar que existem muitos poetas preocupados em escrever de acôrdo com os padrões da crítica; tais poetas visam sempre um êxito imediato: um prestígio social que a nossa época de pragmatismo freqüentemente estimula. Se o cânon crítico é severo, por exemplo, e de um Aristóteles, um Horácio, um Hegel, pode apresentar como resultado poetas de uma consciência artística muito elevada; mas se o padrão é o de um Zhdanov ou o de um Stalin, e exige do poeta apenas uma pretensa participação e penetração na realidade fenomênica, não devemos esperar senão alguns líricos poemas sobre temas de interesse social: a reforma agrária, a espoliação dos trabalhadores urbanos, os perigos que cercam os operários da construção civil, uma série de ditirambos otimistas ao homem da sociedade nova. Ou então o poeta deriva para um formalismo experimental de tipo “construtivista”, no qual um certo setor dessa crítica se encon-

tra à vontade para enquadrá-lo ao sistema fenomenológico de E. Husserl e seus discípulos, passando por Max Scheler, e o existencialismo de Heidegger e Sartre.

Mas Jorge de Lima tinha confiança na missão que impusera ao seu espírito; para êle a poesia não era um instrumento de ação política nem uma diversão metafísica: era uma desdobra da visão da realidade. Certos analistas literários, limitados por suas próprias teorias estéticas, que na verdade são menos estéticas do que sociológicas e políticas, têm procurado orientar seus estudos no sentido de valorizar poetas que êles julgam participar da luta pela nossa “desalienação” cultural. Não concordo com êsses críticos. Tampouco com a aplicação indiscriminada do conceito de “alienação” à interpretação de nossa literatura. Que tal conceito possa ser aplicado, não se procura discutir; o problema é verificar-se se quem o aplica está intelectualmente em condições de fazê-lo. Do contrário, como previu Engels, *o método materialista será convertido em seu oposto direto*.

Acredito que tais críticos não lêem sem fadigas um poeta como Jorge de Lima. Alguns até o acusaram de não compreender a missão social do escritor. Mas o que faltava (e falta ainda) a êsses jovens analistas literários era aquela desdobra da visão da realidade, a que se refere Jorge de Lima num dos últimos poemas de Mira-Celi:

Os grandes poemas começam com a nossa visão desdobra da. Aqui já não sofremos a contingência de escrevê-los e notamos que a mais alta significação da poesia quase nunca pode ascender da terra.

Renúncia ao “construtivismo”

Entre os analistas de *Invenção de Orfeu*, parece-me que Murilo Mendes foi o que teve uma compreensão mais ampla sobre a significação dêsse poema:

Jorge de Lima realizou o milagre de fundir os tempos. O poeta tem a consciência viva de estar situado no tempo, mas sente a necessidade de transcendê-lo. Não julgo, entretanto, que se trate de uma evasão da realidade: trata-se antes de uma penetração nos dois mundos, o do tempo físico e o do tempo espiritual.

Eis uma observação muito aguada, das mais inteligentes que já li sobre Jorge de Lima. Acredito que é dessa necessidade de superação do tempo, da ânsia de transcendê-lo, que surge em *Invenção de Orfeu* o clima apropriado a uma abolição contínua dos limites racionais do espírito, ao movimento incessante, à multipolaridade, à oposição ao “construtivismo” cujo precursor moderno mais recuado parece ter sido Edgar Poe, para quem a estratégia do poema, à semelhança de uma equação algébrica, poderia ser resolvida através da análise do tema associada à cuidadosa execução do cálculo artístico. É a partir de Poe que surge (ou pelo menos se intensifica) o preconceito racionalista da construção de uma poesia pura.

O mais aplicado esforço visando à solução de tal problema foi empreendido por Mallarmé. Contudo Mallarmé era demasiadamente poeta para que pudesse sustentar sobre os ombros tão pesado e nebuloso submundo de purismo e habilidades técnicas. E malogrou em seu intento, pois a condição para o êxito de quem se coloca à frente de movimentos de vanguarda é ser destituído de qualquer parcela de poder criador. Seguindo os passos de Mallarmé, Valéry iria — como reconheceu Curtius — levar a poesia às portas da mais inumana solidão, a uma atmosfera de pensamento rarefeito, “à borda do abismo, aos limites do nada”. Assim, ao malôgro de Mallarmé seguiu-se o de Valéry, êle próprio confessou: “Construire un poème qui ne contient que poésie est impossible”.

Quanto a Rimbaud, que também se propôs à realização de uma poesia pura, um ensaio relativamente recente — *Die revolution der Moderne Kunst* — do prof. Hans Sedlmayr, da Universidade de Munique, situa o problema nos mesmos níveis de interpretação do fenômeno Valéry — Mallarmé. Esta passagem me parece particularmente esclarecedora: “Diferentemente das obras que se encerram na torre de marfim da *poésie pure* contra o mundo moderno antipoético e o converteram na oficina de sua alquimia poética, Rimbaud realizou uma obra humana numa experiência que poderíamos chamar de enorme sacrifício”. Dêsse modo, o caminho que se obstruira em determinado instante, voltava novamente a ser aberto à grande corrente tradicional da poesia, cuja fonte inesgotável é Homero. Acredito que muitas pessoas poderão obstar que tudo isso é dema-

siadamente conhecido, que já foi dito por centenas, e até milhares de críticos, antes de mim. Responderei com o verso de T. S. Eliot: “*I shall say it again*”.

O giro demasiadamente extenso que fiz em torno da observação inicial de Murilo Mendes, pretende justificar a posição de Jorge de Lima como homem profundamente situado na essência de seu universo poético. Em *Invenção de Orfeu*, o leitor se encontra frente a frente a uma expressão criadora, a uma linguagem barroca que já não é hoje “patológica e estragante” mas definida universalmente como o idioma natural da cultura. Aqui as generalidades abstratas do pensamento e a realidade concreta do mundo se fundem na realização de uma obra que é síntese dialética de dois universos heterogêneos: — o mundo físico e o mundo espiritual. A observação de Murilo Mendes corresponde ao sentido da proposição hegeliana de que “levar a consciência aos supremos interesses do espírito tal seria a missão da arte”. Hoje os estudantes não dão importância a Hegel. Esquecem-se de que tanto Marx como Kierkegaard, para citar apenas duas personalidades unidas a dois momentos diferentes da dissolução do hegelianismo, não conseguiram impedir que se desenvolvesse uma corrente idealista no coração de seus sistemas — especialmente o marxismo — corrente que engrossa, graças à função parasitária que ela própria exerce sobre a filosofia de Hegel, sem dúvida o mais completo representante do pensamento filosófico moderno.

“O espírito — diz Hegel — não tem nada mais próximo a ele do que ele mesmo. As coisas do espírito lhe interessam mais que os objetos exteriores em sua aparência sensível. O círculo inteiro da natureza não entra, pois, no domínio da poesia senão enquanto o espírito encontra nêle uma excitação ou os materiais de sua atividade; enquanto considera o mundo como o teatro da atividade humana, como o seu mundo exterior que somente tem valor essencial por sua relação com o mundo interior de sua consciência, longe de poder aspirar a dignidade de ser por si mesmo o objeto exclusivo da poesia. O objeto verdadeiro desta é, pelo contrário, o império infinito do espírito”.

Contudo, poucos poetas escrevem hoje poesia de modo a que o seu conteúdo venha atender aquêles “supremos interesses”. Isso foi amplamente demonstrado pelo prof. Hans Sedl-

-mayr, ao estudar a lei de Muller — Armack, que explica a transformação do conteúdo de crenças nos séculos XIX e XX. Para Alfred Muller — Armack, a morte da fé não constitui um problema apenas teológico. É antes um fenômeno concreto comenta êle — com repercussões profundas e enormes consequências sociais. É pela morte da fé que se explica por que o artista moderno deixou de ser um criador para se transformar num construtor.

Creio que a poesia de Jorge de Lima está destinada a desempenhar um papel histórico da maior relevância no futuro; ela representa a tomada de posição de um artista diante do repto lançado ao homem pelo desenvolvimento quase ilimitado da ciência e da técnica; uma ciência e uma técnica que criaram novos objetos de adoração: a bomba apocalíptica, as cápsulas espaciais, os cérebros eletrônicos, o foguete global. Tôda a crise da arte contemporânea deriva do culto do homem aos novos bezerros de ouro criados pela técnica; a fé nesses monstros que por um lado prometem ao homem o seu completo domínio sobre a natureza, e por outro faz projetar a sombra da morte sobre a humanidade, implica em hábitos que significam o abandono pela perda dos reflexos operatórios da mente, e a negação da transcendência religiosa da poesia.

O pensamento poético é quase sempre mítico. Mesmo aquêle que não crê em Deus, sentiria dêle enorme falta, um vácuo insubstituível, se quisesse expressar-se poeticamente. Dizia Políbio que os antigos tinham feito um grande bem quando espalharam entre os povos que havia deuses. Nas *Cartas persas* diz Montesquieu: “ainda que a imortalidade da alma fôsse um êrro, sentiria não crer nela; confesso que não sou tão humilde como os ateus. Satisfaz-me crer que sou tão imortal como Deus”.

Minha aversão ao “realismo socialista” se baseia justamente nessa negação sistemática da transcendência religiosa da poesia. Os gregos não possuíam livros sagrados, não tinham sacerdotes, mas eram profundamente religiosos: seus papas foram Homero e Hesíodo. Quando os filósofos gregos fazem a crítica da religião, não procuram atingir senão aos seus poetas. A poesia que pretende ser apenas “construção”, “composição”

ou uma descrição interessada da realidade fenomênica, não faz senão renunciar aos seus fins, ao seu objeto.

Mas Jorge de Lima, que possuía uma elevada consciência artística, religiosa e ética, não se deixou influenciar pelos ídolos do cientismo e da técnica. Por isso, *Invenção de Orfeu*, seu maior e mais bem realizado poema, termina com êstes versos, surpreendentes pela clareza e súbita mudança do pensamento idiomático em pensamento lógico, reafirmando sua confiança no futuro da arte, contra cujos desvios lutou e nos deu símbolos eficazes:

No momento de crer,
criando
contra as forças da morte,
a fé.
No momento de prece,
orando
pela fé que perderam
os outros.
No momento de fé
crivado
com umas setas de amor
as mãos
e os pés e o lado esquerdo.

Presença de Dante

Os poemas de Jorge de Lima estão plenos daquela consciência mística que permitiu a Dante penetrar e conhecer os mundos da transcendência em sua essência íntima. Não me refiro à mística em sentido puramente religioso ou sobrenatural. Ao contrário, falo de uma forma de conhecimento independente da imaginação, de uma alienação sensorial capaz de conduzir ao êxtase. Tal forma de experiência fôra observada na antigüidade em muitos filósofos e místicos, pagãos, inclusive Plotino e Buda; em nosso tempo, o dr. I. A. Richards censurou o poeta Yeats por haver adotado como técnica de inspiração o recurso ao êxtase, às formas de consciência dissociada. Parece-me que o *Livro de Sonetos* de Jorge de Lima se enquadra nesse modo de experiência, que se intensifica em *Invenção de Orfeu*, onde se encontram expressões como estas: — Sêdes divinas vieram me beber a

mim a diagonal de luz esqualida —. Ou ainda: — E êste vácuo no vento tão avô, tão primeiro nos triângulos e céus, tão cinco dedos, quase nebulosas, como esperma celeste entre alvoradas —. A divinização de imagens sexuais e eróticas é freqüente em *Invenção de Orfeu*. Elejo aqui um exemplo do Canto IV, soneto de grande beleza, não só pela multipolaridade barroca como pela riqueza de sugestões e compreensão intelectual de Dante:

Ó presente libídia, vulga em frente
aos possessos de Deus reincarnado
que te entreabres com visgos e corolas
e agiológios de vidas escarlates.
Ó Francesca contínua agonizada,
companheira de infância tatuada,
como as sereias da cintura abaixo,
dêsses mares de flôres hibernadas.
Urna febril dos seres solitários,
treva sem lei em que as papoulas nascem
e os santos do deserto suam mijos.
Mas indelével mãe que marca os filhos
com os beijos fundos que jamais se apagam
com a santa baba com que salga o mundo.

Invenção de Orfeu é um côro universal, onde se ouvem as vozes de todos os grandes poetas antigos e modernos. Pode parecer complexo mas não é cabalístico. Certas passagens talvez sejam obscuras; creio mesmo que são de fato obscuras. Exigem um conhecimento das literaturas do Ocidente bem acima do nível comum dos leitores. Tudo indica que se trata de uma dessas obras que ao entrar numa literatura modifica a ordem existente, impondo um reajustamento do cânon, de seus valores e proporções estabelecidas. Entretanto, como ocorre em Ovídio e Dante, Lucano e Shakespeare, o poema de Jorge de Lima deixa tão a descoberto as fontes de suas visões, de sua gênese fabuladora, de seus oráculos que não se pode admiti-lo senão como criação de um poeta para quem a poesia não é apenas invenção, mas antes uma ação recriadora, uma síntese do processo técnico universal da expressão poética de que, segundo Curtius, o mais sugestivo exemplo é o *Fausto*, de Goethe.

Assim, Jorge de Lima é um homem que trabalha dentro de

seu tempo, com a tradição atrás de si; o cosmos metafísico de Dante amplia constantemente o seu campo simbólico.

Reverto-me no limbo original,
entre dois olhos entre duas órbitas;
dentro da névoa antes respirada,
dentro das coisas possuídas antes;
encolho-me no ventre anterior e êrmo
vejo-me as plantas, babo os meus calcâneos,
sugo os leites vindouros não jorrados...

Para Dante, o saber não se alcança senão através de longo estudo. Ao encontrar-se com Virgílio, — símbolo da sabedoria moral metafísica —, exclama:

O de li altri poeti onore e lume
vagliami il lungo studio e 'l grande amore
che m'ha fatto cercar lo tuo volume.

Para Dante, somente os anjos prescindem da linguagem como processo espiritual, porque possuem êles uma recíproca intuição dos próprios pensamentos; o homem precisa da linguagem como expressão de uma atividade do espírito que presuppõe o pensamento. Os animais não necessitam de uma linguagem espiritual; possuem o instinto e isso é o bastante; mas o homem quer a linguagem; a linguagem lhe é necessária, como um *signum* intelectual e sensível ao mesmo tempo, servindo para comunicar aos demais sua vida interior (*ratio*) e fazer surgir nos outros homens uma atividade de pensamento semelhante; assim *aquêles que escutar deve pensar o que pensa a inteligência do que fala* (M. Casella).

Não sei se êsse pensamento de Dante teria influido na afirmação do “*new critic*” norte-americano John Crowe Ransom, quando escreve que a única poesia que lhe interessa “não deve ser o ato de uma criança, ou daquela eterna juventude das mulheres, mas o ato de uma mente adulta caída”. Jorge de Lima é um poeta maior. Creio que sua poesia tem muito daquela sabedoria moral metafísica simbolizada em Virgílio na *Divina Comédia*. *Invenção de Orfeu*, é, ainda, como declara Ransom: o ato de uma mente adulta caída.

Conversando com um jovem poeta, talvez influenciado pelas

teorias estéticas de Max Bense, dizia-me êle que Jorge de Lima era “insuportável”, um “verboso”, que se enredava com frequência em palavras vazias de sentido. E mostrou-me, como exemplo, aquêles trechos do Canto IV, capítulo XIX:

Amo-te Dante, e as rosas que tu viste
— naquele que, formosa rosa branca,
a divina milícia tinha a vista,
de corola coral que entoa a glória
da face das pessoas trinitárias;
a rosa imensa que aos teus olhos era
um enxame de abelhas luminosas,
que na flora de Deus se dessedenta.

Mostrei-lhe que êsses versos estavam plenos de sentido lógico, ainda que Jorge de Lima se expresse sempre numa linguagem idiomática, como deve ser a expressão natural de toda linguagem poética. Disse-lhe que êle achava incompreensível tais versos porque desconhecia Dante; a rosa luminosa, a rosa branca, a divina milícia eram os doze espíritos dos doutores da igreja. Tais espíritos não têm significação religiosa. São pouco mais do que símbolos dos sistemas filosóficos por êles criados. No Paraíso, Canto X, Dante descreve como ao chegar ao Sol, êsses sábios vieram ao seu encontro, formando um círculo em cujo centro ficavam êle a Beatriz. Irradiando uma luz alvíssima um dêles se dirige a Dante:

Questi che m'è a destre più vicino,
frate e maestro fummi, ed esso Alberto
è de Cologne, e io Thomas d'Aquino.

Depois de apresentar Alberto Magno, Santo Tomás diz a Dante que se êle deseja conhecer os outros dez, basta que siga com o olhar, à medida em que êle vai anunciando os nomes, aquêles círculo que ali se encontra em forma de uma coroa luminosa. São êles: Graciano, Pedro Lombardo, Salomão, Dionísio Aeropagita, Paulo Osório, Severino Boécio, Santo Isidoro, Arcebispo de Sevilha, Beda — o Venerável, Ricardo de San Victor e Sigier de Brabante, professor em Paris.

No Canto seguinte, Dante ouve de Santo Tomás a história da vida de São Francisco e de São Domingos. No Canto XII,

logo que Santo Tomás acaba de pronunciar o seu discurso, surge outra coroa de espíritos mais resplandentes do que o Sol, e circulando a primeira; no Canto XIII, Dante assiste a dança dos espíritos divinos. Essas passagens, Jorge de Lima interpreta numa forma recreativa que se não é tão bela como em Dante, é, todavia, muito bela:

São comparsas de farsas ou capelos
ou dançarinos loucos e obstinados.
Inda dez voltas não haviam feito
outra legião em círculo a encerrava.

Em voz acordes todos e em concêrto
quedaram vi com carrilhões mais altos;
com mil arcos de fogos mensageiros
curvam-se iguais, de luz sempre crivados.

A coréia girava peleada
quando a milícia que o Senhor louvava,
dez sóis pôs a girar precipitada.

E tais coisas não há quem as defina;
enrosca-se pequena a humana língua
pois eram sóis a procurar destinos.

Presença de Dante: reflexão técnica

Invenção de Orfeu, sendo do ponto de vista técnico uma síntese do processo universal da poesia, não pode nem deve ter a unidade formal que apresentam livros como a *Divina Comédia* ou o *Paraíso Perdido*; tampouco com as epopéias heróicas virgilianas, como os *Lusíadas* ou o *Orlando Furioso*. No livro de Jorge de Lima, acham-se tôdas as formas estróficas: o verso emparelhado, a têrça rima, a oitava rima de Ariosto, a sextina, a ode, o soneto; quanto às formas métricas, encontram-se tôdas, predominando em alguns Cantos a redondilha maior, noutros o decassílabo, o alexandrino. Os versos em oito sílabas também são frequentes. Aparecem quando o poeta explica o próprio poema: Composição desordenada / Poema unânime abrangge os seres / Sua proporção é desmedida / Poema-Queda jamais finado / Eu seu herói matei um deus / genitum non factum Memento.

Não sou a luz mas fui mandado
para testemunhar a luz
que flui dêste poema alheio.

Também não deve ser considerada como “influências” a presença de tantos autores neste livro. Trata-se, como disse antes, de uma síntese universal do processo poético.

Quanto ao tema, acredito, como observou Murilo Mendes, que se trata da Queda, “vista no plano da natureza criada que é o plano da analogia e da semelhança”. Ao contrário do que têm afirmado alguns intérpretes, a *Ilha* que aparece no Canto I de *Invenção de Orfeu* corresponde ao nosso planêta, ao Purgatório de Dante, simbolizado pela Terra que emerge do fundo das águas por ocasião da queda de Lúcifer. Na segunda parte da *Divina Comédia*, Canto II, Dante narra como, depois de sair do Inferno, se encontrando ainda na praia do Purgatório em companhia de Virgílio, pensando sôbre o caminho que deviam seguir na subida ao cume da Montanha, viu de sábito no oceano uma luz muito branca e resplendente; era um anjo que conduzia ao Pôrto uma multidão de almas recém-chegadas do mundo. Não é por coincidência que o Canto I de *Invenção de Orfeu*, intitulado *Fundação da Ilha*, esteja cheio de alusões a essa passagem:

E agora dos pedais um dançarino
submerso e luminoso anjo marinho. Vêde-o
o contôrno lineal dissolve-se o oceano grosso,
encanto ritual analogia plástica...

“Esta ilha significa a matéria como possibilidade real do ser”, conforme a interpretação que o prof. Mário Casella, da Universidade de Florença, deu ao Purgatório, na *Divina Comédia*. Ali, como em Jorge de Lima, êsse anjo luminoso “despreza tôdas as artes humanas” pois não usa nem remos nem velas senão as asas para guiar o seu barco a pôrto tão distante:

Vedi che sdegna li argomenti umani,
sí che remo non vuol né altro velo
che l'ali sue, tra' liti lontani.

O perigo dos que interpretam Jorge de Lima ao pé da le-

tra é tomar a sua poesia como o resultado de uma posição essencialmente espiritual, e, como consequência, desligada da realidade concreta do mundo. Esse erro é freqüente entre alguns intérpretes de Dante. Mas Inferno, Purgatório e Paraíso não são mais do que símbolos da realidade. *A Divina Comédia* não é um poema metafórico; em Dante, ao contrário de Shakespeare, predominam os espaços simbólicos-alegóricos múltiplos, os mais amplos entre os grandes poemas universais. Assim, a grande metáfora da *Divina Comédia* é o poema em si mesmo: um universo artístico concebido à semelhança do universo criado: “um microcosmo análogo, por semelhança de proporções, ao macrocosmo”. (M. Casella).

Creio que enunciar isso é necessário para desarmar críticos demasiadamente influenciados por esquemas teóricos oriundos de preconceitos racionalistas, com vocação maior para os estudos de Ciências sociais do que para a literatura; inclinados, portanto, a interpretar o significado das palavras ao pé da letra; tais investigadores são incapazes de ver outra realidade além daquela que se encontra imediatamente sob o campo de sua visão. Creio mesmo que essa é uma das razões que têm levado alguns intérpretes de Jorge de Lima a considerá-lo apenas um místico, imbuído de um espiritualismo sem sentido para a nossa época e que, justamente por essa razão, não teria compreendido a missão social do escritor.

Em *Invenção de Orfeu*, a consciência social de Jorge de Lima é muito avançada. Protestando contra a tirania hitlerista, escreve: *Julgam-se únicos, raça preclara, sangue de demiurgos, lobo dos antros, Lúcifer de nôvo...* O nazismo, para ele, é uma noite borrascosa, um “ar demente” que reveste as formas do mundo, cobrindo os dias, enquanto milhões de olhos choram por trás das vidraças.

Sobre a acusação que costumam fazer de ser a sua poesia algumas vezes destituída de sentido, como se o poeta se abandonasse por “casualidade” aos jogos de palavras e livres associações da fantasia, eu desejava demonstrar ao leitor que tais acusações não são fundamentadas. Para isso escolhi algumas passagens de *Invenção de Orfeu*, que embora não sendo as melhores, servem, todavia, como testemunho da elevada consciência artística deste poeta:

Maduro pelos dias, vi-me em ilha,
porquanto.
como conhecer as coisas senão sendo-as?
Como conhecer o mar senão morando-o?

Ou ainda:

Pra unidade deste poema,
êle vai durante a febre,
êle se mescla e se amealha,
e por vezes se devassa.
Não lhe peças nenhum lema
que sua mágoa é engolida,
e a vida vai desconexa
completando o que é teoria...

Acredito que nestes versos, pertencentes aos Cantos I e VII, dois dos mais estranhos e belos de *Invenção de Orfeu*, há uma confissão de que se pode retirar testemunhos para uma compreensão mais ampla de Jorge de Lima. Quanto aos elementos são apenas técnicos é interessante observar a reiteração dessa mistura de fatores divinos e diabólicos, que bem documenta a presença do panteísmo, a enumeração descontínua, a orientação barroca da expressão, a que se associa, em determinados momentos, a “reflexão técnica”.

Sei dos pássaros, sei dos hipopótamos,
sei de metais, de cidades, aconteço-me,
embebo-me na chuva que é do céu,
abrasso-me no fogo dos infernos.

Porquanto
como conhecer as coisas senão sendo-as?
Abrigo minhas musas, amam-me sôbre,

Aflijo-me por elas, soffro nelas,
encarno-me em poesia, morro em cruz,
cravo-me, ressuscito-me, Petrus sum
Sou êle mas traindo-me, mas em burro,
com êstes cascos na terra, e ventas no ar,
cheirando Flora; minhas quatro patas
rimam iguais, farradas, alforriadas,
burro de Ramos, levo sôbre o dorso
Alguém em flor, Alguém em dor, Alguém.

Embora eu não seja inclinado às análises estruturais de poemas e, particularmente de versos isolados, não posso fugir a uma demonstração do paralelismo rítmico do último verso; chamo a atenção para as rimas internas, o movimento de depressão e elevação dos acentos; para tudo, enfim, que me parece um prodígio de “reflexão técnica”.

Alguém em flor, Alguém em dor, Alguém.

Como se vê: trata-se de um verso cujo período rítmico se distribui exatamente através de dez sílabas. Mas o fato para o qual chamo a atenção é o seguinte: tôdas as sílabas dêste verso rimam entre si, separadas por três sílabas que por sua vez rimam também na mesma proporção. Assim, as sílabas em *Al*, aparecem na -a. 5a. e 9a.; *guém*, surge exatamente na 2a., 6a. e 10a.; *em*, na 3a. e 7a.; as rimas em *or* (flor e dor) na 4a. e na 8a.; tal processo, considero um prodígio de “reflexão técnica”, porque se resultasse de uma intuição, não seria uma intuição sensorial, mas intelectual. Creio que se trata de uma técnica reflexiva, intencional, pois o *Alguém* sendo Deus, o poeta quis demonstrar com êste virtuosismo técnico o símbolo de uma idéia de perfeição. Parece-me que Jorge de Lima seguiu aqui o princípio da *composição numérica* a que se refere Ernst Robert Curtius num de seus ensaios de Literatura Européia e Idade Média Latina. A palavra Alguém aparece três vezes neste verso; entre as sílabas que rimam internamente, há exatamente três sílabas. Ora, o número 3, segundo Curtius, está coordenado com a Trindade, com o modo ternário da música, as dimensões do tempo e *motus ternarius* da alma. O fato da última sílaba dêste verso ser acentuada, acabou por fazê-lo um decassílabo perfeito, isto é, com exatamente dez sílabas.

“O número 10 — diz Curtius — é *plenitude sapientiae*, pois 7 significa a Criação e 3 a Trindade”.

Metamorfose e ornatus

A extensão de *Invenção de Orfeu*, a enorme variedade de temas, a hipérbole retórica são elementos que não permitem

dar ao leitor uma visão geral do conjunto, num assalto crítico apenas tático à estrutura de sua fortaleza barroca. Acredito que seria interessante investigar o processo das metamorfoses, tão freqüentes nesse livro, o que não deixa dúvida sobre a influência de poetas latinos, notadamente de Lucano e Ovídio. Tal investigação teria o mérito de assegurar a Jorge de Lima um fiel testemunho da legitimidade de seus processos. Pois muitos poetas jovens, influenciados por crítica mais social e política do que estética e literária, não vêem mais do que um extravagante retórico, “uma verborragia” sem sentido, na maioria dos versos de *Invenção de Orfeu*. É claro que não se pode esperar de um poeta barroco o mesmo aferrolhamento expressivo que obrigatoriamente tem que observar-se num poeta clássico. Em Ovídio, Níobe se transforma em pedra ao ver os filhos tombar, um a um, seteados por Diana e Apolo:

Ficou com tantos males como um gêlo:
Não move seu cabelo nenhum vento,
Seu rosto mostra bem seu desconsôlo,
Não mais se vê nos olhos movimento.

Ovídio narra uma lenda. Mas não lhe altera o sentido. É um clássico. O repouso caracteriza o seu desejo de eternidade. Assim, quando num processo expressivo algo tem que mudar de figura, é necessário que essa nova forma seja estática, vertical, marmórea, racional e fria. Por isso, nêle a pedra, o rochedo, a coluna são elementos que se prestam à representação do sentimento do eterno, enquanto o barroco aspira à vida, ao movimento incessante, à horizontalidade, ao vôo. Engênio D’Ors expressa essa oposição entre o Clássico e o Barroco com muita clareza:

O la juventud o la inmortalidad. O la tierra tibia o el cielo frio. O la intensidad de la hora presente, de la cual se goza con pasión, o la esperanza de la impasible existência futura.

Se em Ovídio, o sofrimento converte o ser mortal em pedra, em Jorge de Lima, poeta barroco, predominam as notas panteístas, o “sentido reprodutor” da vida fluindo sem cessar de todos os elementos da Natureza:

Dias e dias fico assim como um rochedo,
criando lodo em meu queixo e caracóis nos lados,
sob as chuvas da América, eis-me de nôvo alado,
seguramente vôo pelos ramos, sem mêdo.

Demonstrando, ainda que apenas sumàriamente, a legitimidade dos processos de Jorge de Lima, em relação ao vitalismo que impulsiona o seu poema, veremos agora como se serve êle do *ornatus* — utilizado aqui como recurso capaz de substituir o pensamento lógico.

O desprêso em que se colocou a retórica nos estudos de literatura tem levado grandes poetas e críticos a considerá-la simples ornamento, incompatível com o espírito da poesia moderna. Acredito que êsse preconceito (cujos germes começaram a aparecer em tôdas as artes, especialmente na arquitetura, a partir da revolução francesa, tendo se intensificado no século XIX com Poe e seus discípulos europeus) tem causado mais danos do que benefícios à poesia; porque sem a retórica a poesia fica privada de um dos seus componentes vitais. Tais preconceitos racionalistas, na época atual, são mais da parte dos críticos do que dos poetas; daí sua influência sôbre poetas dotados de maiores recursos teóricos do que propriamente expressivos, enquanto os poetas mais dotados se mantêm infensos a tais conselhos. Creio que não se pode apontar um só, entre os grandes poetas, que despreze os artifícios retóricos. Até mesmo T. S. Eliot é um retórico moderado quando escreve poemas, embora se insurja contra o abuso dos artifícios retóricos, em seus estudos sôbre a poesia. Também se servem da retórica alguns dos nossos poetas mais representativos: Carlos Drummond de Andrade, Joaquim Cardoso, Casiano Ricardo, Lêdo Ivo, João Cabral de Melo Neto, Bueno de Rivera, Emílio Moura, Paulo Mendes Campos.

Assim, aquilo que pode parecer a certos críticos como defeito na poesia de Jorge de Lima, não seria mais do que um conhecimento muito amplo das artes poéticas. Os grandes autores não dispensam a retórica; ela constitui um dos recursos mais frequentes encontrados na poesia de Virgílio, Lucano, Ovídio, Estácio, Dante, Ariosto, Tasso, Camões, Donne, Shakespeare e Goethe. Vejamos como Jorge de Lima consegue, através de artifícios retóricos, criar uma série de elementos sig-

nificantes, a partir da fusão do grande estilo aos ritmos que Gilberto Freyre considera “mais harmonizados com a natureza do Norte do Brasil”, em que a cadência do batuque se funde ao sentido da linguagem idiomática:

A solidão é rara, quase um raio,
menos que teu anseio, muito menos,
menos que teu difícil, teu durante,
teu momento de morte, teu sinal,
teu chamado divino, teu achado,
teu machado fendendo novas achas.

Bastaria que chamasse a atenção do leitor para essa ativa sugestão dos “teu”, a rima interna, a série sucessiva de anáforas, os conceitos, as comparações; mas prefiro que se analise um pouco a significação dessa música reiterativa. Aqui existe uma percussão contínua de sons, capaz de nos colocar em um clima de êxtase poético. Algo atua nessa estrofe como se fôra um mágico tambor subterrâneo cujo éco repercute internamente no próprio verso, antes de reiniciar nova curva ondulatória, através da qual, núcleos explosivos vão intensificando, pela acumulação de anáforas, os efeitos característicos de uma dança de negros, o climax formidável de um batuque. Isso aparece no Canto VIII, intitulado Biografia, irrompendo de súbito entre as demais estrofes; estas nada têm de comum com esta que passa pelos ouvidos com a mesma rapidez que demora em nossos olhos um relâmpago. Mas a impressão que se tem é de continuar-se ouvindo um longínquo rumor de dança: Eis uma decisiva contribuição da Retórica ao significado pluralista do poema. Vamos repetir o exemplo:

A solidão é rara, quase um raio,
menos que teu anseio, muito menos,
menos que teu difícil, teu durante,
teu momento de morte, teu sinal,
teu chamado divino, teu achado,
teu machado, fendendo novas achas.

Mas isso não representa senão uma etapa superior da poesia de um homem que já domina inteiramente todos os mecanismos da expressão. Agora, êle pode planejar o poema

e fazê-lo como bem entenda, mas sempre como um artista criador; não como um construtor. Antes, no *Livro de Sonetos*, o poema surge com tirânica independência, pleno de intenções e artifícios. A fantasia alcança aqui dimensões quase sobre-humanas. Nêle, a posse dêsse elemento tão valorizado pelos grandes poetas, é extremamente vigorosa. Eis uma lição de poética, que êle nos dá quando procurava ainda passagem para o grande estilo de *Invenção de Orfeu*:

Vereis que o poema cresce independente
e tirânico. Ó irmãos, banhistas, brisas,
algas e peixes lívidos sem dentes,
veleiros mortos, coisas imprecisas,
coisas neutras de aspecto suficiente
a evocar afogado, Lúcias, Isas,
Celidônias... Parai sombras e gentes
Que êste poema é poema sem balizas.
Mas que venham de nós perplexidades,
entre as noites e os dias, entre as vagas
e as pedras, entre o sonho e a verdade entre.
Qualquer poema é talvez essas metades;
essas indecisões das coisas vagas
que tudo isto lhe nutre sangue e ventre.

Acredito que a crítica atual, que tanto se “preocupa” com o trânsito do Brasil para uma fase superior de sua vida econômica, social e política, não representará nenhum perigo para um poeta como Jorge de Lima. A aplicação de princípios marxistas à interpretação da literatura não melhora nem a literatura nem a crítica. Isso já foi amplamente demonstrado nos Estados Unidos, onde se desenvolveu na década 1930-40 o maior surto de crítica marxista da história cultural do Ocidente. Livros como os de Granville Hicks, V. F. Calverton e outros estão aí, e documentam tanto o brilho quanto a inocuidade da crítica marxista norte-americana, em seu ataque quase furioso à literatura e à arte burguesas. Tão completos eram êsses críticos que não há hoje um só tema abordado pelos marxistas contemporâneos — sejam os partidários do realismo socialista, mais fiéis à orientação traçada por Stalin e ainda válida, oficialmente, na União Soviética, sejam os adeptos do “romantismo revolucionário unido ao realismo”, de Mao-

Tsé-Tung, seja os paradoxalmente chamados revisionistas, isto é, os que mais se aproximam do pensamento de Marx e não seguem a orientação nem de Moscou nem de Pequim, não há um só tema — dizia eu — que não tenha sido esgotado em livros como *The Liberation Of American Literature*, de Calverton, *The Great Tradition e Figures of Transition*, de Hicks, ou ainda na introdução de Joseph Freeman ao *Proletarian Literature in the United States*.

A culpa dêsses desvios não foi de Marx; foi de seus adeptos. Vejamos um caso muito discutido: o conceito de alienação. Marx teve o cuidado de sempre evitar a sua aplicação à interpretação da literatura e da arte. Julgava êle — e nisso estava certo — que a literatura de grande fôrça apresenta uma tendência muito forte no sentido de desligar suas raízes da infra-estrutura em que se encontra situada. Se é fácil, segundo os seus princípios, explicar a redução das alienações como a ação de um processo dialético creio que seria muito difícil convencer o leitor de que todos os grandes artistas, em tôda as épocas, foram homens de “consciência alienada”. Porque, de acôrdo com a aplicação de tal conceito, creio que não há um só, entre os grandes poetas, que não possa ser julgado como um homem de consciência transferida. Nem mesmo Lucrécio escaparia a uma tal interpretação, pois ainda que haja sido um materialista, Lucrécio acreditava na existência de um ser transcendente. Para que um artista seja considerado “alienado”, basta sua crença na existência de Deus.

A crença em Deus implica numa alienação religiosa, a primeira alienação, na ordem crítica, contra a qual se volta Marx. A aplicação de um tal conceito à literatura provaria, por exemplo, que tôda a poesia épica é uma poesia “alienada”, porque no poema épico o “eu-substância” é uma projeção ideal do “Eu-sujeito”; uma das características do épico é a fusão do próprio poeta com o seu assunto; para que isso ocorra êle tem que alienar a sua personalidade. O mundo refletido pelas epopéias é um mundo plenamente ideal. Tal mundo, um marxista dogmático consideraria alienado de acôrdo com sua interpretação, pois não “encontrando” no poema o reflexo da realidade que êle busca, e incapaz de reconhecê-la depois de transformada pela criação artística, não resta ao crítico mar-

xista dogmático senão classificar o seu autor como um homem de consciência transferida.

A crítica marxista atual — como escreveu Alfredo Kazin em seu livro *On native grounds* — é criação de stalinistas e marxistas dogmáticos desorientados. “Marx e Engels propuseram leis gerais. Os marxistas que são seus adeptos procuram provar essas leis, aplicá-las em campos diferentes, pelo estudo das “peculiaridades”. Pois Marx — comenta Kazin — não apresentou quase nenhuma teoria literária como tal. Ambos homens profundamente cultos, apenas apresentaram um exemplo de erudição e de cultura e confiaram na cultura e no bom senso de seus adeptos. “Não acreditavam, porém, que obras de arte aparecessem através da causação mecânica, nem tampouco antecipavam que, ao falar na cultura, como sendo a super-estrutura acima do alicerce principal das relações econômicas, sua imagem haveria de ser levada a significar que a literatura, por exemplo, nada é mais do que um sub-produto da atividade material”.

Penetração na realidade consegue fazê-lo todo grande escritor. Mas o realismo, como diz Yeats, foi criado para o vulgo, que o constituiu sempre como um prazer característico.

A grande obra de arte poética resulta da fusão entre as generalidades abstratas do pensamento e a realidade concreta do mundo. Vista apenas sob um desses aspectos não chega a ser arte.

A verdadeira poesia não pode ser criada a partir de uma simples penetração na realidade circundante; tal penetração é óbvia, mas a obra que dela resulta não deve ser apenas um espelho caricatural da realidade. Toda obra de arte possui um “mundo próprio”, exclusivamente seu, e não necessita de nenhuma relação com outros mundos, ou coisas exteriores a ela. A verdadeira obra de arte, como diz Georg Luckacs, é uma unidade do absoluto e do relativo. Ela deve refletir “todas as propriedades essenciais que determinam objetivamente a porção da vida configurada por ela”. Entretanto, o reflexo da realidade da obra de arte é diferente do das ciências. Diz Luckacs: “Isto não significa que toda obra de arte há de propor-se como meta, refletir a totalidade objetiva, extensiva da vida. Ao contrário, a totalidade extensiva da realidade ultrapassa neces-

sariamente os limites possíveis de toda criação. A realidade só pode ser reproduzida, teoricamente, pelo processo infinito da ciência total, em aproximação sempre crescente”.

Acredito que toda a obra de arte, especialmente o poema, deve refletir algo de transcendente em relação ao mundo onde faz sua entrada e ao mesmo tempo conservar-se imanente em relação ao ser que lhe deu origem. Se isso ocorre, o poema aparecerá aos olhos de um marxista ortodoxo, sempre inclinado a interpretações demasiadamente simplistas, como expressão de uma “consciência transferida”. Mas o artista, na época atual não deverá temer que o chamem de “alienado”. Se êle deseja continuar sendo artista, deverá dizer como Jorge de Lima:

Vereis; a fronte dorme
e os membros é que sonham,
pois que me visualizo
aos olhos sem retina;
não posso recusar
convites para a noite
nem posso abrir as pálpebras
a pobres realidades.

SINTAXE E SEMÂNTICA DA EXPRESSÃO EM “A BAGACEIRA” (*)

JOSÉ BRASILEIRO VILANOVA

O romance A BAGACEIRA, de autoria do sr. José Américo de Almeida, foi publicado no ano de 1928 e recebeu do sr. Tristão de Athayde, então o crítico mais autorizado do movimento modernista brasileiro, as melhores referências.

Em trabalho intitulado UMA REVELAÇÃO, incluído na nova edição do romance, diz aquêlo crítico: “Temos um grande romancista nôvo. Não sei se velho ou nôvo de idade. Sei apenas que autor de um livro sensacional” (pág. LXXXIX).

E mais adiante: “Pois êsse livro é um romance da sêca, e embora a considerando apenas em suas repercussões e não diretamente, — talvez o grande romance do Nordeste pelo qual tanto tempo eu esperava. Se não completo, ao menos intenso. O romance que Euclides da Cunha teria escrito se fôsse romancista. De um Euclides da Cunha sutil e bárbaro a um só tempo. O romance daquilo de que *Os Sertões* foram a epopéia” (págs. LXXXIX e XC).

E concluindo: “Eu afirmo sem hesitar: êste livrinho de um desconhecido pode ser colocado, com vantagem, ao lado dos maiores romances brasileiros. Pois não é apenas um grande livro nosso: é um grande livro humano” (pág. XCVI).

O romance do sr. José Américo de Almeida tem sido es-

* Trabalho apresentado no IV Seminário Brasileiro de Orientação Lingüística, realizado no Recife de 22 a 26 de julho pelo Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigí, com o patrocínio do Instituto de Letras da Universidade Federal de Pernambuco e de outros órgãos culturais e universitários.

tudado sob vários aspectos. Entretanto, até o momento, não se fez uma análise mais ampla a respeito de sua linguagem, o que se tenta fazer agora, sob dois critérios — o sintático e o semântico —, neste trabalho que tenho satisfação em apresentar aos participantes do IV Seminário Brasileiro de Orientação Lingüística, ora em plena realização no Recife.

*
* *

No seu estudo sôbre A BAGACEIRA, observa M. Cavalcanti Proença que, sem prejuízo do regionalismo, imposição do tema e do ambiente, a linguagem do autor é “cultura, colorida, musical, dando acolhimento a palavras eruditas, a polissílabos sonoros, e, mesmo, a construções clássicas” (pág. XXIV).

Admitida como procedente a afirmação, a meu ver de toda válida, pode-se afirmar que, do ponto de vista da linguagem, A BAGACEIRA literariamente é uma contradição. Romance regional de inspiração modernista, movimento que procurou criar uma forma de expressão nacional, inclusive valorizando a língua falada, A BAGACEIRA é livro escrito principalmente em linguagem culta.

É verdade que, em suas reflexões prévias, esclarece o autor: “A língua nacional tem rr e ss finais... Deve ser utilizada sem os plebeísmos que lhe afeiam a formação. Brasileirismo não é corruptela nem solecismo. A plebe fala errado; mas escrever é disciplinar e construir...” (pág. 3).

Por sua vez, M. Cavalcanti Proença, interpretando a propósito o pensamento do escritor nordestino, afirma expressamente que a linguagem artística, embora regional, não deve incluir corruptelas e solecismos, acrescentando que “o registro de corruptelas é, seguramente, matéria de filologia e não de arte” (pág. XXX).

Acredito que o problema não está devidamente equacionado. Mesmo porque a forma de aferimento do que é correto ou incorreto é bastante relativa. Basta assinalar que Jespersen enumera sete critérios de julgamento da correção de um texto, aos quais critica e rejeita (Otto Jespersen-Mankind, *Nation and Individual* — George Allen Ltd., Londres — págs. 123 e segs.).

Além disso, corruptelas e solecismos caracterizam e enriquecem freqüentemente os falares regionais. O povo, lembra Mário Barreto, é o mestre soberano da linguagem e o uso justifica solecismos e barbarismos (Carta a João Ribeiro — *Seleta Clássica*, pág. 299). Ainda mais: tendo em vista a diversificação de linguagem nas camadas da sociedade, o romancista moderno tem de recorrer não poucas vezes a mais de uma forma de expressão para poder fixar, com maior fidelidade, as personagens em ação.

Aliás, o próprio sr. José Américo de Almeida reconhece, na prática, a necessidade de ser fiel à linguagem das suas personagens. Tanto é assim que, para bem determiná-la, em lugar de *oferece* escreve *ofrece* (pág. 16), em vez de *fôlego* anota *fôlgo* (pág. 24), com síncope da vogal *e* pré ou postônica. Também o diminutivo *matinho* sofre apócope: — *matim* (pág. 19).

No forró promovido no engenho Marzagão, João Troçulho moteja de Pirunga:

“— Está desconfiado que nem cachorro em *mei’de carga*” (pág. 42)

Quando encontra Pirunga atrás de uma cajazeira, imóvel, parecendo um tronco morto, olhos escorvados, garrucha aperrada e idéia fixa de matar Manuel Broca, Valentim implora ao companheiro de sofrimento:

“— Meu filho, *vamo s’embora!* (pág. 26).

Descrevendo uma das cenas cotidianas do Marzagão, registra o autor que não havia casebre que não tivesse um cachorro. Magro, faminto, sócio da fome, comendo capim, pastando feito carneiro. O dono agulava-o, baixinho, com os dentes cerrados, sômente pelo gôsto de levantar e ordenar da porta que se deitasse.

E continua:

“Dêsse modo, descontava o servilismo irremissível.

Voltava a sentar-se com um ar de quem mandou e foi obedecido.

E, numa última expansão de autoridade:

— *Sé-vergonho*” (pág. 77).

Em A BAGACEIRA, a linguagem se processa em três planos principais:

— a do autor, culta, erudita, solene, por vezes teatral, não

raro assumindo ritmo oratório, absolutamente dominante em todo o romance;

— a dos moradores do Marzagão, sobretudo do pessoal do eito, regional, com plebeísmos e solecismos;

— a de Dagoberto, Lúcio e também Soledade, com suas características da linguagem falada usual das pessoas de classe média.

Entre a linguagem culta e a regional, a distância é imensa, o contraste bem forte e até violento. Estranha-se inicialmente que a títulos eruditos de capítulos — *Moritur et ridet*, *Os Centauros*, *Nem Driadas nem Hamadriadas* — se misturem outros realmente vulgares, como *A Vertigem das Alturas*, *Atirou no que Viu*, *Chuva com Sol*, *Mais Forte do que o Amor*, etc.

Em seguida, nota-se que a linguagem do autor é aprimorada, caprichada, rebuscada mesmo, com seleção do vocabulário e uso de construções clássicas. Assim, refere-se a “destinos díspares” (pág. 3), “filosofia impérvia” (pág. 13), “cupim roaz” (pág. 26), “língua ígnea” (pág. 37), “olhos glaucos” (pág. 67), “árvores ígneas” (pág. 39), “rês náfega” (pág. 53), “matula espectral” (pág. 6), “choça paupérrima” (pág. 76), “canzoada magérrima” (pág. 76), sem esquecer verbos eruditos como *minudenciar* (pág. 22), *pulverizar* (pág. 24), *aluir* (pág. 25), *palidejar* (pág. 92), *obumbrar* (pág. 32), *granizar* (68) *forcejar* (pág. 76), *nidificar* (pág. 72) e *tapetar* (pág. 84).

Sem dúvida, podem ser consideradas clássicas construções como as seguintes:

“Criança, tivera pavor às trevas em que Milonga o deixava; homem feito, tinha medo da luz” (pág. 15).

“Nessa manhã luminosa a mata resplandecia com uma orgia de desabrôcho em sua pompa auriverde” (pág. 8).

“Flutuavam-lhe sentimentos incompletos no tropel da alma desarmônica” (pág. 14)

Contrastando com a linguagem erudita, burilada, trabalhada com apuro e perfeição, a linguagem regional, simples, espontânea, improvisada em decorrência do meio e das circunstâncias ou condições de vida da região.

No romance do sr. José Américo de Almeida, a linguagem regional está documentada nos diálogos dos trabalhadores da bagaceira. O capítulo mais rico no assunto tem estranhamente o

título em latim: — *Moritur et ridet*. Descreve um forró, onde “barrigas sumidas procuravam encontrar-se na ironia das umbigadas” (pág. 44).

A festa ia animada. Uma cabrocha repele o atrevimento de um cambiteiro:

“— Arta! não me pinique!... Me largue de mão!...” (pág. 41).

Outra negota zomba de um enxerido:

“— Já se viu que empacho!... Ora, que peitica!... Há quem aguente êste azucrim?...” (pág. 41).

E um cambiteiro despeitado:

“— Olha essa delerência... Cabelo de fuá! (pág. 42).

Quando a polícia cerca a casa, porque o senhor de engenho não reza pela mesma cartilha política do prefeito local a gritaria é uma só:

“— Dá um choto no mata-cachorro! Sapeca o pau! Sujica a praça! Quebra-lhe a castanha! Fura na veia da tripa! Fura na tripa gaiteira!” (pág. 45).

Indicam a linguagem regional, em A BAGACEIRA:

a — deformações fonéticas: arta. fôl'go, matim.

b — têrmos locais; panzuar, soverter, sujigar.

c — alterações semânticas: “— Moambeiro! Só vive dando de mamar à enxada!” (pág. 19).

Paralelamente às formas puramente regionais, sucedem-se as construções populares, comuns na língua falada. São expressões usuais, como na fala de Xinane, expulso do Marzagão:

“— A gente bota um quinguingu; quando é agora, o patrão, sem quê nem mais... (pág. 10).

“— Quando acaba, foi a canseira arranhando com o caco de enxada” (pág. 10).

Ou ainda construções enfáticas, para intensificar a idéia, tão ao gôsto do povo:

“— Está escuro como breu”. (pág. 34).

“— Êsse é homem até debaixo d'água” (pág. 38).

Formas legitimamente populares vamos encontrar no emprego do pronome do caso reto em função objetiva, bem como na colocação do pronome átono no início da frase e na mudança da forma de tratamento pessoal.

Já tive oportunidade de provar, em tese sob o título “Lin-

guagem e Estilo de um "Menino de Engenho", para obtenção da cátedra de Língua Portuguesa da extinta Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, que o emprêgo do pronome reto em função de objeto direto foi freqüente no português medieval e que continua absolutamente atual na linguagem falada do Nordeste, aonde chegou com os colonizadores lusitanos.

Em José Lins do Rêgo, que estiliza, por assim dizer, nos romances que constituem o chamado "Ciclo da Cana de Açúcar", o linguajar nordestino, os exemplos são numerosíssimos. Em A BAGACEIRA, são bastante reduzidos. Vou citar três casos. Dois estão no capítulo A CICATRIZ, quando Valentim narra sua briga com Quincão, dentro do rio.

Conta o velho sertanejo:

"— Aí, dei um mergulho e, saindo por debaixo, *virei êle* de pernas pra riba" (pág. 37).

Mais adiante:

"— E, perdendo o jeito, soverteu-se de nôvo. *Esperei êle* nas borbulhas" (pág. 37).

O terceiro exemplo figura naquela bela página humana em que Milonga, a velha ama preta, aconselha Lúcio:

"— Não perca a cabeça, meu filho: *coloque ela* por cima do coração" (pág. 105).

Note-se que, em muitas ocasiões, o uso do pronome subjetivo em função complementar dá à frase mais clareza e precisão e que, nos exemplos citados, o solecismo era uma exigência estilística.

Quanto ao emprêgo do pronome átono no início da frase, convém salientar que o fato se verifica geralmente com a primeira pessoa. Sobre o assunto, comenta o Professor Matoso Câmara Júnior:

"Não é por acaso que, na linguagem cotidiana, a próclise é de regra com a partícula *me* em frase imperativa: "Me dá isso!". É que assim se consegue pôr estilisticamente em realce a própria pessoa, numa afirmação psíquica e da vontade" (Matoso Câmara Júnior — *Contribuição à Estilística Portuguesa* — 2a. edição ampliada — Rio — 1953 — pág. 98).

Perfeitamente justa a observação do conceituado mestre.

Em A BAGACEIRA, há dois casos, dentre outros, que são bem expressivos.

No forró do Marzagão, a cabrocha, recusando o cambiteiro, resume o seu desprêzo:

"— *Me* largue de mão!" (pág. 41).

Em outra cena, Lúcio segura as mãos de Soledade e puxa-lhe os dedos, "como se estivesse despetalando um malmequer" (pág. 31). Vinha dela, descreve o romancista, "tôda a exaltação excitante. Um bálsamo indefinível do corpo húmido.

Tomada dessa exaltação olfativa, êle pôs-se a rir sem ter de quê:

— Você já viu que tanto cheiro? *Me* diga só!

Os cajus começaram a cair. Caíam, castanhas, maturis..." (pág. 31).

Ainda de caráter popular em A BAGACEIRA é a falta de uniformidade no tratamento. Usa-se indiferentemente ora a segunda ora a terceira pessoa. A mudança resulta de alterações na atitude psíquica de quem fala. Revela estados de espírito. Nos diálogos de Lúcio e Soledade indica reações sentimentais.

Página muito viva é a que registra a conversa de Lúcio e Dagoberto, quando o filho vai comunicar ao pai seu desejo de casar com Soledade. Pai e filho viviam em constante hostilidade. Dagoberto recebe Lúcio agressivamente, tratando-o por *senhor*. A hostilidade aumenta gradativamente, intensamente. Até que um palavrão manteve a terceira pessoa mas acabou o respeito. O tratamento virou descompostura:

"— Então, *seu côrno*, você pensa que me bota o pé no pescoço?!" (pág. 109).

Mas, apesar de todos êsses elementos pròpriamente regionais e da língua falada, A BAGACEIRA é, sobretudo, um romance de linguagem culta, caracterizada pelo uso do mais-que-perfeito simples, do pronome enclítico duplicado, dos proparoxítonos e polissílabos sonoros, do infinitivo à moda lusitana, regido da proposição *a*, em substituição ao gerúndio.

O povo normalmente não usa o mais-que-perfeito simples. Recorre sempre às formas compostas. O Sr. José Américo de Almeida utiliza ambas as construções. Mas, o fato de empregar a forma simples do mais-que-perfeito já comprova o aspecto erudito de sua linguagem.

Observem-se as seguintes passagens:

“A liberdade acadêmica *agravara-lhe* essa sensibilidade” (pág. 13).

“A estrebaria *viera* abaixo com as traves carcomidas...” (pág. 26).

E mais êsse trecho bastante significativo:

“O senhor de engenho, tão fechado, *passara* por ela, sem olhá-la. *Baixara-se* adiante. Parecia estar a colhêr as flôres marginais. De fato, *colhera-as*. E, *esperando-a*, *oferecera-lhas* um molho roxo — com um riso arregaçado no focinho insaciável. *Aceitara*, sem ver...” (pág. 30).

Também de caráter erudito é o uso duplicado do pronome enclítico, constituindo formas proparoxítonas que, em geral, o povo rejeita. Escreve o Sr. José Américo de Almeida:

“*Baldara-se-lhe* todo o heroísmo sertanejo” (pág. 25).

“O odor *infiltrava-se-lhe* até nos olhos verdes...” (pág. 31)

“*Afigurava-se-lhe* que naquele grosseiro mister ela estivesse abrindo a vala dos futuros sacrifícios...” (pág. 74).

Ainda verdadeiramente erudito, é o emprêgo do infinitivo regido da preposição *a*. O brasileiro prefere o gerúndio: *estou estudando*, *passo o dia trabalhando*, *vivo rezando*, etc. O fato é apresentado pelos gramáticos e filólogos como uma das particularidades sintáticas do português falado no Brasil.

Em A BAGACEIRA, é freqüente o uso lusitano:

“Parecia *estar a colhêr* as flôres marginais” (pág. 30).

“E Lúcio atribuía essa mudança à asa de um pensamento triste *a esvoaçar*” (pág. 33).

“Era a superstição de que, estando alguém, do lado de fora, *a rezar às avessas*...” (pág. 39).

“O estudante deu, enfim, o retrato por terminado e mostrou-lho, *a sorrir*”. (pág. 49).

Por último, os proparoxítonos e polissílabos sonoros dando à linguagem um tom solene, formalista, o que se explica, inclusive, pelo aspecto conceitual do romance (— Não há deserto maior que uma casa deserta — pág. 4; Arrepende-se é punir-se a si mesmo — pág. 136; Não há nada mais triste do que uma criança triste — pág. 77).

O emprêgo de proparoxítonos e polissílabos sonoros im-

pregna a frase de certa dramaticidade, dando-lhe não raro ritmo oratório. É o que se pode verificar nos passos seguintes:

“Os longos silêncios regulamentares incutiram-lhe o vêzo das meditações intranquílias” (pág. 13).

“Os trabalhadores, em tiras, esmolambados, entremostravam os corpos oleosos” (pág. 18).

“Uma natureza quaresmal de cactos sobreviventes, eretos como círios acesos em frutos de fogo” (pág. 26).

A linguagem do Sr. José Américo de Almeida é viva, movimentada, colorida, poder-se-ia dizer mesmo coruscante, visando principalmente à visualização, apesar dos numerosos exemplos de sinestesia bissensorial ou plurissensorial. Daí, possivelmente, os constantes recursos de animização de que se serve, numa visão mitológica das coisas:

“A manhã estava tonta de claridade” (pág. 66).

“Uma onde de frio enregelou tôda a bravura mestiça do Marzagão” (pág. 21).

“A água prisioneira saltava pela barragem e batia nas pedras com um berro doloroso” (pág. 86).

Em A BAGACEIRA, raro é o substantivo não modificado por um adjetivo que, além do seu valor descritivo, tem a finalidade igualmente de estabelecer o ritmo da frase. Difícil é também o substantivo com mais de um adjetivo. Justamente ao contrário de Eça, em cujas *Prosas Bárbaras* encontramos:

“...noites *claras, doces, lentas*...”

“... a manhã vinha *escura, lenta e lacrimosa*...”

No romance do escritor nordestino, o adjetivo aparece sempre posposto ao substantivo, com absoluto valor descritivo, informativo. É uma adjetivação preconcebida que, ao mesmo tempo em que reflete os sentimentos do autor, procura criar uma atmosfera de acôrdo com o drama da sêca.

Assim:

“As enxadas ronceiras tiniam na crosta endurecida, virgem da exploração mecânica” (pág. 17).

“Calores modorraais nas charnecas esmoitadas” (pág. 26).

“Ele profanava com essa tristeza ociosa a alegria gritante da natureza tropical” (pág. 15).

Às vêzes, vem anteposto. Em Eça, renova a expressão e salienta a qualidade, como em:

“verdes embalos da água” / por / embalos da água verde.
 “rijas ondulações dos remos” / por ondulações dos remos rijos.

Em A BAGACEIRA, intensifica a qualidade ou simultaneamente indica afetividade:

“...na mais sadia consangüinidade” (pág. 49).

“...nas mais grotescas atitudes de miséria” (pág. 6).

O recanto, onde Lúcio se escondia para “repassar seus romances convulsivos”, é descrito como “tão ledo e fragrante retiro” (pág. 28).

Atente-se para a colocação do adjetivo *humilde* na descrição:

“Então havia um cajueiro curiosíssimo. Bipartia-se em galhos desiguais: um, hierático, linheiro, parecia querer escorar o céu; o outro, de uma *humilde* horizontalidade, deitava-se, literalmente, no chão” (pág. 28).

O galho hierático é descrito com posposição do qualificativo. Houve somente a preocupação informativa, descritiva. O mesmo não acontece com o adjetivo *humilde*, anteposto ao nome modificado, em termos de oposição, como se o autor, sensibilizado com o drama da sêca e a miséria do sertanejo, confrontando a desigualdade dos destinos humanos, também, sentisse a humildade do galho rasteiro.

O normal, porém, é o adjetivo posposto, com valor descritivo. Quando há mais de um adjetivo, ou se sucedem coordenadamente ou verifica-se a interposição do substantivo:

“Só tinha ao seu alcance êsses tentáculos *peludos e fugidios*” (pág. 101).

“E evocava as *famosas paixões plebéias*” (pág. 28).

A estrutura da frase em A BAGACEIRA é variada, dependendo, inclusive, do plano em que se situa a linguagem: — erudita, falada usualmente, ou exclusivamente regional. Em regra, emprega-se indiferentemente a coordenação ou a subordinação. Predominam, porém, em um e outro caso, os períodos curtos, incisivos, movimentando a narração. Não raro, elementos justapostos formam mosaicos, tornando a frase ainda mais viva e movimentada, como é possível comprovar nos seguintes trechos:

“Mais mortos do que vivos. Vivos, vivíssimos só no olhar.

Pupilas do sol da sêca. Uns olhos espasmódicos de pânico, assombrados de si próprios. Agônica concentração de vitalidade fascinante” (pág. 5).

“Procurava uma impressão que lhe pacificasse o espírito e a selva bruta dava-lhe a idéia de um conflito. Árvores deitadas sobre árvores. Deformidades de corpos humanos. Plantas corcundas com as copas no chão. Cipós enforcando troncos veneráveis” (pág. 11).

Usa o Sr. José Américo de Almeida quase que exclusivamente o estilo direto, o que sobremodo facilita o registro do vocabulário regional e dos modismos da fala de brejeiros e sertanejos. De estilo indireto livre ou representado encontrei uma passagem interessante:

“O rapaz não arredou o pé. Soledade protestava. *Que passaria a noite acordada, ia dormir ao relento*” (pág. 100).

Frequente no romance do escritor paraibano é o emprego da voz média acidental, que ora dá à frase idéia de espontaneidade, ora torna a ação mais enérgica, ora transmite a impressão de duração. Elise Richter observa que serve “idiomaticamente, para la impresion de un proceso lento e de un estado” (Elise Richter — *Impresionismo, Expresionismo y Gramática* — in Charles Bally e outros — *El Impresionismo en el Lenguaje* — 2.º — edición — Buenos Aires — 1942 — pág. 77).

O processo lingüístico é muito comum em autores antigos e modernos e — diga-se de passagem — é também usual na linguagem falada:

No Boosco Deleitoso:

“...e quando *se saíam* da cidade...”

Em Camões:

“...com todos juntamente *se partia*”.

Em Vieira:

“*Subiu-se* o profeta a um monte...”

Em Gonçalves Dias:

“Já mancebos *se partem* contentes”.

Em Álvares de Azevedo:

“... o peito e a lira *se estalarem* juntos”.

Em José Lins do Rêgo:

“E até que a fumaça *se sumisse* entre o céu e o mar...”

Em A BAGACEIRA, o processo é usado com ótimos resul-

tados estilísticos, predominando tanto a idéia de espontaneidade como a de energia da ação.

Pirunga

“estivera, cedinho, a coscuvilhar a bruaca e *sumira-se*, como por encanto (pág. 95).

Já o velho Valentim desejava falar com Pirunga:

“Dera uma volta pelo engenho, daí *se passara* à casa de farinha, espiara o canavial e nem sombra dêle” (pág. 95).

Lúcio, vendo Soledade esquiva e arredia,

“... *ficou-se quebrando* os galhos da guabiraba a que se encostara” (pág. 81).

No Marzagão,

“... a atmosfera *ficara-se*, de repente, parada, como à espera de novidades” (pág. 83).

Quando soube que chovera no sertão, Valentim transportou-se em pensamento para o Bondó, reviu a terra na fartura do inverno, e logo:

“Imaginou o rio *escapando-se* no arremêso transitório” (pág. 92).

Enriquecem ainda a linguagem do sr. Américo de Almeida as oposições, os paralelismos, as imagens e comparações.

Os retirantes

“... não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam” (pág. 5).

ou

“... fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trôpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, sem ser levado por elas” (pág. 5).

Lúcio

“... chorava, de manhãzinha, quando os passarinhos começavam a cantar” (pág. 13).

Para Dagoberto,

“... à noite, quando as portas se cerravam, cerravam-se-lhe o coração” (pág. 7).

Depois de saber que Soledade se tornara amante do pai, Lúcio procurou-a desarvorado:

“Entrou, como um pé de vento, derrubando a porta. E levantou-lhe um punhal sobre a cabeça:

— Pu...

Ela sentada estava, sentada ficou” (pág. 112).

Ao receber o cadáver de Dagoberto, bifurcado na sela, numa apresentação ridícula, Soledade

“... muda estava, muda ficou” (pág. 123).

Mas, sobretudo a linguagem figurada assume importância especial em A BAGACEIRA. Por vezes, empresta colorida à frase a forma hiperbólica de dizer as coisas.

Na casa de farinha, no veio,

“... cabras suavam como olhos-d’água” (pág. 80).

Os retirantes, depois das chuvas excessivas que caíram sobre o Mazargão, achavam que a água

“... encharcava até as almas” (pág. 84).

Valentim, sabendo que chovera no sertão, pergunta ao tropeiro:

“— Há verde?

— Se há? Até as estacas do curral pegaram...” (pág. 91).

Outras vezes, é a transposição do sentido vocabular, para indicar um estado de espírito com palavra de significação material. Lúcio “esgaravatava a consciência” (pág. 106) ou curtia sua crise moral “rebolando o espírito atormentado” (pág. 14), enquanto Pirunga aboiava numa toada que “tinha o som de uma alma que se rasgava” (pág. 117).

A linguagem figurada é um fenômeno generalizado no romance do prosador paraibano. Repetem-se, a todo instante, imagens, metáforas, comparações, sendo justo salientar que quase toda a figuração lingüística se inspira nos elementos mais ligados à vida local. São êstes elementos característicos do meio — do *habitat* — os fatores da inspiração do escritor.

As comparações têm sobretudo valor informativo. O autor emprega-as evidentemente para transmitir ao leitor idéia mais exata e precisa de coisa descrita. Mesmo assim, porém, conservam traços de afetividade. A simples associação aos elementos regionais revela a influência afetiva.

Tem-se dito que, nas comparações, a relação dos dois termos se processa exclusivamente no plano intelectual. Discordo dos que assim pensam e me amparo na autoridade do Professor Matoso Câmara Júnior.

Diz êle, em Contribuição à Estilística Portuguesa:

“Quando a metáfora não se realiza, e, em vez da substi-

tuição de um símbolo vocabular pelo outro, se fica apenas no plano da comparação explícita (A é como B, A dir-se-ia B), o propósito informativo aparece muitas vezes mais nítido e até preponderante. O cotejo pode ter, antes de tudo, em vista esclarecer um conceito confuso ou vago por outro facilmente apreensível. Ainda assim, entretanto, é a tonalidade afetiva no segundo termo da comparação a causa última de êle ser verdadeiramente fácil; a emotividade, ainda sopitada diante do primeiro termo, desperta então e estimula a inteligência" (Matoso Câmara Júnior — Contribuição à Estilística Portuguesa — 2a. edição ampliada — Rio, 1953 — pág. 87).

Precisamente porque o valor afetivo permanece com maior ou menor intensidade na linguagem figurada, será certo afirmar-se que todo o romance do Sr. José Américo de Almeida está impregnado do sentimento que o liga à terra natal. Somente assim também, tendo em vista êsse sentido afetivo que une as pessoas e as coisas e se transmite à linguagem, será possível apreender, no seu real valor, a linguagem figurada de A BAGACEIRA. Mesmo porque, excluída a significação afetiva, não serão entendidas, em toda sua extensão, frases como as seguintes:

"A risada da siriema parecia um soluço" (pág. 24).

"Certa noite, vibrava um trovão nervoso, qual o clamor das trevas friorentas" (pág. 86).

"E ficava a espiar a casa do engenho como uma grande essa armada no negrume do teto velho" (pág. 6).

Ou ainda a respeito de Lúcio:

"Tinha mêdo da discrição do silêncio. E atendia às expressões contraditórias do vento serrano: caricioso, como uma surdina de mistérios; confuso, como um clamor de mudo; fúnebre, como um grito em u" (pág. 101).

Ou a propósito de Soledade que, como todo retirante vítima da sêca, via no relâmpago a esperança de um regresso próximo ao sertão:

"Soledade abria a janela como para se aquecer no relâmpago" (pág. 85).

A muita gente parecerá talvez estranha a imagem do romancista:

"E boiavam nas fôlhas duas cabeças imóveis" (pág. 21)

Mas, quem conhece a paisagem nordestina compreenderá

imediatamente a relação lingüística estabelecida pelo autor. O engenho é o canal. Verde, imenso, domina o ambiente. O resto são acessórios, inclusive a casa-grande, símbolo apenas de riqueza e poder. Os cortadores de cana enterram-se nêle e só as cabeças ficam a descoberto. O vento soprava suavemente e as fôlhas verdes se movem dando a impressão de ondas do mar. As cabeças dos trabalhadores, sobressaindo-se às fôlhas, parecem *boiando* nas fôlhas verdes do vasto canal.

O sentimento, pois, inspira e explica a linguagem figurada em A BAGACEIRA. Mais dois exemplos, além de muitos e muitos outros, ainda comprovam a afirmativa.

Dagoberto sintetiza num aumentativo sua admiração pela esposa morta:

"—Mulherão! Mulherão!" (pág. 7)

Valentim conversa com um vaqueiro vindo do sertão. Traz intimamente o coração amargurado com a dor e a vergonha causadas pela deshonra da filha. O vaqueiro, empregando a forma usual de indicar os brejos, falou:

"—Eu não contava que o senhor tivesse descido..."

Valentim, dando ao verbo significação diversa, traduz toda a sua amargura, todo o seu sofrimento:

"—Desci e... *desci muito*." (pág. 91).

Em algumas ocasiões, o escritor paraibano mostra-se sentimental, com imagens verdadeiramente românticas. Lembro, para terminar, a cena entre Milonga e Lúcio.

Sabem todos que, sobretudo nas propriedades nordestinas, era comum existir uma mãe preta que cuidava dos filhos dos senhores de engenho. Grudava-se à família, tornava-se familiar, e sua vida era uma constante e permanente dedicação aos futuros ioiôzinhos. Com o passar do tempo, a pele, afinal enrugada, continuava preta, enquanto os cabelos encarapinhados, num belo contraste físico, aos poucos ficavam brancos. Significavam idade, trabalho, noites e noites indormidas. Porque tudo mudava, a pele enrugava, a carapinha embranquecia, mas a dedicação da mãe preta crescia cada vez mais.

Lúcio tinha também sua mãe preta — Milonga — escravizada a êle, vivendo e sofrendo por êle.

Certa vez, quando "a noite nua, sem o *maillot* das nuvens, nas negligências da solidão tomava um banho de leite" (pág.

104), êle notou, ao aproximar-se da casa de Soledade, que uma sombra — “a única sombra dessa visão luminosa” (pág. 104) — o acompanhava. Quem seria, por acaso, esta sombra que se esgueirava noite a dentro pelas terras imensas do Marzagão?

Responda o próprio romancista, com sua imaginação e sua sensibilidade de escritor:

“—Era a mãe preta — a noite indormida de sua infância com a cabeça tôda branca, como coroada de luar” (pág. 104).

MODERNA ESTILÍSTICA LITERÁRIA

LEÔNIDAS CÂMARA

De início temos necessidade de tratar da Estilística Literária conduzindo o assunto a velhas noções. Por exemplo: — *O belo estilo*. O ideal seria contornar problemas que pouco repercutem, hoje em dia, na área dos estudos do estilo e passar, de imediato, à discussão dos fatos que compõem o grande elenco da estilística moderna. E no entanto determinadas circunstâncias, vigentes ainda no âmbito do ensino, de certos setores da crítica intuitiva, na consciência mediana de homens de letras formados ao impulso dos encantamentos burgueses, incitam-nos, todos êstes fatos, a rever antigos conceitos.

Retomemos, pois, a noção do “belo estilo”. Fala-se dêsse modo como quem se refere a uma virtude cultivada por um certo escritor, conforme a sua capacidade de ornamentar a expressão, retirando-a do corpo neutro da linguagem comum. Certo escritor e determinados grupos de escritores, em épocas caracterizadas pela tendência à gratuidade da matéria e da retórica em larga margem. Fala-se, também com menos insistência, no cultivo da *boa expressão* artística mercê de um aprendizado exemplar nos antigos manuais da arte de bem escrever. Parece-nos que foi Leo Sptizer quem se encarregou de demonstrar o artificialismo da metodologia preceptiva, sobretudo quando no decorrer da primeira parte das suas investigações, preocupado com problemas da psicologia do artista e do ato criador, chegou à conclusão de que a retórica pedagógica era um ato de pura simulação.

Durante longos anos tôda a análise de textos deu-se ao penoso trabalho de constituir, com base em exemplos realmente

“exemplares”, todo um código da virtuosidade literária. Assim, com o passar do tempo, foi possível e até mesmo evidente, a formalização de modelos estilísticos, cuja eficiência corresponderia, mais ou menos, àquelas antigas cópias de obras primas da pintura oferecidas aos alunos de Belas Artes em todos os tempos. No caso da formalização a que nos referimos, os resultados conduziram os fatos a uma situação de generalidades. Pois, com efeito, a própria significação de *literatura* foi edificada a princípios morais, de uma ética relacionada com a beleza exemplar e boa. Belas letras, boas letras, letras gordas. Numa hipótese menos ampla de significação “o fazer literatura” e ornamentar o estilo com generosidade de metáforas, foram causas de um preciosismo literário hoje dominante ainda na concepção laicizante vulgarizada nas camadas incultas ou nos escritores da má intenção. Ao me referir ao problema de um estilo cultivado como uma virtude ou um predicado moral, capaz de fazer valer um jôgo hábil, mas vazio, de metáforas, faço reserva ao silencioso trabalho dos poetas, ou àquêle tipo necessário de retórica defendido por Valéry e tão injustamente negligenciado e ironizado pelos críticos modernos. E contudo creio que a denúncia mais forte levantada contra uma literatura de estilo ornamentado, em nosso tempo, coube ao romancista Allain Robbe Grillet, justo quando nos diz que o jôgo das metáforas seria uma coisa inocente, caso não nos privasse de uma exata visão do real. Assim, a natureza vista através da massa dos nossos sentimentos, metaforizada, deixará de ser o que realmente é. Uma questão, portanto, de antropomorfismo ou de distorção dos exatos valores humanos. Parece certo que o comportamento de um estilo eivado de falsidades, com uma retórica apoiada numa prévia concepção pseudo-moral da vida, pode ser causa de um compromisso burguês interessado em não revelar as coisas por dentro. O artificialismo estilístico não é apenas uma questão de forma.

A posição moderna da Estilística Literária não é ortodoxa. Sua flexibilidade poderia levar à suspeita de que a disciplina tem uma existência precária, atuando desprovida de métodos próprios, dentro de um verdadeiro *conflito de jurisdição*, para empregar uma figura de Raúl Castagnino. O fato que parece evidente no que diz respeito ao progresso extraordinário da Es-

tilística transparece na sua luta, ou na sua força em contrapor-se a uma reação dos setores mais normativos dos estudos lingüísticos. Ligada a uma série de ciências e disciplinas, como à Estética, à Teoria da Literatura, à Psicologia Literária, à Sociologia Literária, a um campo múltiplo da antiga *gramática*, semântica e sintaxe, por exemplo, a Estilística Literária impõe o seu domínio e a sua privatividade estrutural. Tal como Custius já assinalou, o status da Filologia se confunde com o âmbito da própria ciência da Literatura. E o lugar da Estilística dentro desta ciência é central, conforme reconhecimento unânime. Assim trata Kayser da questão: “Entramos num campo que não se deve considerar apenas um setor central da ciência que visa o aspecto poético, mas penetramos mesmo no próprio âmago da ciência geral da Literatura, bem como ainda de toda a História da Literatura”. Wellek afirma o seguinte: — “Os estudos lingüísticos só são literários quando se propõem investigar os efeitos estéticos da língua, em suma, quando passam a ser estilística”.

O progresso da Estilística onde pode ser marcado a partir das concepções da Escola de Saussure. Prefiro, todavia, apenas para trazer a questão a um ponto adiante desenvolvido, fixar-me no nome de Leo Sptizer. Esta preferência tem razão de ser quando se considera que o romanista sempre foi analisado no corpo de sua escola *idealista* dentro do campo de considerações da psicologia literária ligada à estilística. Sua pesquisa notável dos traços estilísticos de grandes escritores, sua persistência em arrancar uma razão na matéria difícilíssima da experiência criadora são etapas, conforme nota Jean Starobinski, que marcam uma parte, talvez a maior, da sua atividade. E no entanto quando o autor passa do domínio da “palavra dramatizada”, da “estilística psicanalítica” para examinar o fenômeno lingüístico-literário como se estivesse diante de “um mundo fechado”, sua atitude assume uma importância ainda não devidamente reconhecida para o campo específico dos estudos de estilística e Teoria da Literatura. Leo Sptizer assim se expressou: — “Tratei de subordinar a análise estilística à explicação de suas obras particulares tomadas como *organismos poéticos em si*, sem recorrer à psicologia do autor. Desde 1920 venho aplicando êste método, que hoje denominaria estrutura-

lista" (Citação de Jean Starobinski, in Revista de Cultura do Ocidente, agosto/1965).

Ao colocar no centro do exame estilístico autônomo da obra literária uma rigorosa objetividade estrutural, pôde Sptizer armar-se de uma método capaz de levá-lo a definir o seguinte: — "Compreender é reconhecer que tôdas as significações estão em suspenso, enquanto uma delas não seja compreendida por si mesma". Naturalmente Sptizer seria levado, como notou Starobinski, a fazer a si mesmo a pergunta: — Que é compreender uma estrutura, e não: — Que é uma estrutura?"

Caminha-se — a partir de Sptizer — para a formação de uma estilística que encampe o conhecimento das significações intrínsecas do fato literário, mas é evidente que mais cedo ou mais tarde iria surgir a questão, hoje tão debatida, de se saber qual o destino dado a êsse tipo especial de penetração na obra artística. Posição que transfere para a Estilística, ou dela tenta retirar, funções que outrora eram mansamente exercidas pela crítica literária e por determinados setores da Estética. De se acreditar que o natural caminho conduz à construção de um "ciência geral das significações" com vistas à estrutura privada da obra literária ou o "sistema significante particular".

O problema é interessantíssimo e suficiente para ocupar diversas mesas de estudo ou absorver um estudioso do estilo por tanto tempo que êle esqueceria, sem dúvida, uma outra questão difícil e por igual cativante: — Se é uma espécie de fado da Estilística Literária permanecer no campo de choque representado pelo artista, na sua orgulhosa voluntariedade criativa e representado, em contrapartida, pela língua como instrumento comum de comunicação, um instrumento forçado. Dispensamo-nos de mostrar as conclusões admiráveis que a êste respeito chegou Alfred Nadler, na sua "História do Estilo", mas acrescento que tal destinação da Estilística, longe de esbater a sua vivacidade crítica, justifica quase por si só a existência e a necessidade desta matéria. E com efeito parece que não há mais de uma opinião no que se refere ao problema central do estilo, na sua definição a partir da escolha que um escritor faz diante da língua. Muito conhecida a tipologia, simplesmente bipartida, que E. Sapir faz dos escritores, na

qualidade de legítimos artistas, quer sejam êles adaptados, como "o peixe n'água", ao meio lingüístico, tanto que se transformam em virtuosos, quer êles procurem universalizar a sua linguagem numa espécie de signo algébrico. Seguramente que o esquema de Sapir não pode satisfazer às exigências sutis do ofício literário, mas o seu bom senso demonstrou que todo o trabalho do estilo reside, basicamente, numa atitude preliminar e importante em face dos materiais lingüísticos. Certo que essas coisas nos levam a uma velha questão, tão afagada pelos artigos, e que serviu à causa nem sempre conscientemente nacionalista, nos tempos modernos, da defesa do *gênio da língua*. Eu diria que os tais *efeitos estéticos* da linguagem, caso estejam situados sobretudo na área de um idioma como privatividade nacional, se tornaram num motivo de singulares paradoxos. Expresso-me com mais clareza se me referir ao problema de que a linguagem do artista é tão particular que lhe permite o *excesso* de individualidade, numa época, a nossa, em que o individualismo, por fortes e até justas razões, vem sendo destruído ou desmitificado. Quanto aos poetas isto parece tão claro que não se faz necessário erigir teses; quanto aos ficcionistas basta reparar na sua composição, no seu método narrativo, na particularidade sintática da sua frase, na intimidade tortuosa das suas idéias.

A frequência com que a Estilística moderna insiste no estudo dos fatos literários, com uma capacidade interpretativa tão segura que ninguém mais pode levantar a objeção que se trate apenas de um mero instrumento subsidiário da teorização literária, induz a uma indagação de todo pertinente: — Se, por acaso, o interesse de qualquer ciência que se volte para a literatura pode ser levado adiante sem a interferência rigorosa dos conhecimentos estilísticos. Veja-se o quadro que Charles Bruneau, comentando a edição de 1946 do "Tratado de Estilística", de Marouzeau, estabelece, para situar o campo da matéria:

- 1.º) A estilística estuda, cientificamente, a escolha que faz um escritor dos elementos constitutivos de uma dada língua;
- 2.º) A definição e a classificação dos processos do estilo;

3.º) O estudo dos meios de exprimir as grandes tendências do espírito humano.

Evidente que o elenco de matérias poderia ser aumentado de muito, caso citássemos os assuntos que dizem respeito à Estilística Literária, todos estudados na Bibliografia de Hatzfeld. Fixemos, como simplicidade, os pontos destacados.

A primeira tendência, ao nosso ver, assinala o curso da moderna estilística; a segunda parece indicar um retôrno vital à retórica, de modo a valorizá-la, dando-lhe uma funcionalidade técnica que nada tem a ver com os princípios normativos de outrora, isto é, que não se aproxima do tom dogmático e pedagógico característico da velha escola; o terceiro ponto talvez globalize na sua área muito ampla a formação de uma periodologia literária e artística, ou, ainda, esboce o complexo problema do paralelismo entre as artes e sua possível base ideológica comum.

O tópico referente ao estudo das *grandes tendências do espírito humano*, do ponto de vista do estilo, merece restrição, e neste ponto exprimo uma opinião bastante pessoal, que pode ser contestada por todos aquêles que aceitem a idéia corrente da existência de um estilo comum em determinada época. Sobre este assunto recorro, apenas como auxílio à memória, a uma síntese rápida de um nosso ensaio sobre o assunto. Parece-nos que há uma certa confusão no entendimento necessário entre o suporte ideológico de uma determinada época, fixando padrões estéticos, e o nível estilístico dos escritores subordinados ao mesmo contexto. Trata-se de uma questão que ainda uma vez se explica em termos do fenômeno da escolha realizada pelo artista em face da língua. Na verdade, a mesma dialética que se impõe entre doutrinas estéticas, ocorre, de princípio, entre o escritor e a língua pela opção de uma maneira peculiar de revelar o pensamento em face de uma matéria feita, como é o idioma. Funda-se, assim, o estilo como traço pessoal e livre, que por sua vez pode incidir na esfera de um domínio estético amplo; mistura-se, nesse meio, pela força de coesão, pela unidade de fidelidade a uma idéia comum e básica que interliga escritores num só padrão.

O fato de se querer reduzir a princípios unânimes tendên-

cias do espírito, e com isto traçar o plano de um estilo comum, é, sem dúvida alguma, uma tarefa ambiciosa, e possivelmente alcance resultados que tenham tãda a impressão da verdade. Considere-se, no entanto, que o trabalho do verdadeiro artista assume uma tal forma de solidão orgulhosa, no que tem de criatividade original, que a idéia de submeter a sua atividade a um *estilo de época* não faz transparecer nenhuma razão disciplinadora. Não se quer significar com isso que o artista esteja distante dos fatos que envolvem a vida do grupo, mas de tãda forma parece-nos que a sua identificação social, e sua contemporaneidade, não venham a ser fatores determinantes de uma vinculação com um princípio abstrato e pseudo-ético. O interêsse da estilística literária, por exemplo, diante de um escritor será sempre válido, e preciso, quando observe a peculiaridade individual do trabalho artístico. Este mesmo trabalho, somado de um a milhares, deixará de ser interessante como matéria de estilo. Funda-se, para usar expressão de Lúckacs, uma espécie de maneirismo. E no entanto somos forçados a reconhecer uma tendência geral do espírito humano lastreando tãda a arte de um tempo, como seu impulso ou sua dinâmica. Se nos detivermos na observação das obras mais expressivas, vigentes em períodos históricos marcados por uma tendência humana acentuada, teremos uma reflexão melancólica sobre a questão, pois, na verdade os escritores mais representativos desta *tendência datada* são aquêles que mais se distanciam dos padrões estilísticos em voga. Ou por outra: — fundam o seu estilo na independência dos demais estilos. Não sei porque hei de equiparar o estilo sóbrio e refletido de Graciliano Ramos com o estilo de romancistas seus contemporâneos, igualmente condicionados por uma tendência marcante da nossa cultura e que se refletiu no regionalismo, na preocupação com o fato social, no caráter muitas vezes polêmico da obra.

Quanto ao segundo ponto que Charles Bruneau distinguiu, isto é, a definição e a classificação dos processos do estilo, somente um comentário: — Na revalorização da retórica, tão cara aos poetas quanto o seu sistema de imagens, metáforas e símbolos, parece que a atitude do estudioso do estilo deverá ser orientada para o trabalho silencioso que a poesia nem sempre deixa transparecer, dentro das possibilidades que ainda

restam num campo tão frequentado por leigos e salpicado de enganos.

Os problemas gerais que interferem no vasto campo de interêsse da Estilística Literária poderão ser objeto de análise pela Teoria da Literatura ou pela filosofia do fenômeno literário no mais amplo sentido da expressão. O valor da Estilística não deve ser aferido pela sua maior ou menor capacidade de domínio, num âmbito complexo que admite a intervenção de diversos conhecimentos especializados, mas a sua especificidade como ciência pode ser notada pela maneira especial como aborda questões, outrora pendentes de solução noutras áreas. Dêste modo não é de estranhar que a Estilística Literária possa se desdobrar em estilística narrativa, ou estilística das formas de composição, ou estilística da técnica de narrar. Uma visão estrutural e técnica de um problema que tem os seus limites firmados a partir de uma ontologia do processo criador.

As relações que se estabelecem, num primeiro plano, entre a forma da composição usual de um gênero, como se esta forma fôsse tão sólida quanto assim a julgaram os naturalistas, e a atitude ou *técnica* de um escritor defronte desta estrutura organizada *a priori*, podem ser encaradas como ponto vital de investigação da estilística narrativa.

Veja-se que a simples identificação dos elementos que compõem uma determinada forma literária é um processo mecânico. Em face da tragédia, Aristóteles classificou os pontos inteiros da sua estrutura e somente assim pôde chegar a um juízo crítico coerente. E no entanto se eu distingo na poesia a medida do verso, o complexo de figura, o ritmo, nada saberei sobre a composição; de igual modo diante do conto eu poderia apontar o motivo, o núcleo de interêsse, a caracterização das personagens, a temporalidade, etc, etc, e não alcançaria nada mais que um amontoado de dados, ótimos para demonstração didática. As dificuldades correntes que encontramos para distinguir num autor os traços determinantes do seu estilo ou a sua escolha perante a língua, surgem, ainda com mais rigor, quando se considera a manifestação do artista no amplo tecido das estruturas literárias do ponto de vista da pessoalidade.

A questão pode ser melhor esclarecida dentro de fatos mais concretos. Assim se indaga por qual razão um pintor preferiu uma certa combinação de cores ou de formas dentro de uma *experiência* num gênero comum (marinha, natureza morta, perfil de mulher), de tal modo que o seu trabalho pareça *insólito* com referência ao mesmo gênero, ou, pelo menos, apresente a manifestação de um estilo levada a efeito pela técnica. Um problema, com tôda certeza, primário, mas que envolve dois dados importantes: — 1.º a dinamicidade dos gêneros; 2.º a subordinação da técnica de compor aos estímulos psicológicos individuais. Sabe-se, como salienta Sartre esclarecendo o óbvio, que o mau pintor é aquêle que compõe o tipo: do árabe, do pescador, do velho, etc, etc. A exemplificação pode ser aplicada à experiência das formas em literatura, pelo menos quanto aos seguintes pontos: — 1.º o gênero resulta de uma experiência formal cultivada; 2.º — O artista literário não conhece, em termos rígidos, as imposições do gênero tal qual recebeu da experiência tradicional a sua forma consagrada.

Não me refiro, é evidente, ao fato da evolução dos gêneros no curso das transformações ideológicas, como, por exemplo, o trânsito da epopéia ao romance. Quero tratar de algo mais próximo do artista, da sua matéria cotidiana de trabalho, da maneira como êle leva adiante o seu ofício, tanto realizando a sua "linguagem", quanto garantindo um outro tipo de linguagem na área da composição. Costumamos aproximar romancistas desde as referências ao tipo de frase (o caso que Sartre demonstra entre Faulkner e Camus, com "O Estrangeiro") até com respeito ao emprêgo do adjetivo. Há uma tentativa de reunir um quadro vivo dos paralelismos possíveis na esfera técnica da composição. Pretende-se chegar a uma conclusão unânime, dispondo sobre uma identidade técnica e uma unidade de propósitos e intenções. Qual a relação, portanto, que caracteriza essa tipicidade formal em face de um gênero? Necessário retomar o assunto por onde começamos a desenvolvê-lo: — As questões levantadas sobre a forma cultivada de um gênero e a posição que o artista assume não aceitando, em termos rígidos, as imposições da forma tradicional. Ainda: aderindo a essa forma por uma espécie de contrariedade ao convencional, o que não deixa de ser uma posição moderna. Veja-se o exemplo

de Gil Vicente. No caso da nossa indagação tudo leva a crer que a resposta deverá ser procurada numa conjugação entre a investigação estilística das diversas técnicas de compor com a análise psicológica do próprio artista e do seu tempo ou geração.

Todo mundo gosta de fazer a identificação de um estilo, quer pela notação de reiteradas expressões, quer pela construção ou utilização de recursos repetidos. Diz-se vulgarmente: — o amarelo em Van Gogh é um traço denunciador da sua loucura... E talvez não fôsse mais que uma preferência de ordem estritamente técnica. A simbologia dos recursos expressivos é um terreno perigoso. Quantos não erraram a respeito de Machado de Assis, usando êsse tipo de interpretação? Melhor caminho seria aquêle que constatasse a frequência dos recursos estilísticos num plano mais amplo, desligando a verificação das deduções pseudo-psicológicas... Que me importa saber se um escritor utiliza os aumentativos com insistência, num instinto de auto-defesa ou para camuflar a sua debilidade? A maneira como fulano usa cartola, ou fuma cachimbo, ou escolhe as suas gravatas não informa grande coisa do total da sua personalidade por mais excêntrica que ela se manifeste. Do mesmo modo a estilística não deve se preocupar com ninharias, salvo quando se transformem em fatos evidentes, passando do campo particular para a generalização, do incidental para o essencial, permitindo conotações mais íntimas com os processos de criação literária. No caso do simbolismo, a frequência da adjetivação cromática esmaecida dá-nos a medida do seu espírito difuso.

A análise psicológica de um estilo jamais poderá se limitar a uma coleção de curiosidades, maneirismos, às vezes até fixações peculiares que siquer interferem na compreensão geral da obra. Contar e anotar com paciência quantas fôram as passagens em que o autor empregou a palavra *vermelho*, não será um indício suficiente de que êle padeça de uma obsessão. Os símbolos formam uma matéria interessante e a sua penetração ajuda muitíssimo na crítica do estilo, mas o trabalho há de ser realizado sob critérios mais amplos, como se as figuras fizessem parte de um corpo vasto, cuja complexidade será desvelada após a valoração de cada uma das suas peças. Assim é que se imagina, corretamente, a composição de uma obra dentro de uma unidade de estilo, o que supõe, antes de tudo, adequação

de elementos aparentemente distantes ou diversos, quer pela sua natureza, quer pelo seu lugar na obra. Vê-se que um autor domina um estilo para a composição de uma peça curta, como o conto, e diversificará o mesmo estilo ao escrever um romance ou trabalhar com um poema. A diversidade estilística, que um paradoxo aparente cria a impressão de desunidade dentro de um mesmo autor, provém da imposição da matéria, da sua novidade. O reconhecimento do estilo, em qualquer das formas empregadas, é flagrante, e no entanto êle já não é o mesmo...

Uma observação suficientemente aguda descobrirá que o escritor, ao abandonar, numa eventualidade, a sua costumeira forma de expressão, verá que todo o sistema que lhe dava apoio perde a sua funcionalidade. A experiência é de simples verificação, pelo menos quanto a obras de autores notáveis. A modificação que se opera, no curso de uma transferência mais ou menos súbita de sistema a sistema, gera a necessidade de uma adaptação à forma a ser exercida, como se fôsse uma experiência realmente inédita. Darei um exemplo, dentro de uma transformação radical de atitude narrativa, com Graciliano Ramos. Autor habituado a narrar na primeira pessoa utilizando o recurso de um personagem-narrador colocado no ângulo da confissão íntima, do monólogo, da introspecção, Graciliano foi forçado a narrar a partir da terceira pessoa. Dos quatro romances que escreveu, apenas o último, "Vidas Sêcas", compeliu o autor à variação estilística da composição. Ao afugentar o personagem-narrador, substituindo-o pela objetividade narrativa indireta, Graciliano poderia ter não só destruído a virtualidade psicológica da sua criação, como aniquilado, também, o seu estilo. Além do mais, não desejava o romancista sacrificar uma das suas qualidades mais fundamentais e caras: o gosto pela exatidão, sobriedade e aderência ao real. A hipótese que melhor lhe serviu na composição de "Vidas Sêcas" foi, se assim bem me expresso, a escolha de um outro gênero ou forma de romance, isto é, o romance construído pela sequência de contos. Assim pôde escapar à fragmentação do seu estilo, garantindo a observação psicológica cerrada e fundada em cada um dos seus personagens. Cada personagem possui o seu *conto* e os diversos episódios são interligados pelo interesse da ação

numa só estrutura formal e ideológica. De todo modo conseguiu narrar na terceira pessoa sem desprezar a riqueza do processo da análise introspectiva, que lhe era habitual e irreversível.

Essa maneira de conduzir o estilo dentro da variedade de formas que a literatura oferece se constitui naquilo que chamamos uma diluição aparente do mesmo estilo, apenas diversificado na sua atuação, quer por uma necessidade temática, quer pelo objeto da obra.

O assunto que acabamos de abordar em termos sumários, envolvendo uma aparente variedade de estilo defronte do sistema das diversas formas literárias, provoca uma questão de método muito debatida. Suponha um crítico, que deseje investigar o estilo de um escritor de obra variada e extensa, tanto pela mobilidade expressiva, tanto pelos diversos graus de experiências formais, pois suponha esse crítico ser mais eficiente de bruchar-se sobre a obra em análise para reunir os seus elementos de maior constância e reiteração: — construções sintáticas, recursos léxicos e outras possibilidades que o idioma oferece e que o artista aproveita, recriando a matéria lingüística, trabalhando-a pelo "écart". Suas conclusões seriam de natureza meramente classificatória, pois com relação ao conteúdo inteligente da obra, salvo uma linha mais ou menos unitária de comportamento do escritor, nada conseguiria apreender. Todo o *defeito*, se assim posso me expressar, do seu trabalho, consiste numa dicotomia, desde que selecionou uma matéria que não poderia ser separada dos outros elementos que dão à obra, ou, pelo menos, retirou a espessa camada de tinta de uma tela e não encontrou o desenho. Uma relação, por exemplo, da materialidade da obra com a sua essência, mutilando-se o caráter substantivo que forma a sua existência objetiva.

Helmut Hatzfeld aconselha, à hipótese de trabalho, um corte na extensão da obra ou uma cuidadosa seleção de um trabalho típico. Por exemplo, diante de toda a obra de Gilberto Frey, "Casa Grande e Senzala". Diante de Graciliano Ramos, "São Bernardo". Eu próprio tentei a experiência, reduzindo a pesquisa a uma série de pequenos textos típicos de "Casa Grande e Senzala" e "São Bernardo". Creio que consegui melhor proveito que teria alcançado recorrendo a uma classificação de peculiaridades no uso do idioma, pois parece mais

adequado dirigir-se a análise ao valor expressivo global. Afinal de contas nenhum escritor deve ser visto como uma curiosidade de feira de amostra e apontado como um espécime raro no gênero... Se se pretende apreender o sistema de um estilo como alguma coisa flexível e viva, melhor orientar o estudo para setores menos perceptíveis e no entanto mais reveladores das verdadeiras intenções do escritor e da sua importância cultural. Dou um exemplo moderno, desafiador: — O estudo estilístico de Guimarães Rosa vem sendo uma singular proeza. Ao meu ver, enquanto as análises se preocuparem em demasia com a matéria semântica, com o jôgo caprichoso das criações vocabulares e fantasistas do autor de "Sagarana", pouco resultado teremos, pelo menos dentro de uma concepção de estilística literária que pretenda ir além da interpretação dos fatos lingüísticos. Do ponto de observação dos críticos de maior experiência na ciência da linguagem, justiça é dizer que no caso Guimarães Rosa houve melhor entendimento que o que lograram obter os críticos mais estritamente literários. Explico-me com mais detalhes: — No seu último livro de contos — Tutaméia — Guimarães Rosa, que gostava imensamente de despistar os seus comentadores, escreveu, como bem sabe o Sr. Paulo Rónai, diversos prefácios diabòlicamente "explicativos". E no entanto, nêsse jôgo de "cabra cega", pouco ou quase nada o autor esclareceu o público com relação a uma possível receita da sua arte de compor, salvo algumas "fábulas" irônicas que contribuíram mais ainda para as interpretações enganosas. Eis aí o campo aberto à estilística literária, que poderá com urgência levar auxílio aos críticos brasileiros. Tenho para mim que a inteligência do processo de composição, num autor como Guimarães Rosa, será fonte de revelação mais evidente que o puro jôgo de discernir significações vocabulares, papel que muitos estudiosos já enfrentaram com êxito. E não parece uma futilidade que a maioria dos críticos apenas saiba dizer de Guimarães que se trata de um escritor barroco? Outras coisas não souberam distinguir na obra, salvo a repetição de um conceito enraizado, cujo emprêgo está a exigir maior ponderação e estudo.

Todos êstes problemas, tôdas as dúvidas que as obras literárias suscitam pela evidência do estilo, podem ser objeto

da Estilística Literária, caso ela seja reconhecida como uma verdadeira ciência ou setor privilegiado de conhecimento. Por enquanto, em nosso país, não se tem feito muito nêsse sentido. Na crítica literária; no ensino universitário. Sobretudo nas universidades, onde em muitos casos prevalece o estudo da estilística antiquada, isto é, destinado a "ensinar" a *bela* arte de escrever através dos clássicos... Impõe-se uma revisão da nossa história literária e tôda uma atualização da crítica profissional a partir das perspectivas que a Estilística Literária garante. Impõe-se, até com certa pressa e ansiedade, o estabelecimento de fronteiras irmãs entre a Lingüística e a Estilística, pois a conjugação destas duas disciplinas será uma garantia necessária para que as especializações não se transformem em estruturas técnicas com desprezo pela sensibilidade e valor da arte.

O PROJETO DE CÓDIGO CIVIL E SUA CRÍTICA

ORLANDO GOMES

— 1 —

A reforma do Código Civil vem se realizando, há muitos anos, pelo método de substituição parcelada e sucessiva de seus capítulos e, até, pela alteração de alguns dos seus preceitos.

Tantas modificações se introduziram que cabe repetir, o conceito de LARNAUDE a respeito da codificação napoleônica, nas comemorações do seu centenário, de que os franceses tinham um direito civil, não mais um Código Civil (*in Livre du Centenaire*, vol. 2, pág. 26).

O setor mais atingido tem sido o Direito da Família. Quem confronte o texto do Código Civil, tal como publicado em 1916, com alterações efetuadas ao longo do seu meio-século de nascimento, para logo aperceberá que pouco resta daquela integridade harmoniosa, que tantos louvores arrancára. A imagem da família brasileira "*fechada, autoritária, patrimonial e procriadora*", tão bem definida na síntese de CAPISTRANO DE ABREU como um triângulo isósceles, com pai tirânico, mulher dócil e filhos aterrados, se refletia no Código com todos os seus rasgos jurídicos. Não podia sobreviver, como não sobreviveu, à evolução dos costumes. Seus reflexos projetaram-se na legislação, determinando reformas, realizadas a granel, sem filosofia, nem sistema.

Na organização da *propriedade* também ocorreram transformações, com repercussão em tôdas as relações patrimoniais. Proliferaram leis extravagantes, impregnadas de espírito adverso ao que animava o substrato filosófico das disposições do Código Civil.

As profundas modificações nos dois institutos básicos do Direito Privado certificam o amadurecimento das condições propícias à reformulação sistemática das leis civis, não mais pelo método de simples *consolidação*.

A necessidade de nôvo Código resulta, para mais, do interêsse nacional de modernizá-lo, no entendimento de que carece de uma *reforma orgânica*. Não se trata de substituir órgãos, e tecidos de um corpo combalido, mas de renovar e ordenar institutos estrangulados pelas *ruturas sistemáticas*, a que se referia ZITTELMANN, e ainda contaminados de preconceitos fundidos em matrizes filosóficas obsoletas.

A reconstrução do Código Civil, dos alicerces à cumieira, não se justificaria com premência se destinada apenas a corrigir os vícios e defeitos de tôda reforma fragmentária. Limitada a êsse objetivo, exgotar-se-ia no esforço de ajustar novos institutos a uma estrutura arcaica, na tentativa de minimizar as consequências da falta de unidade lógica, que responde pelo desencontro de soluções na mesma área de aplicação de direito positivo. A questão é mais profunda. Queiram, ou não, os *imobilistas* de todos os matizes, tem-se de refazer o Código, sem tardança, nem temor.

Repugne embora ao nosso senso conservador, sedimentado nos muitos anos vividos e sofridos, estamos a participar de genuíno renascimento, que contesta a visão do mundo e a concepção da vida subjacentes ao *econômico*, ao *político* e ao *conjunto das relações humanas* e confirma a desatualização de todos os "ismos" gerados no século passado. A sociedade em formação projeta no plano jurídico sinais de reformulação do comportamento individual, que precisam ser captados e remanejados para prevenir a degradação do Direito como instrumento de controle social e sustentação dos valores humanos.

Não será pela conservação de suas matrizes arcaicas que reconquistará a confiança na sua missão, perdida exatamente em consequência da animadversão dos juristas e legisladores à luz dos novos tempos.

É principalmente na disciplina das relações de indivíduo a indivíduo que a modernização do Direito reclama urgência, dentro de coordenadas espirituais que não rejeitem a experi-

ência vivida mas também se prolonguem na direção das tendências já delineadas, visíveis a olhos lúcidos.

O projeto de Código Civil em tramitação no Congresso Nacional pretende ser uma reconstrução em estilo moderno, sem exageros nem audácias, como se tem afigurado a juristas amadores e a conservadores impenitentes. Da parte dêstes, seria salutar a reação, se tendente à síntese na dialética das idéias. Parece, no entanto, que a oposição se inspira, na maioria dos oponentes, em prevenção tendenciosa contra um radicalismo que, em verdade, não existe, inflacionando-se a crítica de conclusões precipitadas.

Dirigem-se as invectivas, em resumo, contra:

- a. a estrutura filosófica em que se insere;
- b. a sua sistematização e aspecto formal;
- c. o arrôjo de algumas soluções que sugere, entre centenas.

— 2 —

A primeira objurgatória vem disfarçada e distorcida, a um tempo. Disfarçada, por que ninguém tem mais coragem de se proclamar reacionário. Distorcida, pela acusação, inteiramente infundada, de que o projeto, revisto por dois juristas insuspeitos de radicalismo, o Ministro OROSIMBO NONATO e o Prof. CAIO MÁRIO, tem conotação ideológica inadmissível em nossa estrutura política e social.

Desdobra-se a segunda censura, primeiramente contra a supressão da *parte geral* do Código Civil, ou antes, quando à transposição dos seus artigos, respectivamente, para as *partes especiais*, e, em seguida, por não ter a elegância literária do atual, para a qual trabalhára, obstinadamente, RUI BARBOSA.

Acomete-se, por fim, e virulentamente, contra não mais de meia dúzia de soluções, inferindo-se que sua adoção, num projeto de cêrca de novecentos artigos, justifica a condenação global.

Pedem os flancos atacados que um dos responsáveis pelo projeto, justamente aquêle que elaborou o ante-projeto, venha

defendê-los dêsses ataques, onde se permite ouvi-lo, e perante estudantes da Faculdade de Direito primaz do Brasil.

Um Código Civil não é um programa de reforma social. Não se justificaria, entretanto, sua elaboração se não para incorporar as tendências novas que desacreditam a legislação vigente, apontando seu divórcio com a realidade subjacente e a experiência jurídica dos povos mais cultos.

Em tôdas as nações ocidentais sopra forte o vento da renovação jurídica, endereçado à conconliação da *liberdade* com a *justiça social*, valores fundamentais da civilização, falseados, aqui ou acolá, por distorções exclusivistas.

Na sociedade brasileira dos nossos dias, essa aspiração já se tornou um dos seus impulsos existenciais, à procura de expressão jurídica. Num Código de direito privado, que se não conserve agrilhãoado às diretrizes do jusnaturalismo individualista, e pretenda ajustar-se ao espírito da época e ao sentimento geral, a síntese entre os dois valores reconhecidamente básicos da civilização contempotânea há de se objetivar na primazia dos interesses gerais da coletividade, sem sacrifício da dignidade da pessoa humana e sem ingerência do Estado em todos os aspectos da vida de cada indivíduo.

A evolução do Direito nêsse rumo, refletida no Projeto, não é tendenciosa projeção de doutrinas políticas ou de contingências históricas, mas imperativa transposição do "processamento" de fatos e idéias que emergiram da modificação das condições sociais e já sedimentaram concepções recebidas sem temor em outros domínios do ordenamento jurídico, nos quais se consolidam em expressivo testemunho de que não são efêmeros, nem refletem o pensamento faccioso de qualquer corrente ideológica subversiva.

A tendência social do Projeto corresponde ao sentido nítido da evolução da sociedade na generalidade dos países civilizados, sem que possa ser considerada avançada no conjunto da legislação nacional, nem à luz do direito comparado. Significa a repulsa a uma tradição morta para restaurar o império consentido do Direito, debilitado por seu confinamento voluntário para preservação de carcomidas raízes históricas. Não se inspirou, porém, em concepções exóticas, não carregou no segun-

do termo do binômio, não radicalizou a posição de prudente moderação que convinha tomar.

Conformou-se, ao contrário, às diretrizes persistentes desde 1934, em tôdas as Constituições, que se sucederam no país, constantes e equipolentes na perfilhação dos novos conceitos a respeito da ordem econômica do país, idênticos na substância e variáveis apenas na ênfase. Êsses conceitos novos estão impregnados programaticamente dessa essência social que precisa objetivar-se no texto de outra Constituição, a que regula a vida privada dos cidadãos e tradicionalmente se chama Código Civil.

Não mais se aceita o Direito como instrumento exclusivo de garantia dos interesses do indivíduo, conforme se supunha sob a influência da doutrina individualista. Quem quer que fôsse convocado à dificultosa tarefa de projetar um Código Civil, atestaria insensibilidade deante das novas condições existenciais do país e indiferença para as novas correntes do pensamento jurídico, se não se colocasse no ponto de intersecção das contradições entre concepções que precisam conciliar-se.

O Código Civil é a biografia jurídica do homem privado. Nêle devem ecoar os anseios que, inatendidos, se fazem ângustias, convertendo a vida de cada qual numa sequência de conflitos psicológicos. Um dos mais lúcidos espíritos europeus observava, há um quarto de século, que o drama do homem contemporâneo é obter que todos coexistam pacificamente no espírito de *liberdade* e de *justiça*, dado que não devemos consentir em renunciar nem a uma nem a outra.

De certo, não será a modernização do Código Civil que resolverá êsse sumo problema da humanidade, mas se a lei precisa espelhar as aspirações humanas, não pode acompanhar inflexões que ratifiquem ou induzam o sacrifício de um dêsses valores culturais pelo outro.

A ambiência nacional não rejeita essa política legislativa. Sinais inequívocos de sua aceitação notam-se em leis esparsas e arestos corajosos. Nem contrariáa, afinal, o senso de continuidade evolutiva da legislação. Nas linhas fundamentais, singulariza-se o Projeto pela captação da nova dimensão social do homem e do grupo nuclear de sua vida privada, tentando dar adequada resposta aos problemas, velhos e novos, com os quais se defronta à medida que enche seus dias.

Esta simples e necessária *mudança de perspectiva* não alija as bases culturais em que descansam, firmemente apoiadas, nossas instituições jurídicas do setor privado, mas o instinto conservador dos cultores do Direito, em geral, e de certos círculos mais aferrados à tradição, discordam veementemente dêsse *deslocamento*. Divergiram sempre de toda reforma. CLÓVIS BEVILAQUA, que era um santo, sentiu na própria carne, o ferrête dessas resistências, algumas raivosas, queixando-se da má vontade de alguns e dos lamentáveis desvios da crítica (*Prologo do livro que escreveu em defesa do seu projeto, pág. X*), mas, diante do surto das contestações, recebeu-as com tolerância, e até com benevolência, por que outra não podia ser, no seu entendimento, a atitude de quem conhece um pouco a história das idéias em qualquer dos domínios do saber humano (*Op. cit., pág. 297*).

Os próprios juristas proclamam sua inclinação conservadora como projeção, em suas mentes, da atividade profissional que exercem e do natural empenho em preservar a ordem econômica e social que os Códigos emolduram. É compreensível a reação, até quando se valem da tática de apregoar prematura a mudança, numa concessão que lhes tranquiliza a consciência. Às diátribes cumpre responder com esclarecimentos, evitando polêmicas quasi sempre preenches de excessos verbais, sobretudo naqueles, aos quais se referia o padre ANTÔNIO VIEIRA, que supõem mais valer os brados que as razões.

O espírito da reforma projetada concentra-se em princípios que têm, na imagem de POLACCO, a função de órgãos respiratórios de todo o ordenamento jurídico. Limitam-se porém, a incorporar novos critérios à disciplina dos institutos, sugeridos, segundo NICOLÓ, pela consciência mais profunda da vida coletiva e pela necessidade de temperar as manifestações do individualismo com os princípios da solidariedade social.

De referência aos dois institutos básicos do Direito exclusivamente civil, a *mudança de perspectiva* se deu com apoio em dois dêsses princípios: a *completa igualdade dos cônjuges*, correspondente à concepção de que a família evolui para se estruturar democraticamente, e a *relativização da propriedade*, correspondente à sua significação contemporânea de um direito

subjetivo, que, na forma de *empresa*, deve ser exercício para o bem comum.

Sobre êsses novos critérios diretivos do tratamento da família e da propriedade concentrou-se o fôgo das baterias, sem declaração de guerra, escolhidos alguns pontos mais expostos a uma crítica idônea a sensibilizar largos e despreparados setores da opinião pública.

Antes de apreciá-la com o exclusivo propósito de desfazer equívocos, importa empregar o método de esclarecimento na réplica a censuras de aspectos técnicos do Projeto, porquanto impressionam aos iniciados na ciência jurídica, assumindo, em consequência, a aparência de objeção mais consistente.

— 3 —

Levanta-se, primeiramente, contra a *sistemática*. Não se conformam alguns juristas com a supressão da *Parte Geral* do Código Civil, mas, verdadeiramente, as razões articuladas em favor de sua conservação não têm respaldo científico.

Invocam-nas os que não perceberam ter sido processo de *técnica legislativa* justificável nas condições históricas e ambientes da elaboração do Código Civil alemão, que o inaugurou sob a influência de correntes filosóficas e doutrinárias empenhadas na reconstrução dogmática do direito privado. Quando a idéia de codificar as leis civis começou a se corporalizar no século XVIII, prosperou o pensamento de condensar a legislação num corpo de princípios axiomáticos, simples, uniforme e imutáveis. A Escola do Direito Natural empenhara-se na elaboração de conceitos gerais, aperfeiçoados, em seguida, na Alemanha pelos *pandectistas*, já no século XIX. Compreende-se seu aproveitamento num Código elaborado no último quartel dêsse século, tanto mais quanto se acomodava à tendência abstracionista dos codificadores, própria do gênio alemão e necessária, como informa SOLARI, a completar o processo de emancipação civil do indivíduo naquêle país.

O prestígio da ciência jurídica dos alemães responde pela imitação a que se entregaram codificadores de outros países, entre os quais se alinhou o brasileiro. Extintas, porém, as razões

determinantes dêsse procedimento, e decadente o pandectismo, a *parte geral* tornou-se dispensável, senão repreensível. Na própria Alemanha, notáveis civilistas censuram-na.

A *parte geral* do Código Civil compreende, como sabem todos, *conceitos* ou *formulações abstratas*, sistematizados no pressuposto de sua aplicação a todos os institutos de Direito Privado.

Do ponto de vista da *técnica legislativa*, a incorporação de conceitos científicos, sistematicamente ordenados, a um corpo de leis é hoje condenada. Um Código não deve ser um compêndio de Direito, senão obra de cunho prático e conteúdo *normativo*, como nos adverte TRABUCHI. As *noções, definições, e classificações* são excrescentes, eis que, como lembra GAUDEMET, a função da lei não é ensinar, senão *comandar*. As disposições acadêmicas, sem qualquer eficácia normativa, são mais adequadas à escola do que ao fôro, como sentenciou, com muita propriedade, o nosso SANTIAGO DANTAS.

Do ponto de vista *pragmático*, é patente a inconveniência dessa "aglomeração de elementos heterogêneos e abstrações inúteis ou desorientadoras". Já se salientou sua nocividade à própria doutrina "pelos entraves que tais disposições opõem à livre elaboração dos conceitos científicos". Observa-se, em generalizado depoimento, que a "parte geral" do Código Civil tedêsko determinou, na pátria de SAVIGNY, a queda de produção doutrinária, sendo opinião corrente que concorreu para o rebaixamento de nível dos estudos dogmáticos. (SANTORO PASARRELLI, *Dott. gen.*, pág. 40).

De resto, dificulta, por inadaptação, a solução de controvérsias oriundas da aplicação de preceitos ordenados nas partes especiais.

Ocorre, ademais, que a *reelaboração* dogmática levada a cabo pelos juristas alemães do século XIX sofre atualmente nutrida contestação. O *positivismo científico*, que os norteou, levando-os a ver nos conceitos jurídicos realidades lógicas independentes, para sempre, dos *valores* jurídicos, cedeu ao impacto dos acontecimentos que desencadearam a crise espiritual do nosso tempo, e derrocaram seus pressupostos culturais. Nessa conjuntura, seria impertinente reproduzi-los, e temerário substituí-los com a força de lei. Não devendo ser o Código Civil

um manual de teoria geral do Direito, ou uma apostila de epistemologia jurídica, sua dogmatização seria, quando menos, inoportuna.

As razões até agora sumariadas para justificar a ablação da *parte geral* do Código Civil robustecem-se com o argumento decisivo da *frustração de sua finalidade*.

A sistematização de *princípios, conceitos e noções* no primeiro livro da codificação é defendida, principalmente, porque seu cunho de generalidade simplifica a estrutura do Código, evitando repetições nos livros especiais, e tornando-a funcional. Reunir-se-iam as *disposições comuns* a tôdas as relações jurídicas, condensando-se em preceitos gerais e disciplina a que se devem submeter nos seus elementos universais.

Tal finalidade não se alcança, entretanto, como sabe quem quer que maneje o Código Civil.

Divide-se a *parte geral* em três livros, relativos, sucessivamente, às *pessoas*, aos *bens* e aos *atos jurídicos*, isto é, aos *sujeitos de direito*, ao *objeto* e ao *fato gerador* da relação jurídica.

As disposições concernentes às *pessoas*, notadamente as que regem a *capacidade*, modificam-se no *Direito de Família* e das *Sucessões*. Regras atinentes às *pessoas jurídicas* especializam-se na disciplina do contrato de sociedade, regulado no livro do *Direito das Obrigações*.

O livro dedicado ao *objeto* das relações jurídicas limita-se a definir e classificar os *bens*, sem qualquer referência às *prestações*, tornando-se, conseqüentemente, parte especial que interessa ao *Direito das Causas* e só, de modo reflexo, ao *Direito das Sucessões* e das *Obrigações*.

No terceiro e último livro da *parte geral*, derrama-se o legislador em disposições respeitantes aos *atos jurídicos*, que se aplicam, na sua maior parte, unicamente às obrigações.

Dirigem-se fundamentalmente aos *contratos*, não obstante o tom de universalidade que se lhes pretendeu emprestar. Ignorando a distinção entre *negócio jurídico* e *ato jurídico* "stricto sensu", o legislador ocupa-se apenas das *declarações negociais*, cuidando dos seus *defeitos*, dos seus *elementos acidentais*, de sua *invalidade* e *ineficácia*, de sua *forma e prova*.

Tais disposições não são comuns, entretanto, a tôdas as re-

lações jurídicas, faltando-lhes, pois, o caráter de generalidade que as justificaria, inaplicáveis, como são, aos próprios atos jurídicos "stricto sensu".

Os vícios do consentimento acham-se regulados em função das relações contratuais. O erro assume conceituação particular como vício da vontade no casamento, singularizando-se, ainda, no testamento. O dolo não vicia o consentimento no matrimônio, nem a simulação determina sua anulabilidade.

Diversas relações do Direito de Família, como o próprio casamento, o pacto antenupcial, o reconhecimento de filho, a adoção, a legitimação adotiva, a obrigação de alimentos, não podem ter sua eficácia subordinada a condição, ou termo. Esta modalidade dos atos jurídicos é inadmissível, também, na instituição de herdeiro.

Proclamam todos o particularismo da teoria das nulidades no Direito de Família e assinalam sua especialização no Direito Hereditário.

A própria forma dos atos jurídicos particulariza-se no Direito das Sucessões, bem como a regra que traça o critério a ser observado na interpretação dos atos jurídicos em geral.

Restam as disposições tocantes aos atos ilícitos e à prescrição, que se situariam corretamente no livro do Direito das Obrigações, por isso que os primeiros são fonte dessas relações patrimoniais, e a outra, uma das causas gerais de sua extinção.

Procedem, assim, os reparos de HAHNEMAN GUIMARÃES e OROSIMBO NONATO a respeito da contraditória e paradoxal especialização da parte geral, cujos preceitos, no magistério do segundo, não se ligam, de modo imediato, aos institutos a que se referem.

A se julgar necessária a incorporação de conceitos consagrados nessa parte geral, seria mais adequado deslocá-los para os livros em que seus reflexos se projetam em termos de mais larga consubstanciação, como procedeu o autor do ante-projeto do Código de Obrigações em relação à matéria dos fatos jurídicos regulada atualmente na parte geral.

Se os elaboradores do projeto de Código Civil estivessem convencidos da necessidade de manter a parte geral, ainda assim teriam de abandonar o propósito. A decisão do Governo unificar o direito privado num Código de Obrigações era obs-

táculo irremovível, por se não justificar sua inclusão em qualquer dos dois, a não ser acompanhando a mutilação condenável do primeiro. Óbvio é que, desconjuntada, deixaria de ser parte geral, e, se incolume, extravasaria.

— 4 —

Não se detem a crítica nessa exprobação à sistemática do Projeto. Agride-o na sua forma, sem chegar, todavia, àquêle lamentável desvio de crítica que encaminhou a discussão do Código vigente para questões de estilo e gramática (CLÓVIS BEVILAQUA, *Op. cit.*). Condena-se, entretanto, a singeleza e a sobriedade da linguagem. A perfeição literária que distingue o Código Civil, pacientemente burilado pela pena insubstituível de RUI BARBOSA, louvável a todos os títulos, lhe imprimiu, sem dúvida, as belezas de um estilo escoreito e elegante, que, no entanto, está desajustado dos padrões estéticos dos dias correntes. Exige-se menos fausto, mais sobriedade, não precisando as leis, como acentuava ANTUNES VARELA na apresentação do novo Código civil português, de beleza lingüística ou de formosura literária, senão de clareza, precisão e segurança.

Tentou-se alcançá-las mediante a redação de preceitos concisos, em estilo aforismático, e o cuidado de evitar excessivo conceitualismo, prevenindo obscuridades. É possível que se não tenha cumprido o propósito, mas ainda prospera, neste país a falsa idéia de que não se casam clareza e profundidade, rasteiros se considerando os que forcejam por escapar ao preciosismo no estilo jurídico. Na apresentação do Projeto, transmitimos a nossa suposição de que, também nos Códigos, o estilo, como admitiu o Padre Antônio Vieira, pode ser muito claro e muito alto, tão claro que entendam os que não sabem, e tão alto que tenham muito que entender nêles os que sabem.

Esse estilo sóbrio e simples recomenda-se às codificações modernas, ninguém tendo se abalanzado a censurar o monumental Código Civil suíço por que o adotou.

Por fim, a literatura polêmica masturba-se à roda de meia duzia de disposições, tôdas constantes do livro do Direito de Família, em cuja área são mais encarniçadas as resistências a qualquer mudança.

O terreno é, realmente, muito acidentado, prestando-se a ataques desferidos de abrigos naturais, carregados de emocionalidade e impulsionados por preconceitos empedernidos. A ressonância dessas sortidas alcança setores menos esclarecidos e ganha volume à medida que se associa, qualquer inovação sugerida, ao receio de que abale a estrutura da família, que gregos e troianos reconhecem ser a “célula básica do organismo social”. É compreensível que a indignação de rotineiros, profissionais ou amadores, tenha acicatado a furia de “invectivas acintosas” ao Projeto, perdoáveis nos menos prevenidos e nos sinceros. O instituto da família é dominado por enraizadas concepções religiosas e éticas que se opõem a qualquer alteração jurídica, no temor de que a desagregue.

Para entender modificações que, em verdade lhe não tocam na essência, é preciso analisá-las sem espírito preconcebido, cientes e conscientes os juristas de que nenhuma instituição permaneceu imutável ao longo dos séculos.

Elevando-se o pensamento acima das paixões sectárias, não se poderá negar que a evolução dos costumes reclama a institucionalização da família em moldes que permitam adaptá-la às exigências das condições históricas e sociais que modificaram radicalmente o comportamento dos indivíduos e o teor de suas relações no seio do grupo doméstico.

É incontestável que o conceito de família no Ocidente contém, no presente estágio do processo histórico, segundo a lúcida observação de FRIEDMAN (*El derecho en una sociedad en transformación*, pág. 222) *tensões e conflitos fundamentais*, que vieram à tona em três campos definidos: 1.º o das *relações entre marido e mulher*; 2.º o das *relações entre pais e filhos*; 3.º o das *relações da família com o Estado*.

Tais relações não podem continuar a reger-se pelas regras vigentes quando a família constituía uma *unidade econômica e social*, “fechada, autoritária e procriadora”. A urbanização

da sociedade industrial, para a qual, caminhamos a largos passos, vem modificando gradualmente essa imagem da família, ainda persistente nos recônditos mais atrasados do país. A sociedade *urbana* alterou profundamente a posição das mulheres casadas e o quadro das relações domésticas, crescendo, por outro lado, a intervenção do Estado, não apenas para orientar, fiscalizar e controlar a vida do grupo familiar, mas, também, para se substituir a êle, assumindo obrigações dantes carregadas sobre o chefe da família.

Negar essas transformações, indicadas em apertada síntese, é fechar os olhos à evidência mesma.

Sem sacrificar, ou, até, arranhar qualquer dos *princípios básicos da família ocidental*, o Projeto atentou para essa evolução irreversível.

Obediente a êsses princípios, manteve o casamento como o ato exclusivo de fundação da *família*, conservou a *indissolubilidade do vínculo matrimonial*, atribuiu a seus membros direitos recíprocos, tradicionalmente reconhecidos, impôs-lhes deveres e obrigações indeclináveis, e puniu civilmente, com a sanção específica, não somente as relações sexuais “extra matrimoniais”, mas, também, as graves violações dos mais importantes deveres matrimoniais.

Ademais, conservou as mesmas *causas perentórias* do desquite, concentradas no princípio da culpabilidade, facilitando a *reconciliação* dos conjugues desavindos.

Marchou, decididamente, porém, para estabelecer a *paridade conjugal*, assegurando iguais direitos ao marido e à mulher, convencidos, os seus autores, de que, na sociedade urbanizada dos nossos dias, outra não pode ser, juridicamente, a posição do cônjuge feminino.

Essa orientação tem provocado a indignação dos que guardam na memória e na vontade a imagem da família patriarcal e desejam que se estampe na lei, conquanto saibam, até intimamente, que está superada, e sintam, no próprio ambiente doméstico, que a coesão da família não descansa mais na autoridade social e autocrática do marido e pai.

Os que censuram-na considerando-a um passo à frente muito avançado, ignoram, ou esquecem, que a estrutura jurídica da família brasileira não é mais a que foi plasmada, há mais de

meio século, no Código Civil. Há oito anos, precisamente, alterou-se com o *estatuto da mulher casada*, baixado pela lei n. 4.221, em cujo contexto se encontram os novos princípios de política legislativa norteadores de sua condição atual, aproveitados, desdobrados e aperfeiçoados no Projeto.

Ligeiro confronto entre os dois textos revela a inspiração comum e atesta a consagração legal da dignificação jurídica da mulher que se uniu a um homem pelos laços do matrimônio.

A revolução doméstica instaurou-se nêsse diploma legal. Foi êle que extinguiu a *incapacidade relativa* da mulher casada, deferiu o *pátrio poder* a ambos os cônjuges submetendo as divergências a solução judicial, dispensou a *autorização marital* para a prática de diversos atos que a exigiam, legitimou-a a exercer a profissão de sua escôlha, assegurou-lhe o direito de ter *bens reservados*, fê-la colaboradora na administração do patrimônio comum e lhe consentiu divergir da escôlha do domicílio conjugal, determinando que se faça pelo acôrdo dos cônjuges.

Limitou-se o Projeto a consignar tais inovações na ordem direta e em estilo franco, sem as perífrases e logomáquias empregadas para amortecer o choque da mudança, àquêle tempo radical.

As recriminações não passam, por conseguinte, de ir-resignação diante de um texto legal que os inconformados detestam por ter abandonado a concepção *neo-feudal* da família, totalmente desatualizada.

— 6 —

Na impossibilidade de sensibilizar a opinião pública mediante a veiculação dêsse visível retrocesso, os descontentes com o Projeto concentraram os assaltos em duas disposições, e não mais, as dos arts. 92 e 119.

O primeiro refere-se a *nôvo casamento* e o segundo à *anulação do matrimônio por êrro essencial*.

O art. 92 introduziria, *ostensivamente*, o *divórcio* e o art. 119 o estabeleceria, de modo *disfarçado*.

A atoarda em tôrno das duas preposições obriga a se perder algum tempo na apreciação dessas acusações injuriosas.

O *Anteprojeto*, de minha autoria exclusiva, rezava

“Ninguém pode contrair nôvo casamento sem ter feito a prova de que o anterior foi dissolvido pela morte, ou *declarado inválido*”.

A Comissão Revisôra deu-lhe a seguinte redação:

“Ninguém pode contrair nôvo casamento sem provar que o anterior foi dissolvido pela morte, ou por *sentença transitada em julgado*”.

O *divórcio “a vinculo”* estaria escancaradamente propôsto nessa disposição por que a *morte extingue* o vínculo matrimonial em vez de *dissolvê-lo*, e a referência a *sentença transitada em julgado* indicaria o propósito de admitir o *rompimento do vínculo* contraído mediante casamento *válido*.

Quem quer que tenha conhecimentos elementares de hermenêutica não pode aceitar êsse raciocínio.

A primeira suposição é inteiramente despropositada. Se o emprêgo do verbo *dissolver* em relação ao efeito da morte sôbre o vínculo matrimonial induzisse propósito divorcista, estaria manifestado desenganadamente no Código Civil em vigor, pois, no *parágrafo único* do art. 315, que passou pelo crivo de CARNEIRO RIBEIRO e RUI BARBOSA, está escrito:

“O casamento válido só se *dissolve* pela morte de um dos cônjuges”.

A segunda conjectura resulta, se de boa fé, do êrro de interpretar-se *isoladamente* um preceito de lei sistemática. Uma vez que o Projeto declarára no art. 141, único do capítulo intitulado “*da dissolução do vínculo matrimonial*”, que êle se *dissolve* pela morte de um dos cônjuges, e, no *capítulo seguinte*, (art. 142), alusivo ao *desquite*, estabelecera que, por êle, os cônjuges se separam “*sem quebra do vínculo matrimonial*”, é fóra de qualquer dúvida que, na referência ao trânsito em julgado, alude o Projeto à *sentença* que *anule* ou *decrete a nulidade* de casamento anterior. Note-se, além disso, que o artigo regula a hipótese de *segundas nupcias*, permitidas às pessoas cujo casamento foi declarado nulo, ou anulado, por sentença judicial.

A tôdas as luzes, ninguém pode sinceramente supor que compreende sentença de *divórcio*, eis que o *casamento válido* somente se *dissolve* pela morte de um dos cônjuges, como está escrito com tôdas as letras no *art. 141*.

O *divórcio disfarçado* estaria homisiado no *art. 119*. Proveu do *art. 126 do Anteprojeto* assim redigido:

“É também anulável o casamento quando um dos cônjuges o houver contraído por êrro sôbre qualidades tão essenciais do outro que o seu conhecimento posterior torne intolerável à vida em comum, tendo-se em vista as finalidades do matrimônio”.

Entendeu a Comissão Revisôra de suprimir a oração final e omitiu, por desnecessária, a referência à *essencialidade das qualidades*.

Nem por isso abriu a porta às *anulações*, tornando-as “*ersatz*” do *divórcio “a vinculo”*. Em primeiro lugar, porque, enquanto o *divórcio* se obtém provando-se ato culpôso superveniente ao casamento, a *anulação* só se dá por fato anterior e desconhecido do outro cônjuge, cuja descoberta torne insuportável a vida em comum. Esta mesma configuração encontra-se no *art. 219, inciso I, do Código Civil*, com a restrição de que as *qualidades essenciais* digam respeito à *identidade, honra e boa fama*. Não obstante a elasticidade dêsses três conceitos, o fôro anda êrmo de ações anulatórias de casamento, que não atingem mais de 1% dos matrimônios realizados neste país. Teme-se que a magistratura venha a facilitar as *anulações*, interpretando levemente a simples alusão a *qualidades pessoais*. Êsse juízo, além de injurioso, somente poderia impressionar se a lei não houvesse exigido a intervenção do Ministério Público e de um curador ao vínculo, bem como o recurso “de ofício” em tôda sentença anulatória.

Propósito de insinuar o *divórcio* não poderia ter quem, afinal, buscou a fórmula em Códigos que admitem-no francamente, sem precisar disfarçá-lo.

Queixumes e repreensões nesse estilo não abalam o rigor técnico das soluções propostas.

Importa, porém, que, acima das discordâncias, se unifique a consciência da necessidade de recodificar as leis civis por forma a tornar o empreendimento uma das mensagens culturais da época que vivemos, açoitada pelos ventos que não exigem apenas modificações, senão *mudanças*.

Encerrando as belas páginas do seu livro sôbre o Direito numa sociedade em transformação, W. FRIEDMANN, professor na Universidade de Columbia, adverte-nos que seria trágico se o Direito estivesse tão petrificado que não pudesse responder aos estímulos das mudanças evolutivas e revolucionárias da sociedade. São essas instigações que, no seu parecer e juízo, não permitem ao jurista, conscio de suas responsabilidades contentar-se em ser um artesão.

Mas é, sobretudo, a sua disposição de espírito para apreendê-las que dignifica seu ofício e o qualifica para ser “veraz consigo próprio e para com os demais”.

MÚSICA DO SILÊNCIO

MARIA DO CARMO BARRETO CAMPELLO DE MELO

MÚSICA DO SILÊNCIO

Edição de Estudos Universitários
Universidade Federal de Pernambuco

Recife — 1968

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Música do silêncio	13
PRIMEIRO MOMENTO: OS SÍMBOLOS	
A reconciliação	17
O Natal	18
A mãe	20
A marca	24
O dia	25
A menina	26
O menino	27
A janela	28
O mar	29
O vegetal	30
A porta	31
A âncora	32
A semente	33
A fome	34
A tristeza	35
Os dormentes	36
O limite	37
SEGUNDO MOMENTO: OS SOBREVIVENTES	
Os sobreviventes	41
Os muros	44
A palavra	46
A noite	47
A face	50
A ponte	52
Os passos	53
O esquiador	56
Poema em solidão	58

APRESENTAÇÃO

Se os bons poemas são aquêles que se estruturam ao nível da linguagem e não dos temas, êste livro de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo — *Música do silêncio* — não poderia escapar ao primeiro sentido dessa definição, sòmente agora possível graças aos avanços da lingüística, sobretudo da lingüística funcional. A poesia tem sido apontada durante muitos séculos como o reflexo de uma função misteriosa do espírito. Assim, a linguagem do poema nada tem de semelhante à linguagem científica, ou à linguagem cotidiana; é sempre imprevisível, chocante, predisposta aos desvios em relação às “normas”, que não são eternas — como demonstravam os formalistas russos — pois a própria *norma* do poeta é romper as codificações da língua organizada como sistema, e daí a sábia afirmação de Coleridge de que o bom poeta é aquêle que expande o reino das palavras e faz de sua língua um grande idioma.

Embora não se procure mais, em nosso tempo, apresentar a angústia como um dos motores que colocam em movimento o espírito do poeta, o certo é que a poesia de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo se manifesta sob o signo da angústia. Para ela, tudo está quieto, em silêncio, nada se move, nos mais diferentes pontos do mundo em movimento. Apenas a sua “angústia perambula e se agita na grande paz da noite”:

Senhor é preciso que venhas como o
grande esperado, como o sol sempre antigo e sempre nôvo
cada manhã,
como a origem e o fim, como
a lágrima desejada e chorada,
como a grande angústia a grande paz que
me irmanará aos outros sêres e me reconciliará
com tôdas as coisas.

Os seus poemas são quase todos compostos em verso livre,

verso que me parece bem menos livre e até mais difícil do que o verso solto ou branco. A principal dificuldade do verso livre está na necessidade que tem o poeta de ajustá-lo aos movimentos poli-rítmicos, sem forçar as pausas, sem que a expressão endureça ao ouvido do leitor. Especialmente o leitor acostumado a estabelecer hierarquias de gosto e de valores, por ser um tipo de leitor mais experiente do que os demais: refiro-me ao crítico. Dificilmente um leitor comum pode — apoiado apenas no gosto — estabelecer diferenças entre um poema de Gonçalves Dias e outro de Cassimiro de Abreu. Ou num exemplo mais elucidativo: entre um poema de João Cabral de Melo Neto e um poema de J. G. de Araújo Jorge. Daí minha recusa em aceitar teses tão ingênuas como a dos que acreditam que um bom poeta é aquele cujos versos podem facilmente cair no gosto popular; e até serem repetidos pelo povo. Acredito que Maria do Carmo Barreto Campello de Melo recusaria tal fama, como a recusaram explicitamente os fundadores da lírica moderna: Baudelaire, que afirmava “haver certa glória em não ser compreendido”; do grande G. Benn, ao sustentar que os poemas que o povo sabe de cor não passam de confissões sentimentalíides; ou o testemunho do maior poeta italiano de nosso tempo — Eugênio Montale — quando diz que se escrevesse versos com a intenção de ser compreendido jamais faria poemas.

Não quero dizer que a poesia de Maria do Carmo seja difícil; apenas julgo que ela conseguiu dar a cada poema um elevado número de conotações. Quando tais poemas são lidos por leitores comuns, significam aquilo que realmente está escrito no papel; alcançam, assim, o primeiro grupo na totalidade dos leitores, entre os quais as conotações se estratificam. Mas justamente, por ser a linguagem poética sempre conotativa e não denotativa como na ciência, é que cada poema poderá alcançar diferentes significados, tudo dependendo da educação estética ou do conhecimento dos leitores não apenas sensíveis. Pois para compreender a poesia moderna nem sempre a sensibilidade é suficiente. O indivíduo pode ter sensibilidade mas se estiver privado de conhecimento nem sempre poderá entender o que *sentiu*. O grande erro de José Veríssimo ao condenar Cruz e Souza não foi tanto por um colapso da sensibilidade. Foi antes pela falta de conhecimentos. Ele não compreendia o sim-

bolismo, pois nada sabia das intenções teóricas de Baudelaire, enriquecidas por Rimbaud, Lautréamont, Mallarmé, Verlaine. Ignorava completamente as teses sobre a “poesia do futuro” elaboradas, ainda no século XVIII, por Novalis. Foi vítima da ausência de uma tradição crítica em nossa língua.

Mas como fugir o leitor ao encontro de poemas como *O esquiador*, onde se fala da “crisálida humana” que “delira” (?):

Antes do vôo
SOU
e não esquiador.
O pulo
(o sonho, o sono a morte)
e este pé cansado
pisando a terra e a vida,
este pé
(asa ou raiz?)
que se exercita
entre o chão e o ar.

Por quê transcrever todo o poema? Por que tentar uma explicação que o leitor inteligente sempre está disposto a dispensar? Por que dizer que um tal poema preenche o sentido daquela frase de Heidegger, quando afirmou que a poesia é a fundação do ser pela palavra? Sim. Toda a poesia é fundação. Nada poderia demonstrar melhor do que a série *Poemas em solidão*, agrupados neste volume.

Sempre defendi a tese de que não devemos procurar explicar a poesia dos poetas vivos. A função da crítica em relação a tais autores é apenas a de registrar a sua presença. Chamar a atenção para suas obras, por tudo aquilo que eles vão criando; só mais tarde é que seus poemas poderão ser explicados, porque sendo produtos da criação humana — cedo ou tarde — serão incorporados à consciência cultural, a única que preserva o artista do olvido e o defende das flutuações do gosto no espaço e no tempo. É dentro dessa perspectiva que situo este livro de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo.

Recife, outubro de 1968

César Leal

A vida é meu canto

Meu canto sou eu

Marcus Accioly

MÚSICA DO SILÊNCIO

I

Era um silêncio.
Um silêncio como nenhum outro.

(Talvez fôsse um dos pedaços
do grande silêncio inicial.)

E era um silêncio presente e dinâmico
e não era pesado, nem opaco,
mas pleno e transparente.

Era dadivoso
e se abria como uma grande e branca flor
e tão vibrante
que quase se julgava ouvir
vozes nesse silêncio

E êle gerava coisas,
e sua presença era tão harmoniosa e criadora
que dêsse silêncio brotava
uma música.

II

As mãos repousavam imóveis
(mas colheriam rosas)

As mãos restavam plácidas
(mas desejariam voar)

As mãos permaneciam na sombra
(mas amavam a luz)

As mãos eram mudas
(mas desejavam falar)

As mãos guardavam silêncio,
um silêncio sem música

(Ah, elas não poderiam cantar, as tristes mãos)

Primeiro momento:
OS SÍMBOLOS

A RECONCILIAÇÃO

Tôdas as coisas estão quietas
e plácidas,

tôdas as coisas estão em paz e não se atormentam
e tranqüilas restam como quem guarda um grande segredo
que as torna felizes.

E sabes, Senhor, que só a minha angústia perambula e se
agita na grande paz da noite,
e é como um grito (ou um soluço) que desconcerta a noite
e tôda a sua quietude.

Senhor, é preciso que venhas como o
grande esperado, como o sol sempre antigo e sempre nôvo
cada manhã,
como a origem e o fim, como

a lágrima desejada e chorada,
como a grande angústia e a grande paz que
me irmanará aos outros seres e me re-
conciliará com tôdas as coisas.

O NATAL

I

Nesta noite única entre tôdas as noites,
novamente, Maria, darás à luz teu Filho.
E tôda riqueza,
tôda glória,
todo poder
serão nada
ante a singeleza da tua dulcíssima maternidade.
E tu que trazes a aurora em teus cabelos
iluminarás tôdas as faces
que se voltarem para o teu humilde presépio
ondes cobres o teu Pequeninino com um manto de luar

Nesta noite,
tôdas as noites simples e puras serão amadas e queridas
porque do teu imaculado ventre brotou um Lírio
que encheu o mundo com o seu perfume.

II

Natal Sem Ela
(para uma mãe morta)

E havia a mesa
que recordava os gestos
(onde as mãos?)
e a verdade,
de repente amadurecida,
pesando como um fruto.

E havia
a grande dor
pairando no ar
estraçalhada.

Os corpos,
cansados do segrêdo
(de todos e de cada um)
debruçam-se e devoram
sua dor
(que por ela se gastam
e dela se nutrem)

os corpos
comem, mansamente,
sua refeição de dor.

Só a Árvore
irrompia da mesa
e era estranhamente
Verde e Viva.

I

Vem de longo tempo o teu nome,
antes de tôdas as auroras
fôste pensada,
caminhando à luz dos teus passos,
os homens sofrem melhor
sua solidão.

Em cada ser semeaste
um pouco da ternura de que és feita,
e ante ti
somos apenas filhos,
e irmãos uns dos outros,
ó ser múltiplo,
imenso como tôda a terra,
ventre fecundo onde cabem os homens,
pobres e ricos, de tôdas as côres,
entranha geradora de onde o bem provém,
e já não há nenhum órfão.

Teu nome,
manso como um crepúsculo,
é segurança,
e tua cabeleira, negra como a noite,
através de milênios é manto
para o nosso desconôlo.

II

Teu nome,
 não direi,
mas só que estás, um pouco,
naquelas cujos ventres geram.

Não direi teu nome,
mas só
que és relva
e verde
campo de pouso para os nossos sonhos.

Teu nome não é fim
mas é caminho
e através do teu nome multiplicado
(semente
e prisma) caminhamos.

Teu nome
não é estéril, mas fecundo:
das palmas de tuas mãos abertas
surgiram pães
para tôda a fome do mundo,
brotaram flôres do canteiro das tuas mãos,
de ti
que te renovas tôdas as horas,
que és terra e lírio
que és noite e dia.

Teu nome não direi,
ó irmã do arco-íris,
mas só que êle nasce
como uma flor de luz
na minha bôca.

Teu nome não direi
e o poema não te aprisionará.

O PAI

Semente que me geraste,
tronco de onde provim,
tuas longas raízes,
mergulhadas em milênios,
sugaram a seiva do tempo
e teceram o mistério
de que somos feitos.

Sem ti,
seremos ramos secos,
inconsequentes efeitos
desgarrados da causa,
pois tua seiva nos deu direito à vida
e teu amor é pão que nutre e ampara.

De ti,
feito de ternuras,
e tão manso dentro de indestrutível fortaleza,
bem do teu íntimo
provém, certamente,
a côr dos nossos olhos,
ó ponte,

elo,
traço
que nos marcaste com o teu sinete
e nos deste o nome
que nos revela ao mundo
e pelo qual seremos chamados
diante da Face de Deus.

Suaves são as pegadas
na mansa areia do deserto.
O sinal,
imaculadamente virgem,
guarda a saudade daquele que passou.

Ó tu que marcaste o alvo lençol
com os teus pés
de insatisfeito devorador de caminhos,
teus passos não foram perdidos:
as marcas que deixaste,
na areia estigmatizada,
lembram o homem
que povoou o deserto com os seus sonhos
e que vive
na relíquia deixada
através das feridas na areia

O dia começou a viver
e tomou conta do mundo.
A luz ri.
O dia desperdiça a sua claridade,
esbanja sua poesia dourada.
Até onde dorme a preguiçosa sombra
estica suas fitas translúcidas,
e cega de ouro o pássaro em pleno vôo.

O dia tomou conta de mim, a luz me torna boa.
O dia dói na minha carne.
(Ó Senhor, como poderei suportar
êsse imenso fardo luminoso?)
Que farei do meu dia?
Que sentido darei a êste dourado presente?
Abrirei, ao dia, um coração de cristal
e ficarei com um arco-íris na minha alma.

A MENINA

(quadro de
Terezinha
Costa
Rêgo)

No quadro
a menina permanece
cristalizada no tempo,
para sempre.

Ela nos olha
e
não nos vê.
A menina abriu as janelas
de seu mundo íntimo de poesia
e volta para nós
os seus imensos olhos de pensamento.

O tempo
é cúmplice da menina:
ela não será jamais interrompida
em seu sonho.

Debruçada
a menina é um poema,
plácida e tranqüila,
vertendo ternura dos seus grandes olhos
lavados de beleza.

O MENINO

(quadro de
Terezinha
Costa
Rêgo)

O menino
arrumou todos os seus sonhos
e fugiu, com o tempo, no seu louro barco.
O menino é marujo!
(— êle ama a rosa dos ventos
e chama o mar de seu irmão.)

Aonde êle irá, não importa:
êste é o seu brinquedo.
O menino enfuna ao vento
a sua gola de marinheiro
e navegando ao ritmo do sonho
parte ao encontro de um poente
ou de um loura estrêla.

A JANELA

É preciso uma janela.
E abri-la e debruçar-se nela,
num gesto adolescente.

Quero a lua do sol,
quero o sonho
(ó roseiras, baixai vossos espinhos
para eu vos acariciar).

Abri os olhos:
não deixeis que morram em vão
os crepúsculos.

Eu vos digo
que a tarde era simplesmente uma tarde
até que eclodisse diante dos meus olhos
o poema amarelo das acácias.

O MAR

Poema

(substancial) ao mar

Não te quero forte:
Só os que não te compreendem amam pelejar
contigo.

Os ingênuos fizeram de ti um brinquedo,
mas tu és grave,
grande mar primeiro e único
que desde as origens permaneces,
mar imutável, saturado de algas e sargaços,
sacro mar bíblico
que lavaste a face da terra
coberta do limo primitivo.

Mar, meu irmão e irmão da brisa,
recebo tua tranqüila mensagem lírica,
sinto que tu e eu somos da mesma substância,
quando me envolvo na transparência líquida
das tuas mansas águas
que um dia refletiram a primeira aurora
e o grande arco-íris da paz.

Entre a flor e o lodo a mão estendo
(que a mão também é flor)
e os longos caules dos meus braços
agito
em direção à luz.

Trago o sol prisioneiro nos meus olhos
pois entre auroras e poentes vivo,
(e entre

 uma aurora
 e
 um poente
há só o vazio...)

No meu delírio vegetal,
inquieto,
os pássaros que se aninham em meus cabelos
enquanto entrego ao vento deslumbrado
as pétalas desfeitas dos meus dedos...

Vens,
abres a porta,
e em sua moldura
tua figura se recorta
(parede elástica e porta é solidária)
e mal percebes
que transpões um mundo
quando transpões a porta.
E, no entanto,
aqui dentro,
cada um de nós é um mundo
e nem sempre
te abrimos nossa porta.

A ÂNCORA

Andaremos por paisagens várias
mas voltaremos ao marco primitivo

A rosa dos ventos permanece
como estrêla única.

Fragmentar-nos-emos em mil partículas
para atender ao seu apêlo múltiplo:

- Assistiremos novamente à criação,
na aurora dois pólos.
- Dedilharemos a harpa dos mil fios do mundo.

Mas, secretamente sabemos
que retornaremos à paisagem primitiva,
onde a certeza será uma âncora
para o espírito disperso nas mutações.
Na paisagem primeira
a nós mesmos encontraremos
e restaremos.

A SEMENTE

Teu amor em mim
é vida,
tua semente,
amada e aceita,
germinou.

Sou teu chão,
incorrutível solo,
onde caminhas com passos resolutos.
Sou tua gleba,
(escreveste em mim teu nome)

Teu amor em mim
é fruto,
caminho
e trago em mim o Mistério.

Tua semente,
em mim,
é vida.
Eu a nutrirei com meu sangue
até que desabroche em flor.

A FOME

Tua fome,
a face vária
não matará.
Tua fome,
nascida dentro de ti mesmo,
mergulha suas raízes na origem
e antes que tu fôsses,
tua fome Era.

Fome,
maior do que (tu,
que a conténs)
tua fome de amor e de infinito,
não saciarás.

Fome,
que é vácuo
e solidão
(se não a entendes)
mas pode ser ponte,
janela,
escada,
vão...

Tua fome
a face vária
não matará.

A TRISTEZA

A môça depõe o quotidiano
e veste-se de lilases.
O seu mundo de solidão
a envolve.
Não é esta a hora dos heróis
nem dos gestos,
mas do pensamento, do sonho.
Por isso ela quedaria deslocada
numa paisagem ardente de crepúsculos,
com os arco-íris brincando entre seus dedos...

A môça depõe
o acidental,
o complexo,
o efêmero,
e passeia sua tristeza
vestida de lilases.

OS DORMENTES

(Poema aos dormentes
da
estrada de ferro
Madeira Mamoré)

Atentai, irmãos,
poetas de todos os quadrantes:
a máquina vai chegar.
É preciso um tapête de sangue e de púrpura
para o monstro de narinas fumegantes.

E cada dormente
é um homem.
E cada homem é um dormente,
fileira derrubada de um exército desarmado.

Juntai
as pobres achas horizontais,
atai-as,
atai-as logo num feixe,
para o sacrifício final.
Não percais tempo,
a máquina se aproxima
e ela quer sangue e dor por alimento
que é êste seu amargo repasto.

O LIMITE

Esta tênue linha,
o limite,
pode êle ser
o fino traço
de fogo ou sangue
que divide o medíocre do herói,
o mau do bom,
o limite
pode ser que sejam
os teus olhos rasos d'água.

A definição exige um passo.

Só te vi um lado da face
ó meu irmão,
por ela não te julgarei:
quem sabe
se a trilha que teus pés atravessaram
foi coberta de pedras
ou juncada de urzes?

Os cautelosos
dividiram o tempo e limitaram o espaço
(Transporemos
horizontes e arco-íris
ao encontro do infinito.)

**Segundo momento:
OS SOBREVIVENTES**

OS SOBREVIVENTES

E restamos nós
e a nossa verdade,
de repente estranha
e real como um fruto maduro em nossas mãos.

E restamos nós, os sobreviventes,
açoiados pelo vento da vida.
(Agora há antes e há depois)

Mas urge
reunir os destroços
(com êles) compor um nôvo barco.
Somos uma pedra no grande jôgo
e cada pedra há que estar em seu lugar.
É preciso dar sentido à caminhada,
nossos pés foram feitos para andar.
(Que seria dos caminhos,
sem a marca das pisadas?)

Nossos passos comporão o caminho.
Se paramos, começamos a morrer:
seremos cúmplices das árvores e dos
seus pés imóveis.

Retalhados
mas não divididos
carregamos nossas crenças intactas,
como um branco pássaro
em nossas mãos

Soluçantes,
mas não vencidos,
atravessaremos o Espelho.

Minha mão se alonga,
(lá o pôrto, lá a âncora...)
e por ela caminho,
mas nosso longo olhar
já é uma partida.

Somos — agora — o orvalho
do que plantamos — de mãos feridas.

— Mas colheremos rosas,
quando fôr Setembro.

II

Não há lugar para o desespero
em nossos corações.
Foi-nos dado um amargo repasto
mas comêmo-lo de pé,
como outrora foi devorado o cordeiro
e o pão ázimo,
como quem vai partir com
a sacola ao ombro e os olhos
na direção do caminho.
As coisas são agora tranqüilas para nós,
não nos ferem mais seus gritos,
as coisas são o cenário e a paisagem
por onde passeamos nossas tristezas
intactas como colunas.
Perdemos muitas coisas

mas ganhamos outras.
(Há uma grande alegria em reencontrar
o caminho cotidiano
o caminho que nos leva às coisas conhecidas
e amadas)

Nossos olhos têm muitas dimensões
e varam os sêres.
Conhecemos, agora, o sentido grave e imaculado
da vida,
o que resta
quando o vento passa.
Não há lugar para o desespero
em nossos corações:
no nosso pranto navegarão veleiros,
nossos braços ligados são a ponte
por onde a vida caminha.
Somos os tristes,
lastro do mundo.

I

(E chegou o dia em que os homens viram que tinham a mesma face mas não se conheciam).

E os muros dividiam as casas e dividiam as gentes e cada um guardava sua integridade dentro dos muros e renascia na consciência do próprio poder.

Os muros, na verdade, eram os baluartes, as sentinelas onde todos, nos pequenos retângulos podiam chorar sua solidão.

Os muros eram cansados e sábios

e a custo se erguiam
sôbre seus tijolos
porque duvidavam
da própria necessidade
de existirem.

II

E havia o Muro

E o muro
era o obstáculo,
o limite,
e nada se podia povoar
além do muro

As mãos,
tocadas de sonho e de azul
ferem-se no muro,
as insensatas mãos
desfazem o muro.
Mas é preciso recompô-lo,
a cada hora.
O muro é justo e verdadeiro,
suas espáduas cansadas
suportam nossos sonhos.
É preciso que êle seja
para que as solidões não se debrucem
sôbre as outras solidões,
e o teu sonho e
o meu
não se confundam;
para que a paz,
fragmentada,
livre de incertezas,
caia sôbre os jardins (particulares)
nos pequenos retângulos,
onde florescem as rosas
todos os setembros.

(Paixão e Morte)

As palavras estão crucificadas.
(Escorre-lhes sangue e água do lado direito)
As palavras caem mortas como frutas podres.

(Quem recolherá a
palavra — semente
que um dia germinará ante o sol?)
As palavras enlouqueceram:
negam-se a si mesmas precipitam-se no abismo
vagam, esquecidas, como graves senhoras sem memória.

A Voz-Ponte
(serpentina laço)
a Voz Alada Aérea
A Voz-Fio-Mensagem
emudeceu.

Só os gestos
tateiam em silêncio
e murmuram a linguagem rude
do inexprimível.

I

Senhor,
dá-me esta noite,
eu a quero — esta mansa noite.

Como poderei chorar
(até o fim)
tôda minha mágoa
se não tiver, só para mim, uma noite?
Em seu mágico deslumbramento, eu navegaria,
carregando meus pobres destroços tecidos de
ausências e solidões

Senhor,
se a noite fôr minha,
eu a tomarei como a um etéreo peixe
e repartirei sua carne translúcida
com os oprimidos,
os desencantados,
e os que têm sede e fome de ternura.

Senhor,
eu quero uma noite para mim:

eu a receberei como uma dádiva de amor
e no seu negro painel escreverei meu nome.

II

Quero sentir tôda a ternura desta noite,
a ela me entregarei.

Não serei EU
serei NOITE

Esta noite foi tocada de eternidade,
caminharei em suas planícies sem roteiro.

— Ó noite, minha irmã,
não me dês
nem uma das tuas estrêlas;
não desejo sequer
tua sinfonia de perfumes;
trago-te, exausta,
um poema de lágrimas
e
a dádiva dêste amor.
Recebe-me neutra e plácida,
na tua paz imergirei,
quero adormecer no teu silêncio.

III

À noite,
somos tristes caminhantes
sôbre nossos corpos estendidos
sôbre nós mesmos caminhamos.
(Ah, a noite é amarga e eu bebi a noite).

Meus olhos
como pés
caminham: seus passos de luz
povoam a Noite Só.

— Nossos olhos não nasceram para
o prazer ou para a morte,
mas para olhar.

(Há veleiros dormindo no fundo dos meus olhos)

Há um azul
(bem sei)
êle me acena.
Mas agora estou triste e só.

Tranqüilamente caminharei na noite
que me reclama e me recebe.

A FACE

Trago-te
uma face magoada
trago-te
a sombra de minha face.

A bôca guarda em silêncio os gritos interiores
e os ocasos se sucedem
nos meus olhos.
Sinto meus dedos que rompem as grades
das janelas
e se ferem de azul.
Mas as mãos,
(que desejariam voar)
estão quietas.

(Não me despedaceis
ó coisas,
com os vossos apelos múltiplos,
não me dividais.
Eu vos digo
que meus olhos adivinham azuis
mas agora eu só tenho
minha face triste)

Os relógios
(aprisionadores do tempo)
ficaram sem memória.
Só tu gritas o meu nome:
sei que Sou
e estou Só,
com meus olhos de crepúsculo.
O espelho me devolve
a tarde que não foi minha
e o arco-íris faz-se bruma
nos meus braços.

Quedo-me e
te contemplo.

Vens vindo, então, em teu olhar
e te apossas da minha alma
e já não sou minha
(nem sou tua)

Eu estou vazia de mim mesma
e só possuo os meus olhos
onde tua imagem fez morada.

(Esta manhã nasceu um ramo de tristeza
nos meus olhos e te oferto
com um pouco daquilo de que se nutre
o azul)

Quedo-me
te contemplando
e por esta ponte de luz, caminhas.
Mas quando chegas, já não estou:
do outro lado (olhar-espelho)
eu irrompi dentro de ti
como uma flor selvagem.

I

Dá-me um longo caminho,
apenas isso,
(com meus passos irei compô-lo)
O chão é duro e verdadeiro,
seu contacto é áspero,
mas revigorante;
há uma grande certeza neste encontro
dos pés com o chão,
um diálogo manso,
como uma conversa de amigo.

O chão não trai.
Os pés renascem
a cada nôvo encontro;
os pés exultam e agradecem
a verdade do chão.

Meu roteiro,
eu o comporei a cada nôvo passo,
lentamente,
como se constrói

uma casa,
e se acrescenta cada coisa,
à sua hora.

Quem tem um roteiro,
bem vê,
não fica a contemplá-lo
ao pôr do sol
sem nêle projetar a sua longa sombra.
Dá-me um caminho:
quero sentir que existo
nas marcas que meus pés deixarem.

II

Andei
(muitas vezes)
o caminho que não fiz.
Repetidamente cheguei
ao lugar aonde não fui.
Sou a intemporal
(a dúbia)
uma espada de fogo me div-idiu:
há dia e noite em minha face dupla.

Daniela ou Cristina me chamarás,
mas sou a SEM NOME.

Em mim envolta,
permaneço:
sou a muralha de mim mesma.
Só tua angústia me presente,
a mim
que já não SOU,
e lúcida e só
me observo.

III

Por baixo das calçadas
dorme a terra
seu sono (vegetal)
seu longo grito
par-tido petrificado
(saudade do capim verde chuva sol luar sereno)

Por baixo das calçadas
(férreo manto onde era brisa outrora)
por baixo das calçadas correm prantos
amanhecidos à luz lenta das horas.

Ai, cimento, que
afogais nos parques,
e ternura das árvores tranqüilas:
rebentam troncos, as resinas choram,
raízes sangram ao vosso afago rude.

Jamais descansam os pés itinerantes.
O cimento é duro, abre-se em feridas,
mas a terra mansa recompõe os passos.

— Ó pés do louro menino,
onde ireis pisar agora?

Por baixo das calçadas, outra rua
jaz, amortalhada,
de sepultados passos,
com seus gritos com sua dor contida com seu pranto

declaração:

Por baixo do asfalto
estão meus sonhos,
irrompendo em cicatrizes, nas calçadas.

O ESQUIADOR

I

Homem

e quase pássaro
o esquiador se detém um instante
antes do salto.

Ele teme e ama a neve
(o imaculado lençol)

Vem um apêlo
de pureza e liberdade
no bafo gelado do vento
e a crisálida humana delira.

Há agora um só tênue limite
entre a terra e o ar,
entre o real e o sonho
e é então
que o milagre acontece
e o esquiador abre os braços e voa...

II

Antes do vôo
SOU
e não esquiador.

O pulo

(o sonho, o sono, a morte)
e êste pé cansado
pisando a terra e a vida,
êste pé
(asa ou raiz?)
que se exercita
entre o chão e o ar.

— Ai que cansados-caminhos-cansados são
os nossos. A terra bebe, em silêncio, as lá-
grimas e o suor do nosso rosto que se veste
de espanto ante as estrêlas.

— Ai que somos tecidos de dois mundos.
Contingentes instáveis e sofridos somos a
âncora de nós mesmos e do
pé, que hesita,
— raiz —
entre as certezas e o imponderável.

A voz — liberta — se precipita
e o eco — somos nós do outro
lado —
apelando nossa carne pesada e
opaca

aquém dos espelhos

Una e dual

permaneço e sigo, no sonho que retenho.
Nossas palmas abertas são os pratos
onde pesamos
âncoras e estrêlas lapidadas.

Na manhã clara,
colho um ramo de estrêlas.
Antes do sonho
SOU
e não esquiador.

POEMA EM SOLIDÃO

(N.º 1)

Digo-te
um cântico de verdade essencial.

Estouilhada,
minha solidão criou barreiras
em torno de mim,
sou terra sem praias,
sou campo sem pouso
(não tentes o vôo)

Estou desligada,
nenhum roteiro termina em mim,
não há pôrto,
onde descanses a âncora.

Olho o sol
com a face iluminada
na sombra.
Sinto vergéis nascendo nos meus olhos.
(meus olhos têm a côr dos caminhos que olhei)

Misturei

lágrimas e verdade
e é amargo o pão.
Sou bússola e aponto norte e sul
vejo a noite e o dia
e apenas permaneço.

(N.º 2)

Vem de mim
(essencialmente)
o que te digo:

Estou só e longínqua
e vós,
vós sois, apenas, os que assistis
o passeio da minha solidão.
Estou
e esta árvore de fôlhas desenhadas,
esta Árvore Verde
Verde-Vida,
que me descobre e me reclama.

Quando cessarem todos os apelos,
eu serei tranqüila e neutra e
tomarei o cinza como minha côr.
(Mas, que farei dos meus olhos, feridos de sol?)

Meus olhos
são quietas janelas
abertas para a vida,
e atrás de meus olhos
Sou
ante a noite sem resposta.

Longínqua e só
além de mim, Estou.

O Sofrimento nos es-tra-ça-lha
mas — ai! — Não nos destrói:

somos vivos e sorrimos,
nós que estamos mortos.

Tento ligar-me:

Meus olhos são olhos cegos,
minhas mãos, pássaros em fuga.
— Ó coisas, como podeis ser tranqüilas,
se eu me despedaço?
— Roseiras, não me socorreis?

Minhas mãos
sustêm as bridas de cavalos
que galopam dentro de mim mesma.
O tempo inútil e espantado
se desperdiça.

Aonde irei,

se não há mais caminhos?

(N.º 3)

Em solidão
(essencial)
em solidão, estou.

Estou
e esta Árvore Verde Vida
que alça os braços
mas não me recebe.

Não há diálogo, agora.
Não poderei dizer mais:
— Vem, amigo, caminhemos juntos,
apenas isso, caminhemos juntos.

Solidões não se somam
(bem sabes)
apenas ficam lado a lado.

Ninguém pronuncia meu nome
e em tristeza, minhas horas teço.

A solidão nasce, em mim,
como uma grande e branca flor.
— Meus olhos são dois poentes,
— minhas mãos gestos de adeus.

A memória se insurge: houve uma aurora.
Meus olhos se tingem do apêlo do azul.

Dúbia me instalo:

Palavra e eco divi-dida
face no espelho (re) produzida

A rosa dos ventos permanece
como estrêla única,
mas eu sempre restarei.

Em silêncio, devoro minha dor.

— Que farei, se

as palavras morreram
e apenas

EU SOU?

(N.º 4)

De tempo e dor
se tecem nossas fibras.
Éramos

e, derrepente,
já não somos aquêles
que o tempo encontrou ontem.

A cada nova hora,
somos outros.
De dor e de espanto nos fizemos.

Todos os dias me construo
como um muro,
a cada nôvo instante me edifico.

Nossos olhos
 (como muralhas)
nos guardam
e, atrás de nossos olhos
Somos,
prisioneiros em solidão.

(Quem ouvirá meus gritos,
 quem saberá meus sonhos?)
De dor e de silêncio nos tecemos.

Caminho,
 e múltipla e vária,
renovo a face antiga.
Mas não me dissolverei na lembrança:
a memória me recomporá
no tempo.

Una e íntegra,
ressurgirei.

Todos os dias eu me construo
como um muro
 (me incorporo e me acrescento)
penosamente me completo
e Sou.

(N.º 5)

SOU
e a tua angústia me presente
e a meus olhos tristes abertos para a vida.
Tua busca
rompe a solidão em que envolvo
e me revela ao teu olhar inquieto e lúcido.

Desperta e atenta
te percebo e me descubro
a mim, que me construo e me adivinho.

Como uma tórre SOU.
Meus olhos são
janelas (defendidas)
e atrás dos meus olhos te contemplo
— e te contemplo como contemplo a VIDA.

— Ai, tenho um louco arco-íris nos meus olhos:
bebi o azul o sonho a dor a vida e a morte.

Dual,
me assisto:
 renasço e me desfaço,
 no sonho em que me teço.

E o tempo inútil
se desperdiça ante
o meu Espanto e a tua Urgência.

(N.º 6)

E assim,
 — tão derrepente —
o silêncio habitou em nós.

Em solidão
Estou
(vestida de silêncio)

Meu silêncio,
eu o construirei como uma tórre:
palpável e presente
o edificarei.

De mim mesma
se tece meu silêncio:
sou seu chão, em mim florescerá.

Meu silêncio é amargo como um pão
amassado entre lágrimas,
agudo como um grito.

Entre ti e mim
construirei silêncio
e o silêncio é a ponte
por onde o amor caminha

...Te recomporei no meu
silêncio:

Teu nome nasce dêle — fecundo —
que te gerou

TE D-I-R-E-I SILÊNCIO
(o silêncio é minha voz)

oferecimento:

Trago-te
um punhado de silêncio
branco como um pão.
Te darei silêncio
(como uma dádiva)